

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**A FACE HUMANA DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA
C.U.F. – UM PATRIMÓNIO A PRESERVAR**

José Carlos Finuras Soares

**Orientadora:
Professora Doutora Ana Cardoso de Matos**

**Mestrado em Gestão e Valorização
do Património Histórico e Cultural**

Évora, 2009

Universidade de Évora
Departamento de História

A Face Humana do Complexo Industrial da C.U.F.
- Um Património a Preservar



Fotomontagem concorrente a um Salão de Fotografia do Grupo Desportivo da C.U.F. *A Fábrica com um elemento figurativo do Mausoléu em sobreposição*. Fotografia publicada in Augusto Cabrita. “Na Outra Margem – o Barreiro anos 40-60”. Companhia União Fabril, SGPS, SA. Lisboa. 1999. p. 181.

José Carlos Finuras Soares

Orientadora:
Professora Doutora Ana Cardoso de Matos

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural



141 803

Évora, 2009

AGRADECIMENTOS

À Professora Ana Cardoso de Matos gostaríamos de expressar o nosso elevado reconhecimento pela dedicação e pela orientação que nos concedeu ao longo da elaboração deste trabalho, cujo espírito crítico, a partilha de saber e conhecimentos, estiveram sempre presentes, apesar das vicissitudes resultantes das suas múltiplas tarefas académicas.

Expressamos também o nosso agradecimento à Divisão de Cultura e Património Histórico e Museológico / Sector de Património e Museus da Câmara Municipal do Barreiro.

Agradecemos igualmente a disponibilidade e a colaboração pronta dos profissionais que trabalham no Gabinete de Arquivo e Gestão Documental da Câmara Municipal do Barreiro por todo o apoio dado ao nível de recolha de fontes fotográficas, e de recolha de elementos bibliográficos referentes à antiga C.U.F. no Barreiro.

Ao Gustavo pela sua preciosa ajuda na concepção e elaboração do Roteiro/Desdobrável, sem o qual este trabalho perderia muito da sua objectividade.

À Isabel e à Joana por todas as noites e fins-de-semana que abdicaram da minha presença e companhia, para poder ter total liberdade à elaboração deste trabalho e pela paciência e compreensão demonstrada nos momentos de maior desalento.

Ao meu pai, antigo Operário da C.U.F. no Barreiro.

Resumo

Tendo por base o contexto histórico e patrimonial no qual se desenvolveu o interesse pelo património industrial em Portugal, a partir do último quartel do século passado, este trabalho procura ser um contributo para a valorização histórica e patrimonial de um espaço industrial de grandes dimensões como foi o caso do Complexo Industrial da C.U.F. no Barreiro. O trabalho estrutura-se em duas partes, na primeira parte abordamos o tema Património Industrial na sua génese e enquadramento histórico como conceito e suas perspectivas de preservação e valorização; seguidamente faremos uma pequena síntese histórica do Barreiro até ao Complexo Industrial da C.U.F., onde abordaremos também o aumento populacional e o crescimento urbano, passando pelo problema da habitação e o surgimento dos Bairros Operários até aos espaços de lazer e actividades culturais ligadas ao Operariado, não esquecendo as estruturas de saúde, assistência, lazer e as políticas sociais. Na segunda parte abordaremos a importância de valorizar o património industrial e consequentemente o Complexo Industrial com a proposta de um programa de valorização do mesmo, através da criação de núcleos museológicos e de um roteiro de Património Industrial.

Abstract

The Human Facet of the Industrial Complex of C.U.F. – a Heritage to Preserve

The foundation of this Project is the historical heritage for which developed the interest in Portugal's industrial heritage from the last quarter of the past century.

This project has the intention to contribute to the historical and heritage valorisation of one of the biggest industrial complexes, which was the case of the Industrial Complex C.U.F. in Barreiro.

This project has two parts, the first part will be about defining the theme of industrial heritage and its genesis and the historical setting as a concept and its perspectives of preservation and valorisation; afterwards, we will do a small historical synopsis of Barreiro including the Industrial Complex of C.U.F. , where we will also refer to the increase in population growth and the urban development, followed by the housing problem and consequently the increase of working class neighbourhoods, even to the prices of leisure and culture activities related to the working class, not forgetting the health structures, assistance, leisure and social politics.

In the second part, we will also talk about the importance of valorising industrial heritage, and subsequently the Industrial Complex, with a proposal of a valorisation programme of the Complex with the creation of a museological core as well as an industrial heritage guide.

Índice Geral

Introdução	P. 10
Reflexão sobre o Concelho do Barreiro e sua importância no contexto do arco ribeirinho do Tejo.	P. 10
A defesa e salvaguarda do Património Industrial como meio de evidenciar a importância do Barreiro no contexto da Área Metropolitana de Lisboa	P. 12
1ª Parte	
Capítulo I	
1 – O surgimento do conceito de Património Industrial; razões e enquadramento histórico	P. 16
2 – A evolução do conceito de Património Industrial e das perspectivas de valorização deste património	P. 18
3 – O estudo, a preservação e a valorização do Património Industrial em Portugal	P. 21
4 – Património Industrial e Desenvolvimento Sustentado	P. 30
Capítulo II	
1 – O Complexo Industrial da C.U.F. e o desenvolvimento do Barreiro	P. 34
1.1. – Dos inícios do Barreiro ao Complexo Industrial da C.U.F.	P. 34
1.2. – O aumento populacional do Barreiro e o crescimento urbano	P. 39
2. – O peso do Operariado e o surgimento dos Bairros Operários	P. 46
2.1. – O problema da habitação do operariado e o surgimento dos Bairros Operários	P. 46
3. – A Habitação Operária	P. 48
3.1. – Bairros Operários – o caso do Barreiro	P. 48
3.2. – Bairro Operário da C.U.F. (Bairro de Santa Bárbara)	P. 51

3.3. – Bairro Novo da C.U.F. (Bairro do Lavradio ou Bairro dos Católicos)	P. 52
3.4. – Correntezas Operarias, Bairros Semi-Clandestinos e Pátios	P. 53
4. – Espaços de lazer e actividades ligados ao operariado	P. 54
4.1. – Banda de Música	P. 55
4.2. - Grupo Desportivo da C.U.F.	P. 56
4.3. – Marchas Populares	P. 58
4.4. – O Cinema – Ginásio	P. 61
5. – Estruturas de Saúde, assistência e politicas sociais	P. 63
5.1. – Regalias de carácter social do pessoal da C.U.F.	P. 63
5.2. – Estruturas de Apoio Médico e Social	P. 64
5.3. - Refeitórios, Despensa, Padaria e Supermercado	P. 65
5.4. - Corpo de Bombeiros	P. 66
6. – Estruturas de Educação	P. 68
6.1. - Escola Primária	P. 68
6.2. - Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva	P. 68
6.3. - Externato Diocesano Manuel de Mello	P. 69

2ª Parte

Capitulo I

a) A Valorização do Património Industrial	P. 72
b) A importância de valorizar este tipo de Património	P. 74

Capitulo II

1.1. – A organização de um programa de valorização do Património da C.U.F. no Barreiro.	P. 77
1.2. – Objectivos	P. 78
1.3. – O Programa	P. 79
1.4. – O Roteiro do Património Industrial; Espaços Sócio-Culturais da C.U.F. no Barreiro.	P. 80

1.4.1. – O Centro de Interpretação	P. 80
1.4.2. - Núcleos existentes que se propõem para fazerem parte do programa de Valorização do Património Industrial da C.U.F. no Barreiro.	P. 81
Museu Industrial e Centro de Documentação	P. 81
Mausoléu Alfredo da Silva	P. 82
Bairro Operário	P. 82
Campo de Santa Bárbara	P. 83
Torre do Relógio	P. 83
Edifício do Cinema – Ginásio	P. 83
Edifício Sede do Grupo Desportivo da C.U.F.	P. 83
Edifício do Posto Médico	P. 84
Edifício dos Bombeiros	P. 84
Casa-Museu Alfredo da Silva	P. 84
Padrão alusivo à comemoração do Centenário da C.U.F. no Barreiro	P. 84
Estátua Alfredo da Silva	P. 85
Bairro Novo da C.U.F.	P. 85
Complexo Desportivo da C.U.F.	P. 85
1.4.3. – O Desdobrável:	
“Roteiro do Património Industrial; Espaços Sócio - Culturais da C.U.F.”	P. 86
1. 5. - Organização de um núcleo sobre o operariado da C.U.F.	P. 87
1.5.1. – A exposição permanente:	
“A Face Humana do Complexo Industrial da C.U.F. no Barreiro”	P. 87
Conclusão	P. 89
Bibliografia	P. 94
Anexo I – Fotografias sobre a C.U.F. e o Barreiro	P. I
Anexo II – Fotografias Aéreas	P. XXVIII
Anexo III – Cronologia sobre Património Industrial	P. XXXI
Anexo IV – Datas Marcantes na História da C.U.F.	P. XLIV

A outra banda

“A Outra Banda é indissociável da rede de solidariedades económicas e políticas que firmaram e justificaram a capacidade unificadora e o dinamismo da cidade de Lisboa. Com mais razão este facto era notório quando as águas, sem nunca dividir, eram, antes de tudo, o laço gerador e unificador dos intercâmbios mercantis e culturais.”

Cláudio Torres, “A Outra Banda”. in *O Livro de Lisboa*. p. 172. 1994.

INTRODUÇÃO

» Reflexão sobre o Concelho do Barreiro e sua importância no contexto do arco ribeirinho do Tejo.

A Península de Setúbal, foi durante algumas décadas o lado errado da metrópole, aquele que não consta dos mapas turísticos: Indústria Pesada – Siderurgia e Petroquímica, Estaleiros Navais e outras Unidades Industriais de grande dimensão em Almada, Barreiro e Seixal, ou até mesmo em Setúbal, faziam desta área o centro do movimento operário organizado e da poluição típica das sociedades modernas.

Toda esta área vai nos próximos anos ser alvo de profundas transformações. O concelho do Barreiro irá conseqüentemente sentir os efeitos dessas grandes mudanças, serão, sem dúvida, importantes os desafios que se irão colocar às gerações futuras.

A construção do novo Aeroporto de Lisboa, o desenvolvimento da Plataforma Logística do Poceirão, a dinamização da Plataforma Logística a criar na freguesia de Coina, a implementação das Oficinas do TGV no Barreiro, o Metro do Sul do Tejo, a construção da estrada regional nº 10 que irá ligar o Barreiro ao Seixal, as mudanças no território da Quimiparque e a nova Travessia do rio Tejo, entre outras, são medidas já anunciadas que vão ser estruturantes e que naturalmente vão dar uma nova dinâmica a esta região.

Será de alguma forma o nascer da estratégia há muito anunciada no PROT¹, a da transformação da Grande Lisboa em – “*uma cidade polinucleada de duas margens*”².

A nova realidade urbana que vai nascer fruto dos muitos projectos anunciados para a margem sul e a criação da mega Lisboa, irá introduzir novos modelos de cidade e de cidadania. Vai, sem dúvida, emergir uma estratégia urbana de competitividade e de dimensão cosmopolita.

¹ Plano Regional de Ordenamento do Território.

² Ideia central do discurso do Sr. Carlos Humberto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, aquando do Seminário “*Nova Travessia do Tejo*” realizado a 12 de Fevereiro de 2008 nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e promovido pela Ordem dos Engenheiros.

Parece enfim que a brisa da mudança ganhou um novo rumo. Interessa agora não ceder ao poder do betão e apostar numa centralidade de qualidade.

Para um desenvolvimento de qualidade o Barreiro tem muito potencial³, e para o comprovar basta dar uma volta num qualquer dia solarengo por zonas de rara e invejável beleza, como a Mata Nacional da Machada, à beira do rio, de Alburrica a Coina, as zonas já intervencionadas pelo programa POLIS, o Parque da Cidade, o Parque Catarina Eufémia, a Avenida Bento Gonçalves e o seu passeio ribeirinho Augusto Cabrita. Visitar as igrejas, em particular a de Palhais⁴, o Barreiro velho, o Convento da Madre de Deus da Verderena⁵, o Complexo Real de Vale de Zebro⁶.

Basta passear por estes locais e verificar o inegável potencial deste Concelho. Há de tudo: história, património, vistas e ambiente. Saibamos transformar o Barreiro num pólo de atracção industrial e de serviços, pois é importante manter a vida própria do Concelho, mas também a vertente lúdica e turística. É necessário e urgente que a vida no Barreiro seja vivida com qualidade, qualidade essa que tem andado arredada deste local ao longo das últimas décadas.

O futuro não é amanhã, o futuro estamos a construí-lo diariamente, com os nossos actos, quer seja pela indiferença, quer seja pela intervenção activa e directa.

³ Veja-se nomeadamente sobre este assunto o livro de CARMONA, Rosalina; BORRACHA, Alexandra, *Inventário do Património do Concelho do Barreiro*. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1999.

⁴ Igreja de Nossa Senhora de Palhais, erigida pelos moradores do lugar de palhais, pertenceu à Ordem Militar de Santiago. Construída no estilo Manuelino, possui uma única nave rectangular, paredes de alvenaria e revestimento de azulejos enxaquetados verdes e brancos do século XVI, apresenta ainda duas capelas funerárias quinhentistas laterais.

⁵ À data da sua construção, o mosteiro da Verderena situava-se num local ermo, no limite do concelho do Barreiro. Construído num pequeno planalto, dali se avistava todo o vale da ribeira de Coina e a majestosa silhueta da Serra da Arrábida, onde em meados do século XVI fora fundado o primeiro dos conventos arrábidos.

⁶ A pouco mais de trezentos metros da Mata da Machada, em Vale de Zebro funcionavam no século XVI os fornos do biscoito de El-Rei. Este empreendimento constituído por 22 fornos, armazéns de cereal e um moinho de maré de oito moendas assegurava o fabrico de biscoito necessário ao abastecimento das armadas reais e das fortalezas do reino. Do cais do Complexo Real de Vale de Zebro embarcavam outra tipologia de formas cerâmicas, também produzidas na Mata da Machada – as formas de Pão de Açúcar, as quais tinham como destino provável a ilha da Madeira, cujo apogeu do ciclo açucareiro data dos séculos XV/XVI.

» A defesa e salvaguarda do Património Industrial como meio de evidenciar a importância do Barreiro no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Do Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei nº 58/2007 de 4 de Setembro, passando pelo Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), pelo Plano estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península Setúbal (PEDESPES), até ao plano Lisboa 2020⁷, há em todos unanimidade na necessidade de reestruturar e recuperar o arco ribeirinho sul, em particular as grande zonas industriais abandonadas do Barreiro e Seixal.

Entre as opções estratégicas territoriais para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, o PNPOT refere expressamente: *“Reabilitar os espaços industriais abandonados, com projectos de referência internacional nos de maior valia em termos de localização, em particular nos que permitam valorizar as qualidades cénicas do Tejo”* e *“Reabilitar os estuários do Tejo e do Sado e as respectivas frentes ribeirinhas urbanas”*.

Nas opções para o desenvolvimento do território para a Área Metropolitana de Lisboa, o PNPOT propõe *“desenvolver programas integrados de renovação dos espaços industriais abandonados com soluções que criem novas centralidades e referências no espaço urbano”* e *“revitalizar os centros históricos”*.

O Plano Director Municipal do Barreiro, datado de Novembro de 1993 e que ainda está em vigor, classifica esta área como área industrial em reconversão, referindo que *“embora degradada detêm um elevado potencial de renovação e desenvolvimento, podendo vir a constituir um vector importante do desenvolvimento do concelho”*.

O PDM estabelece também que as opções de desenvolvimento e renovação desta área devem traduzir-se num plano de urbanização, em cujas orientações genéricas se inclui a *“redefinição global do uso do solo tendo em vista a progressiva substituição das ocupações degradadas e obsoletas e a instalação de novos usos que melhor rentabilizem este espaço”*.

⁷ Programa 2020 – Uma Estratégia de Lisboa para a região de Lisboa. Visa transformar a região numa metrópole cosmopolita, de dimensão e centralidade europeia relevante.

Os estudos para a revisão do PDM, embora em fase preliminar, apontam para a reavaliação dos usos desta zona, mantendo sempre a referência à herança industrial do Barreiro. Parece assim consensual que a renovação deste território se apresente como um desafio e também como uma oportunidade.

A importância do conjunto de intervenções que podem vir a ser feitas no parque industrial, entretanto desactivado, resulta, por um lado, da grande dimensão do mesmo, e, por outro, da repercussão que pode vir a ter em termos urbanos e de requalificação que ancorados na memória industrial do Concelho do Barreiro sirvam o presente, mas voltados para o futuro. As profundas alterações verificadas desde os anos 80 do século passado no complexo industrial da Quimigal, e o surgimento de algumas operações pontuais de reconversão de actividades, realizadas por iniciativa da entidade gestora do espaço, obrigam a reflectir sobre as opções a tomar na transformação de um território com aquela localização e dimensão e consequentemente aquela importância no contexto do Concelho do Barreiro.

O presente trabalho têm como objectivo final a apresentação de uma proposta de um projecto de valorização do património industrial da C.U.F. no Barreiro. Assim a partir da bibliografia publicada e devidamente reconhecida, pretende-se fazer um ponto de reflexão sobre o que foi a C.U.F. no Barreiro, não tanto no aspecto da indústria em si, dado não ser esse o nosso objecto de estudo, mas centrado sobretudo nos aspectos que a caracterizaram na área social e de lazer proporcionados aos que ali trabalharam.

Chegados a este momento de viragem em que as medidas anunciadas em breve serão uma realidade e começarão a tomar forma, é urgente e necessário dar passos que visem a inventariação, preservação e conseqüente valorização dos espaços e estruturas industriais existentes. É necessário criar sensibilidades em relação à história, à protecção do património de pedras silenciosas num tempo cuja memória às vezes só existe em fotografias, em livros ou no nosso imaginário. Devido à relevância histórica e ao seu valor patrimonial de maior Complexo Industrial do País e um dos maiores à escala mundial, na sua época, é meritoriamente reconhecido a este espaço um importante papel na memória histórica e social da comunidade local. Para que o sítio se ligue simbolicamente ao trabalho e ao quotidiano de várias gerações de barreirenses, abarcando as obras sociais e as actividades culturais que marcaram cerca de sete décadas da vida do Barreiro, este trabalho surge na senda de valorizar o Complexo e em particular a memória operária tão marcante no sentir da população barreirense.

1ª Parte

A civilização industrial é uma civilização do efêmero, da obsolescência rápida das máquinas e dos produtos: os seus traços são, pois, particularmente frágeis.

Jean Pierre Bady

Capítulo I

1 – O surgimento do conceito de Património Industrial; razões e enquadramento histórico.

A Arqueologia Industrial surge no Reino Unido como uma consequência da II Guerra Mundial. Esta guerra, não só destruiu um elevado número de estabelecimentos fabris que remontavam aos inícios da Revolução Industrial Inglesa, como provocou também a aceleração do ritmo de modernização tecnológica nas unidades fabris, implementando novas máquinas e novos processos de trabalho necessários ao crescimento económico das sociedades do pós-guerra.

Inicialmente confinada ao estudo dos Monumentos Industriais, a noção de Arqueologia Industrial emerge como: “... *a field of study concerned with investigating, surveying, recording and, in some cases, with preserving industrial monuments. It aims, at assessing the significance of the monuments in the context of social and technological history*”⁸

Na realidade, os efeitos da 2ª Guerra Mundial e o período de reconstrução e de desenvolvimento tecnológico do pós-guerra concorreram para o desaparecimento ou para a reconversão de unidades e processos industriais, e também para o abandono de zonas fortemente industrializadas no século XIX e na primeira metade do século XX, com o conseqüente desaparecimento de toda uma actividade que se criara em função de determinadas indústrias. Este processo fez emergir a necessidade de se desenvolverem práticas de intervenção no terreno com o objectivo de inventariar, estudar, preservar e valorizar os vestígios físicos da indústria do passado.

Angus Buchanan concilia conceptualmente os aspectos práticos da observação, do registo e do estudo das evidências no terreno, através da aplicação de procedimentos específicos do método arqueológico⁹, com a vertente teórica da abordagem histórica ancorada na interpretação de fontes, sobretudo documentais, para compreender, interpretar e explicar diferentes aspectos do Património Industrial.

⁸ BUCHANAN, Angus, *Perspectives of Industrial Archaeology*. Ed. By Neil Conon. London: Science Museum. 2000. p. 21.

⁹ Prospecção e eventual escavação, documentação, classificação, análise estratigráfica e análise espacial.

Como já atrás foi referido, a génese do conceito de Património Industrial e do desenvolvimento da disciplina que investiga os vestígios da Revolução Industrial e das Sociedades Industrializadas¹⁰ remontam à segunda metade do século XX, com a tomada de consciência da importância de estudar e salvaguardar os sinais essenciais à manutenção da memória de uma era que marcou a nossa contemporaneidade.

No entanto, é clássico considerar a reacção à destruição de uma parte significativa da *Euston Station*¹¹ em Londres, em 1962, como o acontecimento que desencadeou no Reino Unido um forte movimento tendente ao estudo e preservação dos vestígios do passado industrial e à emergência da Arqueologia Industrial como nova disciplina científica.

As raízes deste movimento encontram-se ainda na década de 50, com Michael Rix a utilizar a expressão “*arqueologia industrial*” num artigo publicado em 1955¹², com a criação do *Industrial Archaeology Research Committee* em 1958, a realização em Inglaterra da 1ª Conferência Nacional sobre Arqueologia Industrial e a definição do conceito de “*monumento industrial*” pelo *Council for British Archaeology*, em 1959¹³.

Mas a destruição daquele importante símbolo da industrialização Inglesa marca o início de um processo de envolvimento da sociedade britânica com o seu Património Industrial, com a emergência de inúmeras associações locais e regionais dedicadas à arqueologia industrial, à inventariação e à preservação dos vestígios industriais.

Durante os anos setenta do século XX e nas décadas que se seguiram o crescente interesse pela salvaguarda do Património Industrial reflectiu-se num mais amplo alargamento geográfico, estendendo-se progressivamente a países cujo processo de industrialização foi mais tardio.¹⁴

Apesar disso a Arqueologia Industrial nestes países reflectiu o conceito de industrialização a um tempo mais longo, marcado por continuidades e coexistências quer a nível tecnológico, quer de modos de organização no trabalho.

¹⁰ Referimo-nos à Arqueologia Industrial.

¹¹ A Estação de Euston inaugurada em 1837 foi uma das principais estações terminais de caminho-de-ferro em Londres.

¹² Sobre o assunto veja-se MATOS, Ana Cardoso de, *Introdução à Arqueologia Industrial*. (Textos). Curso de Formação em Arqueologia Industrial. APAI. 1986.

¹³ No ano de 1959, o Council for British Archaeology propôs a definição de Monumento Industrial correspondendo a toda a espécie de edifícios ou de estruturas *in situ*, datadas particularmente da Revolução Industrial, que ilustrassem o desenvolvimento dos processos industriais e técnicos, considerando, entre estes, os meios de comunicação.

¹⁴ Os países escandinavos e os países do sul da Europa: Portugal, Espanha, Itália e Grécia; bem como os países da Ásia, América central e do sul.

2 – A evolução do conceito de Património Industrial e das perspectivas de preservação e valorização deste património.

Vários autores, entre os quais Marylin Palmer e Peter Neaverson, defenderam que a arqueologia industrial é “... *a way of looking at a period of human history using all the evidence available and not just the documentary. The parameters of that period have not been strictly defined (...) but it is probably true to say that industrial archaeology concentrates on the period when the manufacture of goods ceased to be at level of domestic or craft production and moved into industrial or capitalism production*”¹⁵.

Cronologicamente o objecto de estudo e o próprio conceito de Arqueologia Industrial foram evoluindo ao longo das décadas seguintes¹⁶.

Os estudos deixaram de se limitar a perspectivas de abordagem de uma fábrica ou manufatura, de um determinado equipamento industrial, ou de sectores industriais que estiveram mais estreitamente relacionados com o arranque da Revolução Industrial segundo o modelo britânico¹⁷, passando a desenvolver uma vertente mais integradora do Património Industrial reportado a um dado território, abrangendo entre outros aspectos, a exploração de matérias primas, o sistema de transportes e comunicações, os equipamentos colectivos e ainda as infra-estruturas energéticas, as obras públicas, o estudo das indústrias do século XX e a recuperação e a reutilização dos espaços industriais e comerciais.

A constatação do alargamento espaço-temporal daquele campo de estudo tornou-se ainda mais evidente quando nos anos oitenta, o estudo e a salvaguarda do Património Industrial se estendeu aos países da América Latina, habitualmente ligados a antigas estruturas económicas de tipo colonial, passando a valorizar o lugar ocupado por estes países na história da circulação intercontinental de tecnologias e de produtos bem como nas diversas formas de organização do trabalho.

O alargamento do conceito de Património Industrial implicou salvaguardar um maior número de vestígios da sociedade industrial.

¹⁵ PALMER, Marylin; NEAVERSON, *Industrial Archaeology. Principles and Practice*. London / New York: Routledge. 1998. p. 15.

¹⁶ Sobre o assunto veja-se AFONSO, Maria de Fátima de Carvalho, *Museus e métodos de investigação e de documentação de património industrial em Portugal (1974-2004)*. Tese de Mestrado em Museologia. (Texto Policopiado). [S.L.] : [S.N.]. 2005. pp. 9-13.

¹⁷ E que poderemos talvez considerar como os primeiros temas de estudo desta disciplina: a metalurgia, o vidro, as minas, os têxteis e a cerâmica.

Assim a expansão da Arqueologia Industrial e a afirmação do conceito de Património Industrial estiveram também ligados ao desenvolvimento de todo um leque de opções de valorização, que vão desde a reutilização para os mais variados fins¹⁸ à musealização, passando pela preservação *in situ* de vestígios simbólicos, ainda que em ruína, acompanhando o processo de desindustrialização de vastas regiões que, ao assumirem novos papéis e novas funções económicas, procuram igualmente guardar e tornar vivas as memórias do seu passado.

Os anos 60 do século passado ficaram marcados pelo despertar de uma consciência cívica em torno da salvaguarda e da conservação dos testemunhos industriais, que teve uma maior manifestação nos países europeus economicamente mais desenvolvidos e industrializados.

Nestes países surgiram movimentos associativos que promoveram estudos de Arqueologia Industrial, dando continuidade ao movimento de sensibilização dos cidadãos e das autoridades para o estudo, conservação e divulgação de bens materiais ligados à industrialização, nomeadamente da maquinaria e de estruturas industriais edificadas marcantes, ao nível da arquitectura industrial, e de importantes obras de engenharia e de tecnologia, incentivando a realização de escavações arqueológicas em sítios industriais e a publicação de textos da especialidade.

Estes movimentos cívicos procuraram ainda levar os respectivos países a colmatarem o vazio institucional e legislativo existente e a criarem um corpo normativo para a protecção do Património Industrial, constituído pelo conjunto das realizações materiais e imateriais que nos foram legadas pelas actividades industriais ao longo da história: os edifícios, as máquinas, os equipamentos e os produtos, os arquivos empresariais, os testemunhos orais, os sítios industriais e a própria paisagem industrial. Evidências que constituem, simultaneamente, o objecto e as fontes de estudo da Arqueologia Industrial.

Em Portugal, só em finais da década de 80 é que a Arqueologia Industrial encontrou eco na universidade, nomeadamente no curso de História da Universidade de Coimbra. Na década seguinte foi a vez de o Departamento de História da Universidade de Évora integrar esta disciplina no curso de História – Ramo de Património Cultural.

¹⁸ Científicos, Culturais, Educativos, Sociais, Económicos e até mesmo Políticos.

Embora a formação universitária seja necessária para criar técnicos especializados com uma visão abrangente de património e um conhecimento aprofundado das metodologias e técnicas da sua investigação, a acção das associações na área da formação permite atingir um público diversificado e com uma formação muito heterogénea, que pode actuar de uma forma mais imediata no terreno¹⁹.

A conjugação de esforços de pessoas com formações diferentes, que podem e devem intervir em diversos níveis no património, é o único garante da sua preservação, da sua revitalização e da sua incorporação na memória colectiva.

Poderemos referir, como exemplo disso mesmo, o papel desenvolvido pela APAI²⁰ ao realizar acções de formação na área da Arqueologia Industrial, na sequência de pedidos feitos por câmaras municipais que procuram desenvolver o inventário do seu património industrial.

O exemplo do Reino Unido, onde o movimento de voluntariado nesta área de Património acompanha a intervenção de especialistas com formação pluridisciplinar, demonstra bem como o associativismo, em conjugação com a formação académica e a sensibilização das várias entidades que tutelam o Património Industrial, pode ser uma via eficaz para a sua manutenção e valorização.

Intervir na área do Património Industrial significa, muitas vezes, prever a intervenção no tecido urbano, ao qual correspondeu um determinado processo de industrialização e que actualmente se insere numa fase de desindustrialização e de renovação urbanística.

Se muitas vezes o desencadear deste tipo de processos não deixou um tempo de análise suficiente para as questões patrimoniais, trouxe contudo, ao debate novas funções para velhas estruturas e permitiu avaliar outros tipos de bens patrimoniais, concebidos na época contemporânea.

Se a memória social se havia constituído e identificado em torno de valores estéticos e artísticos, desenvolvendo, através destes, o conceito de património, a emergência de vestígios de uma cultura técnica qualificados como património vai lançar um novo paradigma na área cultural.

¹⁹ MATOS, Ana Cardoso de; RIBEIRO, Isabel Maria; e SANTOS, Maria Luísa, “Intervir no Património Industrial: das experiências realizadas às novas perspectivas de valorização”. *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais. Actas do Colóquio de Museologia Industrial*. Museu da Indústria. Porto. 2003. pp. 23-32.

²⁰ Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

3 – O estudo, a preservação e a valorização do Património Industrial em Portugal.

No seu artigo “Arqueologia industrial portuguesa – os moinhos” publicado em 1896 no *Arqueólogo Português*²¹, Francisco Sousa Viterbo²² não se limitou a apresentar os fundamentos de uma nova área de estudo, sendo que mostrou até que ponto a investigação e a interpretação dos vestígios físicos das antigas actividades industriais e as recordações das pessoas que nelas trabalharam podiam ser de uma importância capital para a compreensão do mundo moderno.

“Existe a archeologia da arte, porque não há de existir a archeologia da indústria”

Sousa Viterbo

Apesar de o termo “Arqueologia Industrial” aparecer pela primeira vez em Portugal em 1896, o interesse crescente e generalizado pelo estudo do Património Industrial, só se vem a manifestar em Portugal nos finais dos anos setenta do século passado.

O interesse pela Arqueologia Industrial no nosso país surge no âmbito de um movimento mais vasto de defesa do Património Cultural, tendo havido, por parte da opinião pública, cada vez mais informada, numerosas iniciativas a exigirem a preservação do Património Industrial.

Em Portugal, o desenvolvimento da arqueologia industrial data dos finais da década de 70, com a realização da primeira exposição de arqueologia industrial em Tomar, em 1978²³. No ano seguinte organizou-se uma exposição temporária subordinada ao tema “*Aspectos da Revolução e da Civilização Industrial*” no âmbito do curso de História, disciplina de Revolução Industrial – problemas da Indústria em Portugal nos séculos XVIII e XIX, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

²¹ Volume II, Agosto e Setembro, nºs 8 e 9, p.13.

²² Francisco Sousa Viterbo (1845-1910), Licenciado na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e tendo servido na Armada como médico naval, acabaria por abandonar a medicina para se dedicar à arqueologia, passando a ensinar, a partir de 1881, na Academia de Belas-Artes de Lisboa. Evidenciando-se nas actividades de poeta, jornalista e de historiador, foi também um dos primeiros estudiosos nacionais a dedicar-se à história das indústrias portuguesas.

²³ SEIXAS, Cruzeiro; COSTA, Fernando Marques, *Primeira Exposição de Arqueologia Industrial: no projecto do museu da Fábrica de Fiação de Tomar*. [S.L.] : [S.N.] Outubro, 1978.

Outra importante iniciativa em torno do Património Industrial realizou-se em 1985, com a realização da primeira grande exposição de Arqueologia Industrial organizada em Lisboa, na antiga central eléctrica²⁴ que abasteceu a capital de energia eléctrica durante décadas. Esta exposição denominada “*Arqueologia Industrial, um mundo a conhecer, um mundo a preservar*” foi organizada pelo Instituto do Património do Ministério da Cultura e teve um enorme impacto na opinião pública²⁵.

No ano seguinte organizou-se o I Encontro Nacional sobre o Património Industrial que foi precedido de duas sessões preliminares, uma em Guimarães e outra em Coimbra. A sessão plenária realizou-se em Lisboa com a participação de centenas de pessoas que reflectiram sobre o interesse que a Arqueologia Industrial havia alcançado na sociedade portuguesa.

Nas conclusões gerais deste Encontro defendia-se a necessidade do apoio oficial à arqueologia industrial nas suas várias vertentes, incluindo a criação de um departamento em ligação estreita com um organismo oficial, cuja incumbência imediata seria proceder ao inventário do património industrial a nível nacional e preparar o museu da indústria de forma a que este pudesse abranger realizações museológicas locais; propunha-se ainda, concretamente, a classificação de uma série de edifícios e sítios de Norte a Sul do país²⁶.

Na sequência deste encontro, a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa²⁷ procedeu à revisão dos seus estatutos em 1987 e transformou-se na Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI). A decisão ligou-se com o facto de a AAIRL, ter passado a actuar em todo o território nacional.

²⁴ Sobre esta Central veja-se: FARIA, Fernando; CRUZ Luís; BARBOSA, Pires, *A Central Tejo. A fábrica que electrificou Lisboa*. Bizâncio e Fundação EDP. Lisboa. 2007.

²⁵ Outras exposições de Arqueologia Industrial foram organizadas nos anos oitenta, como foi o caso da grande Exposição sobre Indústria Conserveira que teve lugar em Matosinhos. CORDEIRO, José Manuel Lopes, *A indústria conserveira em Matosinhos: exposição de arqueologia industrial*. Matosinhos. Câmara Municipal. 1989. Na década de 80 organizou-se também uma Exposição sobre Pontes, sobre o tema veja-se SANTOS, Luísa; RIBEIRO, Isabel, “Engenharia e pontes metálicas no Portugal de Oitocentos”. in *Pontes metálicas e arquitectura do ferro: a propósito de um centenário*. AEDPHCS. Santarém; Almeirim. 1981. pp. 25-30.

²⁶ Sobre este assunto veja-se *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, Coimbra, Guimarães e Lisboa. Actas e Comunicações. Volumes I e II. Coimbra Editora. Coimbra. 1986.

²⁷ A AAIRL constituiu-se legalmente em 28 de Abril de 1980 no 13º Cartório Notarial de Lisboa. Esta associação promoveu várias acções no âmbito da arqueologia industrial, entre as quais, a organização de exposições, algumas publicações, cursos breves de formação, trabalhos de campo, intervenções arqueológicas e visitas guiadas.

Entre as actividades que têm vindo a ser desenvolvidas por esta Associação, destacam-se a realização e coordenação de inventários do património industrial, locais e temáticos, desenvolvidos quase sempre em colaboração e com o apoio das autarquias²⁸. São exemplo deste tipo de trabalho o inventário das fábricas de Lisboa²⁹, o inventário do parque industrial da Venda Nova (Amadora)³⁰, o inventário do património industrial de Vila Franca de Xira, o inventário das fábricas de papel da região de Santa Maria da Feira e o inventário das fábricas de vidro da Marinha Grande.

Destacam-se ainda as intervenções arqueológicas na Fábrica de Garrafas da Amora, na Real Fábrica de Vidros de Coina³¹, na Tinturaria da Real Fábrica de panos da Covilhã, na Fábrica de Vidros “Angolana”, no Alto Forno de Pedreanes³² na Marinha Grande, e na Real Fábrica de Papel do Engenho Novo, em Paços Brandão, e as intervenções a nível da recuperação, reutilização e musealização do património industrial.

A década de 90 trouxe uma maior diversidade de projectos na área da Arqueologia Industrial. Um aspecto importante registado nos últimos anos deriva da atenção prestada ao Património Industrial por parte da opinião pública e dos meios de comunicação social.

A grande renovação tecnológica que se tem verificado nas últimas décadas e que obrigou à substituição de grande parte da maquinaria de algumas empresas, muitas vezes com uma substancial diminuição do espaço pela miniaturização da maquinaria e pela substituição de processos de fabrico, coloca hoje a possibilidade de se criarem núcleos museológicos em empresas que ainda se encontram em actividade.

²⁸ Sobre os Inventários ver CUSTÓDIO, Jorge; MATOS, Ana Cardoso de; SANTOS, Luísa, “O Inventário do Património Industrial Português”. in *Actas das 1^{as} Jornadas Ibéricas del Património Industrial y la Obra Publica*. Sevilla: Junta da Andaluzia – Consejeria de Cultura y Medio Ambiente. 1994. pp. 63-70.

²⁹ O inventário de Alcântara, Belém e Chelas foi feito por uma equipa da APAI (Fátima Afonso, Albertina e Alice Campos Martins) coordenadas por Ana Cardoso de Matos. Uma parte dos resultados deste estudo foi publicada nas *Actas das 1^{as} Jornadas Ibéricas del Património Industrial y la Obra Publica*. p. 144. Sobre Alcântara veja-se também o trabalho realizado por CUSTÓDIO, Jorge; RIBEIRO, Isabel; SANTOS, Luísa, *Arqueologia Industrial do Bairro de Alcântara: estudos e materiais*. AAIRL, Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Lisboa. Lisboa. 1981. Para a zona oriental de Lisboa a obra de FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge, *Caminho do Oriente – guia do Património Industrial*. Livros Horizonte. Lisboa. 1999, que faz uma compilação dos dados recolhidos por trabalhos de Arqueologia Industrial realizados anteriormente, nomeadamente no âmbito da disciplina de Arqueologia Industrial da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da APPAI, e acrescenta novos dados.

³⁰ CUSTÓDIO, Jorge (Coordenação), *Recenseamento e estudo sumário do Parque Industrial da Venda Nova*. Amadora, Câmara Municipal da Amadora, 1996.

³¹ Sobre as escavações na Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coina, veja-se CALDAS, Flora e LOPES, João, “A Real Fábrica de Vidros de Coina. Resultado de três anos de escavações”. *I Encontro sobre o Património Industrial*. Volume II. pp. 227-230, e também SANTOS, Luísa; LOPES, João, “Abordagem ao estudo dos Vidros de Coina”. Idem. pp. 230-234.

³² TINOCO, Alfredo; CUSTÓDIO, Jorge, *Alto-Forno de Pedreanes*. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. Marinha Grande. Lisboa. 1997.

Desta forma, associa-se a actividade produtiva actual com a visualização de formas e processos de produção já ultrapassados, o que permite aos visitantes uma percepção da evolução técnica de determinada actividade industrial. Uma parte considerável dos actuais projectos no âmbito da Arqueologia Industrial está relacionada com o surgimento de projectos de criação de Museus Industriais no qual Portugal é ainda deficitário.

Neste último caso, assinalamos o Museu da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz, o Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês e o Museu Mineiro do Lousal³³, cuja primeira fase (centro de acolhimento e núcleo da central eléctrica) abriu ao público em Maio de 2001, e o Museu dos Lanifícios da Covilhã³⁴ constituído pela transformação em museu da antiga tinturaria da Real Fábrica de Lanifícios.

Além do aspecto museológico propriamente dito, o Museu dos Lanifícios tem desenvolvido outras actividades, nomeadamente o importante projecto denominado “Arqueotex”³⁵. O projecto pretende desenvolver uma rede europeia de informação sobre o Património Industrial Têxtil que implica Museus, Centros de Documentação, Municípios, Associações Profissionais e Culturais e Universidades das regiões europeias historicamente caracterizadas por uma forte concentração de indústria têxtil.

O Ecomuseu do Seixal é outro dos bons exemplos que existem nesta área. Trata-se de um Ecomuseu que possui um núcleo de Património Industrial localizado no Moinho de Maré de Corroios e um outro núcleo relacionado com a Arqueologia Industrial situado na fábrica de cortiça Mundet, que foi adquirida em 1996 e classificada como património municipal pela Câmara Municipal do Seixal, tendo a mesma sido objecto de um projecto de musealização. O Ecomuseu está a realizar o inventário do Património Industrial do Concelho do Seixal. De referir que além da fábrica de cortiça Mundet, mantêm aberto ao público uma fábrica de pólvora existente em Vale de Milhaços, que utilizava como fonte de energia uma máquina a vapor, ainda a funcionar, o que constitui uma verdadeira raridade nos dias de hoje.

³³ Na sequência da concretização do Programa de Revitalização e Desenvolvimento Integrado do Lousal, foram efectuados fortes investimentos, que levaram à criação de um Parque Mineiro destinado ao lazer e à cultura, tendo sido inaugurado em 2001 o Museu na Central Eléctrica, concebido e montado por membros da APAI, e em paralelo o Centro de Artesanato e o Restaurante “Armazém Central”. Em 2005 abriu ao público a Albergaria “Santa Bárbara dos Mineiros”, instalada na antiga casa do director das minas, possuindo 11 quartos duplos, piscina exterior, bar e outros serviços. Do projecto global do Parque Mineiro do Lousal, fazem parte o Centro de Ciência Viva e o Museu Interactivo, o qual incluirá um importante Centro de Investigação e Documentação na área da Geologia Mineira.

³⁴ Inserido na Universidade da Beira Interior.

³⁵ Projecto financiado pela comunidade europeia no âmbito do programa FEDER.

Outra iniciativa de criação de um Museu Industrial levada a cabo com êxito e também consequência de vontade municipal: o Museu da Pólvora Negra de Barcarena (Oeiras). Inaugurado em 1998, o Museu está integrado no complexo da antiga Fábrica de Pólvora de Barcarena e apresenta quer a história da própria fábrica, quer os processos de fabrico da pólvora negra. Também na Marinha Grande, depois da sua criação oficial anunciada há quase quarenta anos, abriu por fim o Museu do Vidro instalado no Palácio da antiga Fábrica Escola Irmãos Stephens.

Em Janeiro de 1999 a empresa concessionária dos transportes urbanos de Lisboa³⁶, inaugurou também o seu Museu no qual podem ser vistos antigos carros eléctricos e autocarros e, ao mesmo tempo, tomar contacto com documentos que relatam a evolução dos transportes na capital. Mais a sul, em Setúbal há a referir o Museu do Trabalho Michel Giacometti³⁷, instalado numa antiga fábrica de conservas de sardinha, cujos serviços educativos tem desenvolvido uma importante actividade para a divulgação do património industrial.

No Funchal, ilha da Madeira, inaugurou-se a “Casa da Luz”, um Museu consagrado há divulgação da energia eléctrica, que pertence à empresa produtora de electricidade³⁸. Também nas Lajes do Pico, nos Açores existe um museu dedicado à pesca da baleia, uma actividade que desempenhou um importante papel económico no passado da região.

O Museu da Ciência e Indústria do Porto, um projecto fundado em 1993 pela Câmara Municipal e pela Associação Industrial Portuense, pensou-se inicialmente que seria instalado na antiga fábrica “Moagens Harmonia” de 1890, a qual deveria ser recuperada para esse fim. No entanto, a existência de um projecto de instalação de um complexo hoteleiro neste edifício veio a alterar a ideia inicial.

³⁶ CARRIS – Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa é uma empresa de transporte público de passageiros da cidade de Lisboa. Foi fundada em 1872, sendo tutelada pelo Ministério das Obras Publicas, Transportes e Comunicações.

³⁷ O Museu do Trabalho nasceu para albergar a colecção etnográfica, reunida em 1975 por jovens alunos do Serviço Cívico Estudantil, no âmbito do Plano de Trabalho e Cultura, sob supervisão de um homem que depositou neste projecto todo o seu empenho – Michel Giacometti. Todo este valioso espólio encontra-se na antiga fábrica de conservas Pirenes, representativa de uma actividade tipicamente sadina: a industria conserveira.

³⁸ Este Museu abriu portas em 1997 na antiga Central Térmica da capital madeirense para comemorar o centenário da introdução de energia eléctrica na ilha da Madeira. O Museu Casa da Luz assume-se como um centro activo de divulgação cultural que consolida a noção que as empresas públicas devem assumir na sociedade em que estão inseridas, um papel que transcende a sua vocação básica, incorporando na sua estratégia de desenvolvimento práticas que potenciem a sua relação com a sociedade.



Também em Portimão o município local inaugurou no dia 17 de Maio de 2008 o seu Museu Municipal, instalado na antiga fábrica de conservas de pescado “*Feu Hermanos*”, o qual para além de ser um museu sobre o Concelho, também se dedica ao tema da indústria conserveira.

A C.P.³⁹ possui uma rede de pequenos Museus Ferroviários instalados junto a algumas estações particularmente na região norte e centro onde podem ser visitadas antigas locomotivas a vapor e outras relíquias ferroviárias.

A Associação Portuguesa de Museus de Empresa – APOREM, constituída em Maio de 1992, visando o desenvolvimento e a divulgação das actividades das empresas portuguesas que preservam o património e a memória do passado, e que tenham museus abertos à comunidade⁴⁰, conta entre os seus membros com o “Museu da Electricidade”⁴¹, o “Museu do Cimento Maceira-Liz” e o “Museu da Fábrica de Vidro Santos Barosa” na Marinha Grande.

Ainda no que se refere aos Museus de Empresa que pertencem à APOREM merece especial atenção o Museu da Água da EPAL⁴² fundado em 1 de Outubro de 1987, constituído por quatro núcleos: Estação Elevatória dos Barbadinhos, Aqueduto das Águas Livres, Mãe d’Água das Amoreiras e Reservatório da Patriarcal, que têm desenvolvido uma importante actividade no seu âmbito.

O estudo das paisagens industriais e da sua evolução é outro aspecto que também não tem merecido a devida atenção. Apesar de em Portugal não ter havido uma industrialização muito intensa, o país possui algumas paisagens industriais de particular interesse como é o caso dos vales dos rios Ave e Nabão, onde a energia hidráulica desempenhou um papel importante no passado, ou o caso das explorações mineiras.

Nos meios urbanos, cidades como a Covilhã, Guimarães ou Barreiro, são exemplos de cidades marcadas pela indústria. Uma paisagem industrial urbana absolutamente extraordinária é a formada pelos armazéns do vinho do Porto em Vila Nova de Gaia, a maior parte dos quais datam do século XIX.

³⁹ Caminhos-de-Ferro Portugueses.

⁴⁰ A APOREM é também um fórum de debate e reflexão sobre a importância que têm a existência destes espaços culturais para a compreensão do relacionamento entre o passado, o presente e o futuro no desenvolvimento das respectivas instituições enquanto, simultaneamente, divulga e promove o interesse pelo seu próprio património.

⁴¹ O Museu da Electricidade está localizado na antiga na Central Tejo, propriedade da EDP – Electricidade de Portugal, foi uma antiga central termoeléctrica, instalada em 1908 na Junqueira, junto ao rio Tejo, tendo durante várias décadas abastecido de electricidade a cidade de Lisboa.

⁴² Empresa Pública de Águas de Lisboa.

Em finais dos anos 90, o município de Macedo de Cavaleiros promoveu uma campanha de escavações arqueológicas cujos primeiros resultados revelaram dados muito interessantes sobre a existência da Real Fiação de Sedas, através da qual foi introduzida na Península Ibérica a tecnologia do “moinho de seda redondo” importado de Piemonte (Itália), cujos vestígios físicos ainda existentes remontam a 1778, altura em que se estabeleceu na localidade de Chacim a Real Fiação de Sedas.

Foi também por finais do século XVIII que se estabeleceram em Portugal as primeiras fábricas modernas de fiação de algodão. Entre elas destaca-se a Real Fábrica de Fiação de Tomar, fundada em 1789 pelos comerciantes franco-portugueses J. Ratton e T. Lecussan Verdier, a qual ainda existe e esteve em actividade até há bem pouco tempo⁴³, e possuía máquinas e documentação com grande valor patrimonial.

O esforço industrializador desenvolvido pelos governantes do século XVIII projectou-se também nas colónias portuguesas. Em 1767, estabeleceu-se em Angola a Fundação de Nova Oeiras, cujas ruínas foram preservadas e classificadas como monumento histórico pelas autoridades coloniais e pelo governo português em 28 de Maio de 1925, numa época em que nem as fábricas nem muito menos as suas ruínas haviam alcançado o estatuto de património cultural.

Durante a maior parte da sua história Portugal foi um país onde as actividades relacionadas com a agricultura, a pesca e o comércio foram mais relevantes do que a indústria, situação que se prolongou até mesmo depois da segunda guerra mundial. Uma grande quantidade de actividades artesanais tais como a Moagem e a Construção Naval em madeira só desapareceu muito recentemente encontrando-se ainda alguma desta actividade a norte do país, mais concretamente em Vila do conde.

A preocupação com a recuperação e salvaguarda dos Moinhos encontra ainda hoje um grande eco na sociedade portuguesa especialmente nos Municípios rurais do interior, e têm-se publicado um grande número de trabalhos sobre este tipo de actividade pré-industrial.

⁴³ Sobre esta fábrica veja-se MENDES, José Amado; GUIMARÃES, José Manuel da Silva, “História de uma Fábrica: a Real Fábrica de Fiação de Tomar”. in *Revista Portuguesa de História*. Tomo XVII. Coimbra. 1977. pp. 351-358, e também CUSTÓDIO, Jorge; SANTOS, Luísa, “A Real Fábrica de Fiação de Tomar e a primeira geração Europeia e Americana de fábricas hidráulicas”. in *1º Encontro Nacional Sobre o Património Industrial. Op. cit.* pp. 537-647.

No estuário do Tejo existe um importante conjunto de Moinhos de Maré, um dos quais⁴⁴, está convertido em Museu e está integrado no Ecomuseu Municipal do Seixal, como já anteriormente foi referido.

A indústria Cerâmica desempenha ainda hoje um importante papel na economia portuguesa e apesar de muitas fábricas terem desaparecido, os azulejos nelas produzidos no século XIX e princípios do XX constituírem um valioso património artístico que deve ser preservado.

Algumas fábricas e estruturas industriais têm sido classificadas pelo governo português. Entre as mais importantes encontra-se a antiga Tinturaria da Real Fábrica de Lanifícios da Covilhã classificada em 1982 e que actualmente é a sede do Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Lisboa é a cidade que possui o maior conjunto de lugares industriais classificados: a Estação Ferroviária do Rossio, classificada em 1971; a Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego, classificada em 1978; o Bairro Grandela⁴⁵, a Garagem Auto Palace e a Fábrica de Sedas, classificados todos eles em 1984. Foram também classificados em Lisboa a Fábrica Nacional de Cordoaria, a Fábrica “Standard Eléctrica” e a “Vila Berta”, um bairro operário com características muito próprias situado na capital.

No Porto as estruturas mais importantes entre as já classificadas são as duas pontes metálicas do século XIX⁴⁶. Também na cidade do Porto uma antiga oficina de reparação de carris construída em 1915⁴⁷ foi reutilizada para albergar o museu do Carro Eléctrico. Este museu foi muito bem acolhido pelo público, o que se justifica pela forte presença daquele meio de transporte na caracterização da cidade, e pela rigorosa recuperação dos diversos modelos que se encontram expostos.

No que se refere a lugares industriais classificados devemos aludir ao já referido conjunto de dez Moinhos de Maré existentes no Concelho do Seixal, Distrito de Setúbal, em pleno estuário do Tejo, que foram classificados em 1984, à Fábrica de Gelo de Montejunto no Cadaval, à Fábrica Nova da Romeira em Alenquer e às ruínas da Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coina no Concelho de Barreiro.

⁴⁴ O Moinho de Maré de Corroios.

⁴⁵ Um conjunto de moradias operárias construído nos inícios do século XX.

⁴⁶ A ponte ferroviária e rodoviária D. Luís I, projectada pelo engenheiro francês Théophile Seyrif, e a ponte ferroviária D. Maria Pia, actualmente fora de serviço cujo arco parabólico foi também projectado por Seyrig e construído pela casa Eiffel. Esta última ponte encontra-se classificada como monumento nacional desde 1982 e como International Historical Civil Engineering Landmark desde 1990 pela American Society of Civil Engineers.

⁴⁷ Antiga Central Termo-Eléctrica de Massarelos.

Merecem também menção alguns edifícios e equipamentos de interesse arqueológico industrial que permanecem em actividade, uma das melhores maneiras de conservá-los. Refira-se o Elevador de Santa Justa e a sua elegante estrutura metálica, construído em 1902⁴⁸. Também não deve ser esquecida a Estação Ferroviária do Rossio, uma obra de José Luís Monteiro ao estilo Neo-Manuelino construída em 1886-87 e que reabriu ao público muito recentemente após obras de recuperação do edifício e consolidação do túnel.

Infelizmente em Portugal não há uma grande tradição de reutilização de antigos edifícios industriais. No entanto tem-se registado alguns bons exemplos de reutilização para a instalação de museus. A Fábrica de Cerâmica Jerónimo Pereira Santos, fundada em Aveiro em 1896, foi recuperada, sendo actualmente reutilizada como escola profissional e centro cultural apesar de grande parte do seu interior ter sido demolido preservando-se unicamente as fachadas e uma das chaminés.

O estudo do Património Industrial, partindo da sua localização, integra uma dupla dinâmica: por um lado a do próprio sítio industrial que, enquanto lugar de produção ocupado propõe sucessivas actividades, transformando o território, e alterando a própria paisagem, e, por outro lado, as dinâmicas dos fluxos⁴⁹ que percorrem o espaço fabril, traduzindo materialmente a sua actividade.

A Arqueologia Industrial procura compreender a forma como estas duas vertentes se organizam e como se articulam, contribuindo para o conhecimento e a preservação daqueles testemunhos. As publicações na área da Arqueologia Industrial têm aumentado consideravelmente nos últimos anos sendo que uma grande parte consiste em Artigos de revistas e Actas de Congressos.

No que a Portugal diz respeito, apesar de existir um considerável número de textos sobre o conceito de Arqueologia Industrial e sobre algumas realizações no campo da identificação, da valorização e da divulgação de Património Industrial, a sua publicação encontra-se dispersa por revistas, nem sempre fáceis de encontrar ou identificar, por actas de congressos e catálogos de exposições, cuja divulgação é muitas vezes restrita.

⁴⁸ Actualmente é o único sobrevivente dos elevadores verticais que houve na cidade de Lisboa, de estilo Neogótico foi projectado pelo engenheiro português de origem francesa Raoul Mesnier du Ponsard.

⁴⁹ De energia, dos produtos e dos trabalhadores.

Quanto às publicações periódicas, refiram-se as seguintes: a revista “Património Industrial” actualmente publicada pela APPI⁵⁰; a revista “Arqueologia & Indústria” publicada pela Associação Portuguesa de Património do Industrial (APAI) e publicado pelo Ecomuseu do Seixal o boletim informativo “Ecomuseu Informação”.

Um melhor acesso às várias publicações permitiria que se comparassem, de um modo mais sistemático e crítico, os procedimentos metodológicos aplicados e os resultados das várias intervenções realizados, bem como as medidas de conservação e de protecção tomadas em cada caso concreto e as formas de valorização e divulgação encontradas para esses testemunhos. Contribuía-se assim de forma mais eficaz para o desenvolvimento e consolidação desta área de conhecimento e para a salvaguarda do Património Industrial em Portugal.

Como resultado da diversificação e da especialização do turismo, a APAI foi convidada pelo Centro Nacional de Cultura⁵¹ para, entre 1988 e 1990, organizar e leccionar um curso de guias especializados em arqueologia, com uma forte componente de arqueologia industrial. Por outro lado, o estudo da disciplina de Arqueologia Industrial foi incluída nos planos curriculares de várias universidades portuguesas das quais podemos destacar Lisboa, Coimbra, Porto, Minho e claro Évora.

4 – Património Industrial e Desenvolvimento Sustentado.

Desde o surgimento do homem na terra que muitas das actividades que se desenvolveram foram uma agressão ao meio ambiente. É contudo, a partir da revolução industrial que tal problemática começa a tomar contornos de realidade preocupante para toda a sociedade, e nas últimas décadas o avanço industrial, dirigido principalmente pelos grandes grupos económicos e comerciais, que, por falta de educação ambiental, passaram a utilizar de maneira irresponsável tecnologias que provocaram graves consequências para o ecossistema.

⁵⁰ Associação Portuguesa para o Património Industrial, é uma instituição sem fins lucrativos tendo sido fundada em 16 de Maio de 1997 e tem sede em Vila Nova de Famalicão.

⁵¹ Com quem já realizara o primeiro curso de iniciação à Arqueologia Industrial.

O conceito de desenvolvimento sustentável, surgiu em 1972, na conferência de Estocolmo⁵², evento que reuniu não só ecologistas mas todas as pessoas que se preocupam com o futuro da humanidade, tendo-se entendido de imediato que o desenvolvimento não poderia acontecer sem disciplina e uso adequado dos recursos naturais.

O mundo ficou ciente de que o crescimento populacional exige a expansão de todas as formas de criação de bens e serviços para impulsionar o desenvolvimento económico entendendo-se, porém que isso não se limita somente ao presente. Implica, sobretudo, que se tenha reservas de recursos naturais para atender as necessidades futuras, decorrentes do crescimento demográfico.

A definição aceite é bem explícita: desenvolvimento sustentável é todo aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade e a capacidade das gerações futuras alcançarem as suas próprias necessidades⁵³.

A promoção do desenvolvimento sustentável é um assunto central sendo incontornável o carácter transversal que a dimensão ambiental assume no momento em que se perspectiva um novo ciclo de desenvolvimento, que se pretende, promova o bem estar social e económico, potenciando precisamente os valores naturais endógenos e sustentando nestes a qualidade de vida e progresso das populações.

As questões ambientais que se encontram hoje na ordem do dia foram em grande parte provocadas pelo desenvolvimento industrial. Associando o património industrial, a programas de educação ambiental, será possível tornar perceptíveis as formas de poluição que ao longo do tempo foram sendo produzidas pelas unidades fabris, assim como todo o tipo de impacte ambiental provocado pela instalação de unidades produtivas.

Simultaneamente, tornar-se-á visível como o desenvolvimento tecnológico e o controlo ambiental permitiram reduzir a poluição e minorar os efeitos do impacte ambiental. A valorização do património industrial assumirá, neste caso, um carácter eminentemente prospectivo e de educação ambiental. O desenvolvimento sustentável, entendido como um meio entre a conservação do património e as novas perspectivas, económicas e sociais, terá como objectivos a preservação e a rentabilização dos recursos naturais e culturais.

⁵² Em 1972 realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, na cidade de Estocolmo na Suécia. Foi essencialmente um encontro de Chefes de Estado para debater as questões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

⁵³ Documento da Organização das Nações Unidas publicado em 1987 com o nome de “*O nosso Futuro Comum*”, também conhecido por relatório da Comissão Brundtland.

É a partir do eixo ambiente-sociedade-economia que se garantem os benefícios obtidos e a preservação dos bens culturais e naturais para as gerações futuras. Numa situação de difícil equilíbrio, interessa encontrar formas válidas de usufruto dos bens patrimoniais que, simultaneamente, permitam a sua preservação a longo prazo.

A memória deve transformar-se num trunfo para criar desenvolvimento e sustentabilidade num dado território, podendo mesmo romper com o tradicional conceito de fronteira ao reatar com o sentido de espaço-memória de outros tempos. Uma vez que a cultura ocupa cada vez mais o espaço de ócio e tempo livre, o turismo cultural ganha força crescente como uma alternativa tanto para a preservação do património como para o desenvolvimento económico das comunidades que, herdeiras dos bens do passado, também são actores da dinâmica cultural contemporânea.

Alfredo da Silva

“Indivíduo invulgar, venerado e temido pelos que o conheceram, aquele industrial marcou a primeira metade do século XX. Os sectores onde interferiu - banca, indústria, comércio, agricultura, construção naval, transportes e seguros - deram pela sua acção, um salto para a modernidade.

Para alguns ele é “um génio do desenvolvimento económico”, para outros, “um pai dos operários”, popular e despótico, generoso e inacessível.

“Revela-se o primeiro empresário a demonstrar que é possível”, dirá Jorge Botelho Moniz, “haver indústria no País”, a revelar “a assistência social, é um dos alicerces” da vida comunitária.

Revela-se, igualmente, o primeiro empresário a pagar salários altos entre nós, a criar bairros operários, a estabelecer assistência médica, a fundar escolas, a montar refeitórios económicos, a organizar cantinas, creches e bibliotecas, a conceder reformas e subsídios.

in Fernando Dacosta, Máscaras de Salazar. p. 276. 2007.

Capítulo II

1 – O Complexo Industrial da C. U. F. e o desenvolvimento do Barreiro.

1.1. – Dos inícios do Barreiro ao Complexo Industrial da C. U. F.

O primeiro registo do Barreiro surge na Baixa Idade Média, em documentos da Ordem de Santiago que estabelecem uma relação entre o lugar e a existência de marinhas de sal, que datam de pelo menos 1322. Os seus primeiros habitantes dedicaram especial atenção às actividades piscatórias e de extracção de sal.

A actual cidade teve origem numa “*pobra*” ou aldeia ribeirinha, repovoada após a reconquista, sob a égide dos Cavaleiros da Ordem de Santiago de Espada. Integrado no antigo Concelho de Riba Tejo, que era um extenso território da margem sul do Tejo que entre os séculos XIII/XV abrangia a região entre a ribeira das enguias (actual Alcochete) e a ribeira de Coina, o Barreiro desenvolveu uma estrutura de povoamento, muito provavelmente a partir de uma das inúmeras “*Quintãs*” ou Casais, que dessiminados por toda a orla ribeirinha tanstagana deram origem aos aglomerados urbanos contemporâneos.

Crescendo à beira do rio, desde muito cedo o Barreiro revelou a sua vocação para as actividades de carácter agromarítimo, em que a pesca, a salicultura e a moagem se complementavam com o cultivo da vinha e o abate da lenha, numa estrutura económica típica das povoações ribeirinhas do Tejo. Em 16 de Janeiro de 1521, D. Manuel outorga Carta de Foral⁵⁴ (Anexo I - Foto 1), ao lugar que então se passa a denominar por Vila Nova do Barreiro⁵⁵. O recém-criado concelho, cujo termo era diminuto: pouco mais de uma légua ao redor do núcleo urbano, assim permanecerá por mais de três séculos (Anexo I – Foto 2), só vindo a sofrer alterações já nos albores do século XX, quando em 1898 se dá a extinção de vários concelhos vizinhos (Alhos Vedros, Coina e Lavradio), o que lhe veio a conferir definitivamente, as actuais delimitações.

⁵⁴ Registada no Livro n.º 35 (fl. 122) da Chancelaria de D. Manuel, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Contemporâneo. A Grande e Progressiva Vila Industrial*. I Volume. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1965. pp. 30-35.

⁵⁵ Sobre o assunto veja-se CARMONA, Rosalina, *Vila Nova do Barreiro. Carta de Foral 1521*. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 2007.

Vila de pescadores e de agricultores, acomodado num litoral recortado (Anexo I – Foto 3), entre a borda de água e a outra banda, o Barreiro é conhecido em finais do séc. XVIII como lugar de passagem entre o Norte e o Sul do País.

Nesta altura era também um local de veraneio e de concorridas romarias. Possuindo uma afamada praia de fina areia branca, águas ricas em peixe e marisco, quintas de lavoura cujas árvores de fruto e oliveiras, vinhas, hortas, searas, pinhais e marinhas de sal abasteciam regularmente, com os seus produtos o mercado da capital⁵⁶.

Os moinhos de água e de vento surgem desde meados do século XVIII nesta paisagem rural assinalando provavelmente um primeiro surto industrializador, sustentado por uma florescente indústria moageira.

Aproveitando a sua excelente situação geográfica, e no âmbito da política fontista de dotar o país de rápidas vias de comunicação interna, saem do Barreiro os primeiros troços da linha do caminho-de-ferro do Sul e Sueste. Esta linha-férrea destinava-se fundamentalmente ao transporte de mercadorias entre a capital e a extensa região alentejana.

O carvão e a madeira, o sal, o vinho e os géneros, chegam e partem nos vapores que estabelecem a ligação entre as duas margens do Tejo. Os comboios transportam, por seu turno, não só produtos minerais e vegetais do sul do país, como também numerosos contingentes de operários corticeiros da serra algarvia ou do Alentejo, que se dispersam por toda a Margem Sul do Tejo e, muito particularmente, se vêm fixar no Barreiro⁵⁷.

A inauguração da via-férrea entre o Barreiro e Vendas Novas, com ramal para Setúbal, em 1861, torna-o uma localidade estratégica, a linha que viria, depois, a chamar-se Sul e Sueste, avançaria, e ficaria a funcionar definitivamente após a inauguração do ramal Pinhal Novo - Setúbal. O Barreiro ganhava estatuto como local de interligação entre Lisboa, Alentejo e Algarve⁵⁸. E a inauguração da estação e gare marítima do Barreiro Mar em 1884, continuaria essa estratégia (Anexo I – Foto 4).

Assim, a construção do caminho-de-ferro teve uma importância decisiva para a alteração das características do Barreiro, que não voltou a ser o que era.

⁵⁶ Sobre o assunto veja-se AMARAL, Isabel Maria da Silva Pereira, *A presença da Companhia União Fabril no contexto industrial Português – de 1865 a 1977*. (Texto Policopiado). [S.L.] : [S.N.] Lisboa. 1993. p. 66.

⁵⁷ Idem p. 67.

⁵⁸ Idem p. 65.

A instalação das primeiras oficinas dos caminhos-de-ferro teve efeitos notáveis sobre a composição social da vila: absorve, por um lado, a mão-de-obra repelida pelo sector agrícola local e, por outro lado, atrai mão-de-obra de fora. Forma-se, pouco a pouco, uma comunidade de ferroviários e operários industriais.

Surgem nessa altura as primeiras fábricas de cortiça que se juntam às pequenas oficinas locais de cordoaria e de descasque de arroz e aos fornos de cal. Nelas prepara-se, para a exportação ou para o mercado interno, cortiça em prancha, bóias de salvação, rolhas e quadros⁵⁹.

Desde então, operou-se na sociedade barreirense uma transformação irreversível, as antigas estruturas económicas entram em decadência, surgindo em 1875 as primeiras fábricas de cortiça já com alguma dimensão (Anexo I – Foto 5), consequência das ligações ferroviárias, prenunciando o grande surto industrial do século seguinte.

Nos primeiros anos do século XX a zona do Barreiro, situada entre o antigo Largo das Obras⁶⁰ junto à beira-rio até aos moinhos de vento da Quinta da Barra-a-Barra era praia, e desta até à estrada nacional em direcção ao Lavradio, eram lezírias.

Apenas ali existiam, perto das águas do rio Tejo, uns armazéns que pertenciam à fábrica de cortiça da casa Bensaúde & Companhia, com um pequeno cais e uma ponte de madeira. A sul da estrada, situavam-se as instalações de uma cordoaria de Guilherme Nicola e outra fábrica de cortiça, da firma Dundas; mais longe a quinta e a vivenda de João Maria de Abreu Moreira. Entre esta e os terrenos marginais, o Alto de Santa Bárbara, com a sua ermida, a Quinta da Formiga e, próximo, um pinhal. No sopé à beira da estrada, Serafim de Melo possuía uma boa terra de cultivo, com árvores de fruto e esplêndida água. A seguir ao Alto de Santa Bárbara, estava o novo cemitério do Barreiro, construído em 1904⁶¹.

Em 1907, a C.U.F. limitava as suas instalações fabris a Lisboa e Alferrarede. Atento à possibilidade de escoar os adubos para o sul do país, Alfredo da Silva pensou em instalar na margem sul do Tejo o complexo industrial da Companhia⁶².

⁵⁹ As referências às primeiras fábricas de cortiça datam de 1865, contudo tratava-se de pequenas unidades produtivas, como era o caso da fábrica de Henrique Lobo fundada em 1875 e que se situava na Rua Miguel Pais, antiga Estrada Nova do Rosário, junto do Largo do Moinho Pequeno. Só cerca de 20 anos depois surgem fábricas com alguma dimensão: a Sociedade Nacional de Cortiças fundada em 1885, e a O. Herold & C^a. Fundada em 1893.

⁶⁰ Actual Largo Alexandre Herculano.

⁶¹ PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras terras do Concelho*. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1963. p. 293.

⁶² Sobre o assunto veja-se AMARAL, Isabel Maria da Silva Pereira, *Op. cit.* pp. 68-69.

A excelente posição do Barreiro no estuário do Tejo e a sua proximidade com a capital, a navegabilidade dos seus canais fluviais e, agora uma nova função de *términus* da linha-férrea, foram razões determinantes para que em 1908 Alfredo da Silva instalasse no Barreiro, as primeiras fábricas da CUF de extracção de óleo de bagaço de azeitona para o fabrico de sabões⁶³.

Para esta decisão pesou também a abundância e baixo preço dos terrenos disponíveis e a existência de matérias-primas, nomeadamente pirite⁶⁴.

Para o efeito Alfredo da Silva adquiriu os edifícios da fábrica de cortiça da firma Dundas, quatro quintas – a Quinta de João Maria de Abreu Moreira, a Quinta da Formiga, a Quinta de Serafim de Melo e a Quinta das Palmeiras ou do Nicola – e alguns terrenos confinantes⁶⁵.

O projecto inicial do conjunto das fábricas foi elaborado pelo engenheiro químico francês A. L. Stinville, que de 1907 a 1927, exerceu o cargo de “Director Técnico das Fábricas do Barreiro”⁶⁶, embora a sua residência se mantivesse em Paris, de onde enviava as instruções, planos, desenhos e restantes informações técnicas relativas às obras, e só se deslocasse ao Barreiro esporadicamente e com estadias pouco prolongadas para verificar o desenvolvimento das obras⁶⁷ (Anexo I – Fotos 6, 7 e 8).

⁶³ A Companhia União Fabril resultou da fusão da primitiva Companhia União Fabril, fundada em 1865 com o objectivo de fabricar sabão e sabonetes de todas as qualidades, velas de estearina, óleo de purgueira e demais óleos, com a Companhia Aliança Fabril. Esta fusão que se realizou em 1898 deveu-se à iniciativa de Alfredo da Silva. Sobre o assunto veja-se SILVA, José Miguel Leal da, GOMES, Gilberto, CRUZ, Isabel, “Sobre o Complexo Industrial da C.U.F. no Barreiro”. in *Momento de inovação e engenharia em Portugal no século XX*. (Coordenação Manuel Heitor, J. M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo). Ed. D. Quixote. Lisboa. 2004. pp. 243-244. Veja-se também de FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva – Biografia*. José de Mello e Bertrand Editora. Lisboa. 2004. pp. 93-107.

⁶⁴ Sobre este assunto veja-se TELO, António, “Alfredo da Silva e a C.U.F.”. in *História de Portugal*. (Direcção) João Medina. Volume XI. Ediclube. Lisboa. 1995. pp. 244-247.

⁶⁵ PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* 1963. p. 293.

⁶⁶ Sobre o assunto veja-se AMARAL, Isabel Maria da Silva Pereira, *Op. cit.* p. 68.

⁶⁷ Veja-se o site <http://fbricasol.blogspot.com/2006/01/memria-sobre-l-stinville-l-parte.html>, consultado em 04 de Janeiro de 2009.

Nos anos seguintes prossegue o desenvolvimento deste conjunto fabril modernizando-se antiquados sistemas de produção, aparecendo novas e importantes fábricas⁶⁸, como é o caso: da fábrica de superfosfatos e de produção de neveína cuja construção se conclui em 1909; da lixiviação dos resíduos de pirite e da instalação da Fábrica de Sabão do Freixo terminadas em 1911; do início do fabrico de ácido clorídrico e sulfato de sódio e do início da actividade metalo-mecânica em 1912; e da conclusão da fábrica de sulfato de cobre em 1913⁶⁹.

A par da expansão do sector químico de apoio à agricultura, a partir de 1930 a C.U.F. lança também no Barreiro, a produção têxtil pesada e abre as suas próprias oficinas Metalomecânicas a partir de 1940.

O domínio territorial da C.U.F. na vila do Barreiro não pára entretanto de crescer. Novos terrenos são adquiridos a particulares e outras áreas são conquistadas ao rio, a CUF constrói logo em 1930 uma ponte – cais acostável para os seus vapores, tornando-se, aos poucos, uma unidade industrial auto-suficiente; a cadeia de produção desde a entrada da matéria-prima à comercialização do produto fabricado é feita nos recintos das suas fábricas⁷⁰.

No início dos anos 40 a actividade do Complexo Industrial do Barreiro já estava perfeitamente estruturada e as instalações fabris existentes integravam-se na sua quase totalidade numa lógica que combinava a diversificação de produtos com a integração vertical⁷¹.

Em 1958 a C.U.F. ocupava uma área de 79.000 m² (Anexo I – Foto 9) distribuída por uma “*zona fabril*”, com edifícios, arruamentos, parques e cais conquistados ao rio, e uma “*zona social*”, com centro educativo, refeitórios, creches⁷², infantário, escola primária, bairros operários e parque desportivo⁷³.

⁶⁸ PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* 1963. p. 297.

⁶⁹ Sobre o assunto veja-se de DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos, *População e Indústria na Margem Sul do Tejo da regeneração ao Estado Novo*. Tese de Mestrado em Demografia Histórica e Social. (Texto Policopiado). [S.L.] : [S.N.]. Lisboa. 1989. Consulte-se também sobre este mesmo assunto, o site <http://fabricasol.blogspot.com/2005/11/companhia-uniao-fabril-cronologia-i-2.html> consultado em 04 de Janeiro de 2009.

⁷⁰ ALMEIDA, Ana Nunes de, *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias no Barreiro*. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1993. pp. 141-144.

⁷¹ SILVA, José Miguel Leal da; GOMES, Gilberto; CRUZ, Isabel, *Op. cit.* p. 247.

⁷² Na qual as mães operárias se podiam deslocar duas vezes ao dia para dar a mamada aos seus filhos recém nascidos.

⁷³ Em 1968, a C.U.F. figurava entre as 200 companhias industriais de maior relevo no mundo económico internacional. (Revista *life*, 1968). in *Informação Interna C.U.F.*. Publicação C.U.F.. Agosto de 1970.

Entretanto, a “Família Cufista”, expressão com que Alfredo da Silva gostava de se referir aos operários das suas fábricas, cresce a olhos vistos: pouco mais de 100 indivíduos em 1907, rondam já os 2.000 dez anos depois e são cerca de 6.000 nos finais dos anos 30. Os efectivos das várias fábricas rondam, no início da década de 60 os 10.500 indivíduos⁷⁴.

Até 1975, ano em que a C.U.F. foi nacionalizada⁷⁵, este grupo fabril esteve sempre em desenvolvimento. Por esta altura a ausência de medidas coordenadas e bem definidas criou uma situação complicada à empresa que foi ainda agravada pelas dificuldades financeiras que se viveram nos anos seguintes⁷⁶. Em 1990 a Quimiparque demoliu alguns edifícios a Sul e a Sueste. E passou a alugar habitações devolutas a empresas, procedendo à sua recuperação. Quase um século de laboração industrial transformou a antiga vila piscatória, num Barreiro moderno e populoso onde dezenas de milhar de operários corticeiros, ferroviários e químicos, produziram novas riquezas, adquiriram novos saberes e sobretudo foram os actores principais de um Barreiro operário a tempo inteiro.

1.2. – O aumento populacional do Barreiro e o crescimento urbano.

Nos finais do século XIX o Concelho do Barreiro possuía cerca de 6.000 habitantes⁷⁷. Por altura do 4º Recenseamento Geral da População de Portugal realizado em 1900, e segundo a estatística oficial o Concelho do Barreiro tinha 7.944 habitantes.⁷⁸ Em 1911, pelo 5º Recenseamento Geral da População de Portugal e pela estatística oficial a população deste Concelho tinha aumentado para 12.203 habitantes.

Nesse ano, e já em acelerado ritmo de crescimento da sua população, a então vila do Barreiro tinha deixado para trás várias capitais de distrito entre as quais: Guarda, Vila Real, Bragança, Castelo Branco, Leiria e Viseu e as cidades de Abrantes, Chaves, Figueira da Foz e Tomar.

⁷⁴ ALMEIDA, Ana Nunes de, *Op. cit.* pp. 15-17.

⁷⁵ Decreto-Lei n.º 532/75 de 25 de Setembro.

⁷⁶ Sobre o assunto veja-se SILVA, J. M. Leal da; GOMES, Gilberto; CRUZ, Isabel, *Op. cit.* pp. 276-277.

⁷⁷ AMARAL, Isabel Maria da Silva Pereira, *Op. cit.* p. 67.

⁷⁸ Poderemos dizer que os recenseamentos são uma espécie de fotografia da população num determinado momento do tempo. Daí que toda a informação recolhida seja o mais exaustiva possível, respeitante a um determinado ano e por referência a um determinado mês. Os primeiros recenseamentos modernos foram efectuados em finais do século XVIII nos países do norte da Europa. No século XIX realizaram-se também em Inglaterra, França, Prússia e nos Países Baixos. Em Portugal, o primeiro recenseamento geral da população ocorreu em 1864. Os dados publicados foram apresentados por Distrito, Concelho e Freguesia e apresentavam também informação relativa à idade, sexo, estado civil, ausentes, população flutuante e fogos.

Com 16.130 habitantes em meados dos anos 20, o Barreiro estava, em termos populacionais à frente de cidades como: Covilhã, Elvas, Portimão e Tavira. Ao manter este assinalável ritmo de crescimento demográfico, a então vila do Barreiro viria a ocupar em breve um dos primeiros lugares na escala dos maiores centros populacionais de Portugal.

Em 1940, no 8º Recenseamento Geral da População de Portugal, o Concelho do Barreiro acusava uma população de 26.104 habitantes e em 1960, no 10º Recenseamento Geral da População de Portugal, a população do Concelho elevava-se para 35.088 indivíduos.

Para o ano de 1970, o Instituto Nacional de Estatística, indicou para a população do Concelho do Barreiro, o seguinte número: 59.060 indivíduos.

Ainda e segundo o Instituto Nacional de Estatística, através dos Censos de População realizados em 1981, nesse ano o Concelho do Barreiro atingiu o seu máximo de população com 88.052 habitantes. Os últimos Censos realizados a partir da década 1990 demonstram que o Barreiro tem vindo a perder população, como se pode constatar pelos dados de 1991, 2001 e 2004 com 85.768, 79.012 e 78.992 habitantes respectivamente.

Quadro 1 – Evolução da população do Barreiro nos últimos 104 anos. Ano base: 1900.

Anos	População	Varição
1900	7.944	-
1911	12.203	+54%
1920	15.009	+23%
1930	21.042	+40%
1940	26.104	+24%
1950	29.719	+14%
1960	35.088	+18%
1970	59.060	+68%
1981	88.052	+49%
1991	85.768	- 3%
2001	79.012	- 9%
2004	78.992	- 0.02%

Fonte: Recenseamentos Gerais de População e Instituto Nacional de Estatística. (Anos 1900-2004).

No Barreiro, ao processo de industrialização forte e acelerado corresponde um crescimento populacional de ritmo igualmente rápido, assumindo por isso um papel de liderança na região, assente no forte crescimento industrial no ramo da química. O concelho do Barreiro protagoniza de forma exemplar o sincronismo das variações económicas e populacionais, desenhando um modelo de regulação demográfica de tipo económico⁷⁹. A evolução da população no Barreiro até aos anos 60 esteve directamente ligada com o desenvolvimento da indústria.

Quadro 2 – Evolução da População do Barreiro.



Fonte: Recenseamentos Gerais da População de Portugal. Anos 1900-2004.

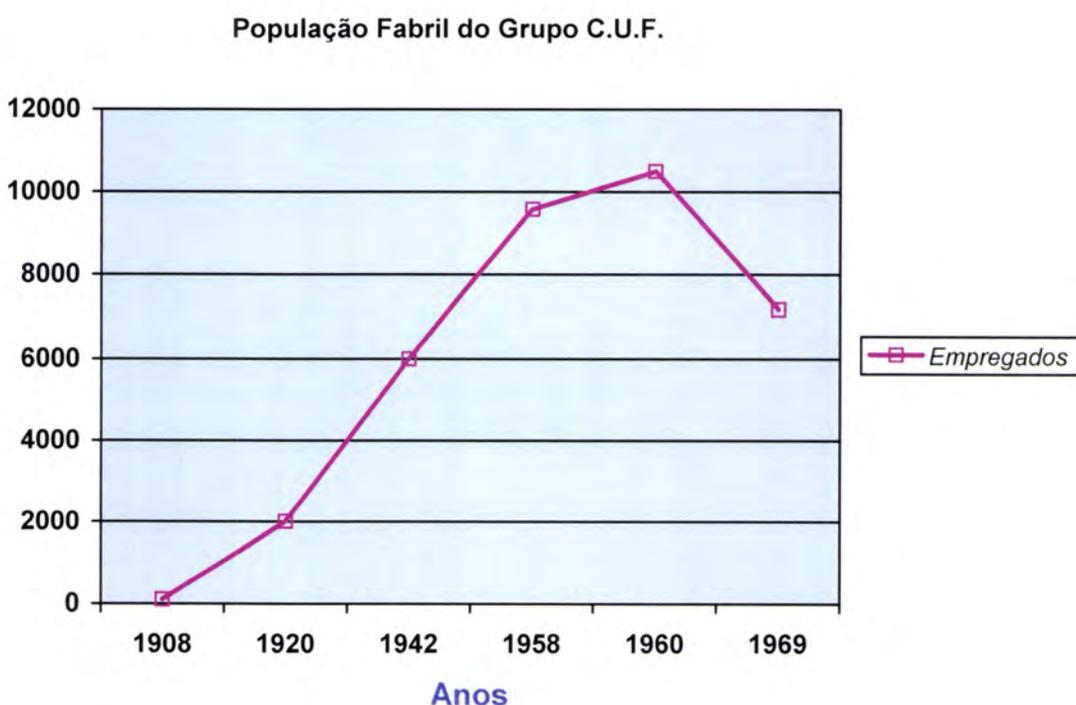
A indústria química vem representar uma nova geração industrial, tendo como protagonista a C.U.F. exemplo máximo de concentração industrial. Para se ter uma ideia mais específica, neste sector estavam recenseadas por volta de 1917, cerca de 123 unidades com um total de 3.745 trabalhadores, sendo que destes, 1.200 pertenciam à C.U.F.⁸⁰.

⁷⁹ Sobre o assunto veja-se DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos, *Op. cit.* p. 139.

⁸⁰ *Idem.* p. 42.

O Barreiro apresentava uma vitalidade demográfica acentuada, radicada na diminuição do peso da população velha no total dos efectivos, o que se reflecte na sua dinâmica económica⁸¹. No Barreiro a actividade predominante é, a partir de 1900 a indústria, acompanhada pelo comércio e serviços⁸². É importante referir o peso que os Empregados da C.U.F. tiveram na evolução total da população do Barreiro, como se pode constatar da comparação directa dos dois gráficos apresentados.

Quadro 3 – Evolução da População Fabril do Grupo da C.U.F.



Fontes: Pais, Armando da Silva. *O Barreiro Moderno e Contemporâneo. A Grande e Progressiva Vila Industrial*. Volume I. 1965. *50 Anos da C.U.F. no Barreiro*. 1958.

Em meados dos anos 60 a população fabril superava o 10.000 trabalhadores, e se a estes, multiplicarmos por três o número médio de elementos que constituíam os agregados familiares, facilmente podemos chegar à conclusão que mais de metade da população do Barreiro, dependia directa e indirectamente das fábricas da C.U.F..

⁸¹ Veja-se DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos, *Op. cit.* p. 72.

⁸² Idem. (gráfico). p. 78.

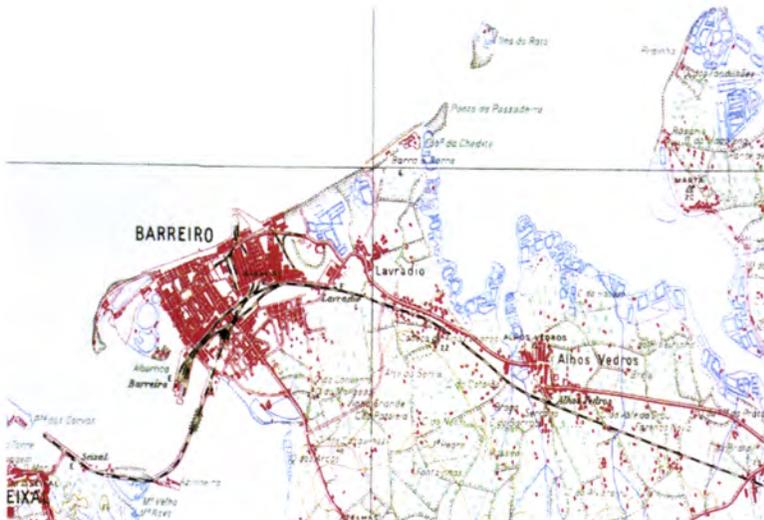
A partir dos finais dos anos 60, embora o número de trabalhadores da C.U.F. diminua, continua o aumento da população do Barreiro, o que pode ser explicado pelo desenvolvimento de outras actividades económicas, nomeadamente serviços e comércio, mas sobretudo pelo facto de o Barreiro se ter tornado uma zona de residência de pessoas que trabalhavam em Lisboa.



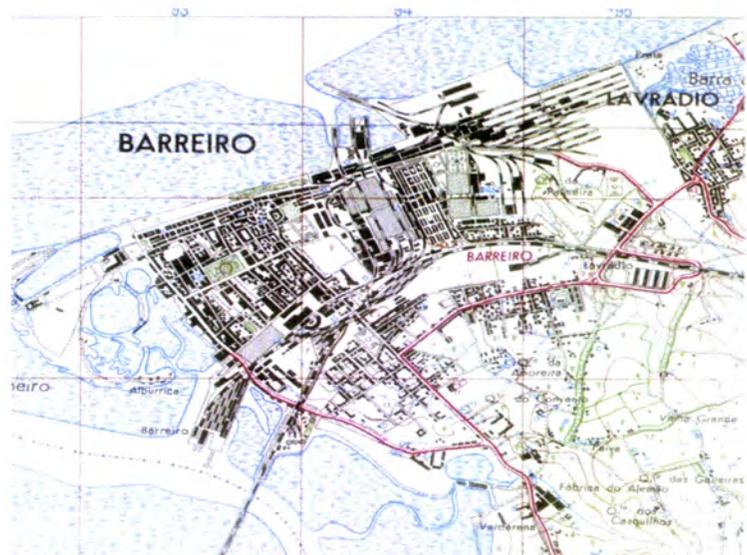
Carta Militar 1:50.000 do Instituto Geográfico e Cadastral – 1902.



Carta Militar 1:25.000 do Instituto Geográfico do Exército -1930.



Carta Militar 1:25.000 do Instituto Geográfico do Exército – 1953.



Carta Militar 1:25.000 do Instituto Geográfico do Exército – 1961.



Carta Militar 1:25.000 do Instituto Geográfico do Exército – 1993.



Carta Militar 1:25.000 do Instituto Geográfico do Exército – 2002.

Como podemos observar, através destas cartas topográficas dos anos de 1902, 1930, 1953, 1961, 1993 e 2002, a malha urbana do concelho do Barreiro é desenvolvida em volta do complexo fabril a norte, e em redor da linha do caminho de ferro a sul, sendo estes dois factores muito importantes na organização do núcleo urbano da cidade, originando como que um efeito tampão ao desenvolvimento integrado da mesma. Esta realidade também é visível através das fotografias aéreas dos anos de 1947, 1977, 1986 e 2006, nas quais podemos observar mais uma vez, que a malha urbana se encontra limitada pelo caminho-de-ferro e a fábrica (veja-se Anexo II).

2. – O peso do Operariado e o surgimento dos Bairros Operários.

2.1. – O problema da habitação do Operariado e o surgimento dos Bairros Operários.

Os problemas relacionados com a habitação, e sobretudo a sua carência, surgem associados aos processos de industrialização nos finais do século XVIII e princípios do XIX, nos países em que a revolução industrial ocorreu, arrastando consigo a expansão do capitalismo industrial e financeiro, o processo de urbanização e a alteração das estruturas agrárias existentes, provocando o afluxo populacional às cidades, a difusão do trabalho assalariado e o inevitável agravamento de situações de tensão social⁸³.

As chamadas “*Vilas Operárias*” surgem em Portugal no século XIX⁸⁴, construídas por negociantes e industriais (Anexo I – Foto 10), para albergar famílias operárias⁸⁵.

A ideia de criação de “*bairros operários modelo*” em Lisboa data de 1899, altura em que a cidade foi devastada pela peste bubónica e se tomou consciência, do perigo que, constituíam aqueles aglomerados populacionais sem quaisquer condições de higiene⁸⁶.

Estes “*bairros modelo*” deveriam oferecer as condições mínimas de espaço habitável e saneamento básico, mas os exemplos conhecidos da época revelam que não possuíam os princípios mais básicos e elementares.

Tratavam-se de construções destinadas a alugar, pelas quais o senhorio recebia uma renda, o que, à partida desmonta qualquer ideia de filantropia por parte dos proprietários que, investiam nas habitações para as classes menos favorecidas⁸⁷. Contudo, estas habitações destinavam-se, a ser arrendadas aos operários mais assíduos e cumpridores, assumindo mais o carácter de um prémio aos seus méritos e não um auxílio às suas condições de vida.

⁸³ JANARRA, Pedro, *A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo*. Tese de Mestrado em Sociologia. (Texto Policopiado). [S.L.]: [S.N.]. Lisboa. 1994. p.19.

⁸⁴ Sobre o assunto veja-se PEREIRA, Nuno Teotónio, “PÁTIOS E VILAS DE LISBOA, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário”. in *ICS – Habitação na Cidade Industrial, 1870-1950*. Recolhido em <http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/textos/textos.htm> consultado em 20 de Março de 2009.

⁸⁵ CARMONA, Rosalina, *...do Barreiro ao Alto do Seixalinho. Um passado Rural e Operário*. Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho. 2005. p. 73.

⁸⁶ Idem. p. 80.

⁸⁷ GROS, Marielle Christine, *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Ed. Afrontamento. Porto. 1982. p. 98.

A questão habitacional era referida como um dos problemas principais dos operários, pois além dos elevados custos das rendas, em geral, as habitações não ofereciam conforto nem acomodações suficientes⁸⁸.

O problema da habitação foi sempre um problema grave para a população de mais fracos recursos, tendo uma grande parte da mesma deparado com a falta de moradias de renda acessível em relação aos seus ordenados.

Daí o facto de muitos empregados e operários que tinham no Barreiro a sua ocupação, se verem forçados a viver em Alhos Vedros, na Moita, Pinhal Novo ou até mesmo mais longe no Seixal ou Lisboa por falta de habitações de renda económica.

Dos três pilares que marcaram a indústria no Barreiro, o Caminho-de-Ferro, a Indústria Corticeira e a C.U.F., foi esta última que em 1908, deu início, no Barreiro à construção do seu Bairro Operário, realização de carácter social das mais dignas efectuadas no Concelho.

A par da atenção que dispensava à actividade fabril e comercial da C.U.F., Alfredo da Silva manifestava igualmente acentuado interesse pelas regalias e pelo bem-estar do seu pessoal, protegendo também as suas iniciativas.

Daí que o projecto inicial do conjunto das fábricas, que foi elaborado pelo engenheiro químico francês A. L. Stinville⁸⁹, incluísse a construção de um Bairro Operário⁹⁰, que começou logo a ser edificado (Anexo I – Fotos 11 e 12).

A uma das ruas desse mesmo bairro foi, mais tarde, dado o nome deste técnico estrangeiro, amigo pessoal de Alfredo da Silva e seu principal auxiliar durante cerca de 20 anos na direcção técnica das instalações. Nos anos 50 foi edificado um novo bairro da C.U.F. no Alto do Seixalinho, constituído por 4 blocos que, ficaria conhecido por Bairro Novo da C.U.F.

⁸⁸ CARMONA, Rosalina, *Op. cit.* 2005. p. 80.

⁸⁹ Em 1907, Alfredo da Silva, administrador – gerente da C.U.F., chamou a Lisboa, após referências obtidas junto de industriais franceses, Auguste Lucien Stinville, para lhe entregar a realização da engenharia global do complexo industrial químico – adubeiro que pretendia erigir no Barreiro, iniciando-se assim uma colaboração activa que, em termos formais e relativamente à direcção das fábricas do Barreiro, iria perdurar até 1927, mas que prosseguiriam até aos anos 30 através de iniciativas empresariais e de trocas de informações técnicas, e que mesmo após a morte de Alfredo da Silva em 1942, e a II guerra mundial, os técnicos da C.U.F iriam episodicamente manter.

⁹⁰ O qual constituiu o primeiro Bairro de Empresa projectado de raiz, para acomodar famílias operárias. Edificado pela Companhia União Fabril em 1909 nos seus terrenos, nas imediações da fábrica, contando 92 casas individuais para operários e 4 casas para os quadros e empregados, de tamanhos diferentes e qualidade nitidamente superior.

Mas a obra social não era, de todo, gratuita e o caso do Bairro Operário da C.U.F. insere-se dentro desta lógica, em que o proprietário/patrão, além de receber uma remuneração pela renda, consegue aumentar ainda mais a dependência do operário, em relação à mobilidade do emprego⁹¹.

3. – A Habitação Operária.

3.1. – Bairros Operários – o caso do Barreiro.

Como se referiu a estrutura socio-económica do Barreiro que durante séculos se manteve estável, conheceu um desenvolvimento surpreendente a partir de meados do século XIX, com a chegada do primeiro núcleo de transportes ferroviários em 1861⁹², prenuncio do surto industrial que haveria de marcar grande parte do século XX.

Um dos primeiros Bairros Operários do Barreiro, directamente relacionados com o desenvolvimento industrial foi construído a par da instalação do caminho-de-ferro e da locomoção a vapor, e surge precisamente junto da primitiva estação ferroviária do Barreiro (Anexo I – Foto 13), onde actualmente funcionam as oficinas da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário⁹³.

O loteamento da quinta de S. Francisco, com a construção do novo edifício da Câmara Municipal em 1906 (Anexo I – Foto 14), veio a constituir um impulso determinante para a expansão urbana traçando os novos caminhos que a futura Vila Industrial viria a tomar⁹⁴.

Terrenos e quintas foram grandemente valorizados por uma nova procura e pela especulação, passando estes a destinar-se à construção de fábricas e bairros de habitação, nomeadamente de habitação operária⁹⁵.

⁹¹ CARMONA, Rosalina, *Op. cit.* 2005. p. 80.

⁹² A 2 de Fevereiro de 1859, realizou-se a primeira viagem experimental de comboio ao sul do Tejo, ligando as estações do Barreiro a Vendas Novas, numa extensão de 56Km. Protagonista ilustre desta viagem foi o Rei D. Pedro V, que acompanhado de uma importante comitiva, da qual se destacava Fontes Pereira de Melo e Joaquim António de Aguiar, foi entusiasticamente recebido pela Filarmónica do Barreiro e saudado pela edilidade e restante população. A linha que passaria a chamar-se Sul e Sueste, entrou em funcionamento a 1 de Fevereiro de 1861, após a conclusão do ramal Pinhal Novo – Setúbal.

⁹³ CARMONA, Rosalina, *Op. cit.* 2005. p. 67.

⁹⁴ *Idem.* 2005. p. 68.

⁹⁵ ALMEIDA, Ana Nunes de, *Op. cit.* p. 24.

Eram sobretudo conjuntos habitacionais construídos na periferia da vila, especialmente para arrendar a ferroviários e corticeiros e mais tarde para acolher as numerosas famílias de operários da C.U.F. que a partir de 1908 começou a laborar no Barreiro⁹⁶.

Estes “*novos bairros habitacionais*” eram essencialmente constituídos por casas abarracadas, habitadas por famílias numerosas e em condições muito precárias⁹⁷. Foi assim que surgiu o Bairro das Palmeiras, ou “*Bairro da Folha*”, na antiga Quinta da Palmeira, espartilhado entre as fábricas e o caminho-de-ferro, com os seus numerosos “*Pátios Particulares*”, cujo modelo (Anexo I – Fotos 15 e 16) se viria a repetir alastrando a outros locais do Barreiro⁹⁸.

Na maioria dos casos os proprietários construíaam pequenas “*casinhas*” de tijolo e madeira, abarracadas, na retaguarda das suas habitações ou para lá dos seus muros de vedação, constituindo minúsculos pátios (Anexo I – Foto 17) com serventia para a rua⁹⁹.

Na periferia, a partir sobretudo de 1910, surgem vários bairros clandestinos, frequentemente perto das fábricas ou de permeio com vinhas e courelas de terra de sementeira, um pouco dispersos por todo o lado¹⁰⁰.

Outros conjuntos habitacionais foram surgindo também no Barreiro, no âmbito da construção de bairros empresa, levados a cabo por entidades privadas para o seu pessoal, um dos quais foi o Bairro Ferroviário junto ao “*Palácio do Coimbra*”, mandado construir pela C. P. e cuja conclusão das primeiras casas data de 1935.

Tal como acontecia com o bairro operário da C. U. F., é de notar que, sob o ponto de vista da diferenciação social e profissional, este bairro foi especialmente projectado para reproduzir os modelos e grupos profissionais dentro da empresa.

⁹⁶ São já muito poucos os conjuntos arquitectónicos deste património operário mas que constituem ainda raros exemplos no Barreiro e no país, são eles o núcleo concentrado no Alto do José Ferreira, as “*Correntezas*” e “*Vilas Operárias*” na Rua Marquês de Pombal e no Largo Alexandre Herculano, entre outros. Sobre este assunto veja-se o livro de CARMONA, Rosalina, ... *do Barreiro ao Alto do Seixalinho, um passado Rural e Operário*. Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho. 2005.

⁹⁷ Idem. 2005. p. 68.

⁹⁸ É o caso da actual Freguesia do Alto do Seixalinho que possui ainda vários exemplares destes mesmos pátios sendo de destacar além do já referido Bairro das Palmeiras, o Alto dos Silveiros. No Concelho vizinho da Moita, na Freguesia da Baixa da Banheira são também inúmeros os exemplos ainda existentes desta característica forma de urbanização.

⁹⁹ PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* I Volume. 1965. pp. 305-306.

¹⁰⁰ Idem. 1965. pp. 306-307.

Nessa medida, o bairro possuía habitações diferentes para o “*Pessoal Graduado*” e para o “*Pessoal Braçal*” marcando uma distinção que era sensível e visível, desde logo, na aparência exterior¹⁰¹ das casas, que reflectem o estatuto sócio-profissional dos seus moradores. As casas para o “*Pessoal Graduado*” possuíam a porta principal para o largo, enquanto a casa do “*Pessoal Braçal*” possuíam a porta de entrada nas traseiras do largo.

Nos anos subsequentes, a C.P. viria a construir ainda outros alojamentos para o seu pessoal. Em 1958 edificou mais três moradias de um só pavimento no seguimento do bairro do Palácio do Coimbra, e no ano seguinte um bloco de 16 fogos. Em 1964 foram erigidas as moradias junto ao antigo ramal ferroviário do Seixal, desactivado em 1969 após o derrube da ponte¹⁰².

A necessidade de habitações de renda baixa para as classes trabalhadoras começava a tornar-se mais acentuada já no decorrer da década de 1930-40, devido ao grande afluxo de novas famílias ao Barreiro em especial vindas do Alentejo, das Beiras e do Minho. Nesse ano o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Eng.º Bento Viegas Louro, referindo-se especificamente ao problema habitacional do Barreiro afirmava: “...*casa de renda inacessível às classes operarias tem havido. E há muitos construtores que as fazem. Mas de rendas acessíveis, ainda não houve construtores que por elas se interessem no Barreiro. De certo atraídas pelos mais elevados salários que a indústria pode pagar, grandes massas populacionais tem-se fixado naquela “universidade do trabalho” que é o Barreiro. Assim, a população cresceu assustadoramente e, hoje, cerca de 40 mil pessoas compõem 13 mil famílias. Este rápido crescimento provocou falta de casas e, naturalmente, rendas elevadas. Estas, a comunhão de habitação por várias famílias, as barracas, os sótãos, os pátios particulares, etc. e fatalmente, surgem os seus reflexos sociais e humanos inevitáveis: mal-estar social, falta de higiene e promiscuidade.*”¹⁰³

¹⁰¹ CARMONA, Rosalina, *Op. cit.* 2005. p. 85.

¹⁰² Idem. 2005. p. 85.

¹⁰³ Discurso proferido em 23 de Abril de 1964, durante o acto de celebração do acordo para a construção de 1.000 fogos no Barreiro. PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* I Volume. 1965. pp. 316-319.

3.2. - Bairro Operário da C.U.F. (Bairro de Santa Bárbara).

Em 1908, começaram a ser construídas as primeiras casas do Bairro Operário da C.U.F., junto da então estrada do Lavradio¹⁰⁴. Seguiram-se, em 1909 as construções das casas da Rua do Ácido Sulfúrico, e ainda no mesmo ano as moradias da Rua dos Superfosfatos. O bairro era constituído por 92 casas individuais para os operários e 4 casas para os quadros e empregados, de tamanhos diferentes e qualidade nitidamente superiores. As rendas mensais praticadas, bastante económicas, foram de início: 2\$00, 2\$50 e 3\$00 para as moradias de rés-do-chão, 4\$00 e 4\$50 para os 1º andares, incluindo água e luz.

O Bairro Operário da C.U.F. representou um modelo, e uma excepção no panorama vigente das construções para famílias operárias no Barreiro, pelas condições que as habitações ofereciam aos seus ocupantes, o que constituía uma novidade, reconhecida pelos seus contemporâneos. Por outro lado, este novo bairro parece ter influenciado ao nível local nos preços do mercado arrendatário, a fazer fé na imprensa da época, ao contribuir para uma redução dos preços do aluguer de casas¹⁰⁵. A 7 de Dezembro de 1910, o Ministro do Fomento do Governo Provisório da República, Dr. Manuel de Brito Camacho da Silva visitou o conjunto fabril, que causou a melhor impressão ao ilustre visitante, que calcorreou todas as dependências do conjunto industrial já então numerosas, a enorme fábrica de tecelagem para a sacaria, a de adubos químicos e o amplo bairro operário, tendo em seguida manifestado a sua satisfação por ter ido ao Barreiro. Em 1914 contavam-se já no Bairro Operário, cinco extensos blocos. No ano seguinte foram construídas as moradias da Rua dos Óleos, e em 1918, as da Rua do Dinheiro. Até 1928, a Companhia União Fabril foi aumentando o Bairro e construiu as “*Correntezas Operárias*” da Rua do Ácido Sulfúrico, Rua dos Superfosfatos, Rua dos Óleos, Rua do Dinheiro e Rua da Juta e as Travessas da Glicerina, da Oleína, da Estearina, da Pirite e do Azeite de Oliveira¹⁰⁶, as da Rua Stinville¹⁰⁷, e sucessivamente se foi ampliando aquela que foi a parte velha deste bairro (entretanto já demolida), cuja superfície total rondava os 30.000m² (Anexo I – Fotos 18, 19 e 20).

¹⁰⁴ Que abrangia a actual Rua da União, ex-Rua do Industrial Alfredo da Silva.

¹⁰⁵ CARMONA, Rosalina, *Op. cit.* 2005. p. 79.

¹⁰⁶ Como se pode verificar, houve a preocupação de relacionar a Toponímia do Bairro com os produtos que eram produzidos nas fábricas do grupo. Em 1932 quando ampliou a parte Norte da área construída, com mais blocos para operários e pessoal superior, a C.U.F. adquiriu os terrenos do Alto de Santa Bárbara incluindo a Ermida Quinhentista que infelizmente nesse mesmo ano foi demolida.

¹⁰⁷ Foi dado o nome deste técnico estrangeiro a uma das ruas do Bairro, pela sua importância e papel fundamental na edificação do complexo fabril, sua direcção técnica e amizade pessoal a Alfredo da Silva.

Em 1932, devido ao número crescente de operários resultante do aumento do complexo fabril, o alargamento da parte antiga do Bairro Operário torna-se indispensável. Assim, após a compra, pela C.U.F., do Alto de Santa Bárbara e das faixas de terreno à volta, deu-se início à edificação do Bairro Novo, do qual fazem parte alguns prédios de arquitectura moderna, para engenheiros e outros empregados superiores da empresa. Este bairro estende-se por uma superfície de 30.000m², ocupando, uma área aproximadamente igual à do bairro antigo. No seu conjunto, existiam ao todo 312 moradias.

O Bairro Operário da C. U. F. era composto por blocos de moradias, separadas por ruas de 14 metros de largura e 280 metros de comprimento, macadamizadas, e com passeios de calçada portuguesa (Anexo I – Fotos 21, 22 e 23).

Possuía rede de esgotos, abastecimento de água potável através de fontanários, lavadouro junto do depósito de água, balneários, armazém, despensa, padaria, posto médico, escola primária e iluminação pública.

Em 1936 chegou a electricidade ao Bairro Operário. Em Janeiro de 1937, ainda no tempo de Alfredo da Silva foi fundada no Bairro Operário, uma colectividade desportiva, que se elevaria, dentro de poucos anos, até aos lugares cimeiros dos mais importantes clubes portugueses, referimo-nos ao Grupo Desportivo da C.U.F.

3.3. - Bairro Novo da C.U.F. (Bairro do Lavradio ou Bairro dos Católicos).

Nos anos 50 foi edificado um novo bairro da C.U.F. no Alto do Seixalinho, constituído por 4 blocos e que ficaria conhecido por Bairro Novo da C.U.F. (Anexo I – Fotos 24 e 25).

A primeira fase deste Bairro, mandado construir pela C.U.F. para alojar o pessoal das fábricas do Barreiro, foi inaugurada em 16 de Julho de 1955. Os trabalhos tinham-se iniciado em 1954, em terrenos da antiga Quinta da Fonte, em local aprazível, longe das fábricas, num cenário de arvoredos e caminhos de campo e com ligações fáceis e rápidas tanto para as fábricas como para o centro do Barreiro, tendo as novas casas ficado ligadas à zona do Alto do Seixalinho¹⁰⁸.

¹⁰⁸ PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* I Volume. 1965. p. 311.

Totalizando 180 fogos, não é já um “Bairro Operário” no sentido restrito da palavra, nele vivendo e convivendo operários, encarregados, chefes de turno, escriturários e chefes de secção. Neste projecto, idealizado inicialmente pelo arquitecto Cristino da Silva, o velho modelo da casa de piso único com quintal é substituído por modernos apartamentos em blocos de três pisos superiores, cinco portas em cada bloco e dois apartamentos por andar, acrescentados com caves inteligentemente desenhadas para poderem ter janelas para a rua, na frente e nas traseiras, à maneira dos *basements* ingleses¹⁰⁹.

Os edifícios foram construídos em betão armado, paredes exteriores duplas de tijolo e pavimentos em tijolo-armado garantindo, por isso, o desejado isolamento térmico e sónico de andar para andar, possibilitando consideráveis poupanças de energia, tornando as casas mais confortáveis e com garantia de uma maior privacidade, nem sempre possível no bairro de Santa Bárbara, onde se fazia uma vida típica de bairro e onde se conversava de quintal para quintal.

Na fase inicial foram inaugurados dois blocos de moradias (Bloco Alferrarede e Mirandela) com 45 habitações cada para operários, e a norte deste local foram construídas 10 moradias para pessoal superior.

A 23 de Dezembro de 1956 foram inaugurados, por altura das tradicionais festas de Natal dedicadas pela gerência da C.U.F. a todos os seus servidores, mais dois blocos de habitação, o Bloco Soure e o Canas de Senhorim.

As casas deste bairro tinham a particularidade de ser atribuídas só aos trabalhadores que fossem casados pela igreja católica, daí a designação popular de bairro dos católicos.

3. 4. – Correntezas Operarias, Bairros Semi-Clandestinos e Pátios.

Tratavam-se de modestas e simples correntezas de casas alinhadas em fila e que, de um lado e do outro da estrada, iam dando corpo às ruas que iam surgindo. Este modelo tinha a vantagem de poder ser reproduzido para um número maior de habitações, o que veio a acontecer devido ao aumento da procura de casa, que determinou que se construíssem novas filas ou bandas de casas deste tipo, a que se dá vulgarmente o nome de Correntezas (Anexo I – Fotos 26 e 27).

¹⁰⁹ MORAIS, Jorge, *Rua do Ácido Sulfúrico – Patrões e Operários: um olhar sobre a C.U.F. do Barreiro*. Editorial Bizâncio. Lisboa. 2008.

A Nascente e Sul da então Vila do Barreiro, em especial no Bairro das Palmeiras, a falta de casas para operários deu ensejo a que alguns dos proprietários dos terrenos se tivessem lançado na construção de forma algo encapotada de casas de tijolo e madeira de tipologia abarracada localizadas nas traseiras das suas próprias habitações.

A partir de 1938 a Câmara Municipal do Barreiro intensificou a repressão no sentido de proibir essas habitações e de certa forma conseguiu-o, só que se deixaram de ser construídas no Barreiro, foram surgir no Concelho vizinho da Moita na actual Freguesia da Baixa da Banheira, que faz fronteira imediata com o Concelho do Barreiro.

De referir que neste ano de 1938, o então presidente da Câmara Dr. Lima de Albuquerque, numa entrevista ao *Diário de Notícias* dava conta da intenção do Município de construir um “*bairro operário modelo*”, que teria cerca de 400 casas de 3 a 4 divisões; 100 casas de 4 a 5 divisões e 40 casas de 5 a 6 divisões “*em substituição das anti-higiénicas habitações existentes onde a vida decorria entre imoralidade e imundice*” justificando desta forma esta mesma necessidade. Infelizmente tal ideia nunca passou de isso mesmo um desejo pois na prática tal ideia nunca passou à fase de projecto¹¹⁰.

4. – Espaços de lazer e actividades culturais ligados ao Operariado.

Fixar selectivamente a mão-de-obra mais qualificada constituiu desde sempre uma preocupação dominante dos patrões da C.U.F.. O próprio Alfredo da Silva lançou em 1907 a par da estratégia de crescimento industrial, as bases de uma “obra social” da Companhia União Fabril no Barreiro. Não escondia, aliás, os seus objectivos pragmáticos, tratava-se efectivamente de prender o operário à fábrica, proporcionando-lhe fora das fábricas e após o horário de trabalho, toda uma rede interna e privativa de serviços de apoio de modo a que nada faltasse para a rotina da sua vida familiar. Alojamento, educação, consumo, socorro e assistência na doença ou invalidez e mesmo formas de lazer, tudo eram “regalias” que a grande fábrica pretendia oferecer aos seus trabalhadores¹¹¹.

¹¹⁰ PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* I Volume. 1965. pp. 306-307.

¹¹¹ ALMEIDA, Ana Nunes de, *Op. cit.* p. 166.

4.1. – Banda de Musica.

Data do ano de 1911, a iniciativa do pessoal da C.U.F. de fundar uma sociedade de instrução e recreio e com o beneplácito de Alfredo da Silva, surge então a primeira colectividade com esse carácter específico à qual foi dado o nome de Academia Recreativa e Musical do Pessoal da Companhia União Fabril.

A colectividade ficou instalada na vivenda da quinta de João Maria de Abreu Moreira, que fora adquirida pela C.U.F. para construção do Bairro Operário. Com a conclusão da segunda fase deste bairro foi construído um edifício específico para esta agremiação, tendo a mesma alterado o nome para Liga de Instrução e Recreio da C.U.F..

Em 27 de Janeiro de 1941 esta colectividade foi integrada no Grupo Desportivo desta empresa como uma das várias Secções das suas diversas actividades culturais, passando a chamar-se “Banda do Grupo Desportivo da C.U.F.”

Era constituída essencialmente por músicos amadores, todos eles trabalhadores da C.U.F. chegando a contar em 1967 com 42 executantes, sob a regência de Domingos Canhão, que a conduziu a um nível artístico de grande relevo (Anexo I – Foto 28).

Em 1960 no 1º concurso de Bandas Cívicas organizado pela F.N.A.T.¹¹², após ter vencido as duas eliminatórias do dito concurso, foi apurada para a final da 1ª categoria, conquistando um honroso 3º lugar. Foi considerada a melhor banda do sul e centro do país, já que os dois primeiros lugares foram para o norte, nomeadamente para as Bandas Filarmónicas do Pejão e de Fafe.

Era frequentemente chamada a abrilhantar manifestações de carácter colectivo¹¹³ onde era considerada indispensável, tendo esta mesma Banda¹¹⁴ executado diversos concertos, quer no Distrito de Setúbal, quer pelo país fora, brindando por diversas vezes a população do Barreiro com audições que eram executadas nas Festas Tradicionais, no Parque Municipal, no Cinema-Ginásio, etc.

¹¹² Federação Nacional para a Alegria no Trabalho.

¹¹³ Diversas Festas, Sessões Solenes, Cortejos de Oferendas e Procissões, Homenagens, Recepções, etc.

¹¹⁴ Sobre a Banda de Musica veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* II Volume. 1968. pp. 31-32. MORAIS, Jorge, *Op. cit.* pp. 123-124.

4.2. - Grupo Desportivo da C.U.F.

O Grupo Desportivo da C.U.F. foi fundado a 27 de Janeiro de 1937. A ideia dos fundadores foi a de cativar os milhares de operários das fábricas para a prática do desporto, tendo ganho muitos adeptos em especial na delegação do Barreiro.

A sua sede foi instalada provisoriamente junto das fábricas dos tecidos e dos campos de ténis que ali existiam (Anexo I – Fotos 29 e 30). Depois da fusão da Liga de Instrução e Recreio da C.U.F. com o Grupo Desportivo, esta passou a funcionar em edifício próprio situado no Bairro Operário (Anexo I – Foto 31). Em 1941 o G.D. da C.U.F. criou a sua biblioteca, tendo por base os livros já existentes na Liga¹¹⁵.

Logo no primeiro ano de existência o clube foi campeão regional de remo, além de movimentar desportistas em tantas outras modalidades tais como: atletismo, basquetebol, ciclismo, ginástica, natação, ténis, tiro ao alvo e caça, vela e futebol. De referir que as modalidades praticadas ao longo da história do clube foram diversas, muitas das quais autênticos casos de sucesso, como o futebol, o mais popular e o que arrastava mais adeptos; o remo; hóquei em patins; atletismo; basquetebol; ginástica e judo. Foi inclusive, um dos primeiros clubes a trazer o judo para Portugal por volta dos anos 60.

O ano de 1954 fica marcado pela estreia no escalão principal de futebol de mais um clube da margem sul do Tejo – o Grupo Desportivo da C.U.F.. O clube já uma vez tinha participado na primeira divisão (na época de 1942-43) mas com o nome de Unidos do Barreiro. No ano seguinte o G. D. da C.U.F. inaugurou, a 1 de Maio, o seu campo de jogos situado junto do alto de Santa Bárbara¹¹⁶, no meio das instalações fabris, mas com o sucesso do clube, este espaço tornou-se demasiado pequeno (Anexo I – Fotos 32, 33, 34 e 35). Seria neste campo que os atletas do clube, todos jogadores - operários, iriam conquistar as primeiras vitórias. Esse estatuto começou por marcar a diferença, numa altura em que se começava a falar do profissionalismo dos futebolistas, o Grupo Desportivo da C.U.F. entrava nas competições com equipas formadas em exclusivo por trabalhadores da empresa, desportistas por amor e devoção.



¹¹⁵ Veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* II Volume. 1968. pp. 259-263.

¹¹⁶ Actualmente o Campo de Santa Bárbara é um depósito de entulho de materiais de construção.

O parque desportivo de Santa Bárbara, onde em 1962 foi concluída a instalação eléctrica incluía: Campo de Basquetebol, Court de Ténis, Circuito de Patinagem e prática de Hóquei (Anexo I – Fotos 36 e 37) sendo este local também utilizado para sessões de cinema ao ar livre¹¹⁷. Em 1965 o clube abandona o recinto de Santa Bárbara e passa a jogar no novo estádio, o Estádio Alfredo da Silva, com capacidade para 22.000 pessoas e um relvado com 105m x 70m de dimensão.

Este estádio situa-se perto do Bairro Novo da C.U.F., muito próximo da linha limite do Concelho do Barreiro com o da Moita. Tendo sido planeado para ser inaugurado pelo Centenário da C.U.F., foi o mesmo inaugurado a 30 de Junho de 1965 pelo então Presidente da República Almirante Américo Tomás, tendo tomado parte do mesmo um desfile com cerca de 1.300 atletas de 53 clubes desportivos de todo o Distrito de Setúbal, e presenciado por cerca de 20.000 espectadores.

O jogo inaugural do Estádio Alfredo da Silva contou com presença da equipa do Sport Lisboa e Benfica, o qual terminou com um empate a um golo¹¹⁸.

A primeira passagem pelo escalão principal foi efémera e a colectividade passou os anos seguintes a criar as condições para o regresso. Assim no verão de 1954 o Grupo Desportivo da C.U.F. deu início a uma aventura que durou 22 anos consecutivos na 1ª Divisão¹¹⁹.

O emblema tornou-se nas duas décadas seguintes um dos mais respeitados da prova, alcançando alguns lugares de destaque: foi duas vezes 5º (1959-60 e 1963-64) outras duas vezes 4º (1961-62 e 1971-72) e uma vez 3º (1964-65). Este histórico lugar no pódio foi conseguido com Manuel de Oliveira como treinador, também ele antigo jogador do clube, e permitiu que o clube se estresse nas competições europeias.

A primeira presença na Taça das Cidades com Feira (actualmente Liga Europa) levou mesmo o poderoso AC Milan a deslocar-se ao Lavradio de onde saiu derrotado por dois a zero, sendo que os italianos só eliminaram a equipa do Grupo Desportivo da C.U.F. num terceiro jogo de desempate.

¹¹⁷ Veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* 1963. pp. 301-302. PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* II Volume. 1968. p. 266.

¹¹⁸ Sobre o Estádio Alfredo da Silva veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* II Volume. 1968. pp. 266-270. www.grupodesportivofabril.pt/estadio.htm, consultado em 10 de Dezembro de 2008.

¹¹⁹ Com 23 presenças no Principal Escalão do Futebol Português, faz com que ainda hoje, o clube ocupe o 15º posto na classificação de todos os campeonatos.

O clube teve mais duas participações nesta prova: em 1967-68, tendo sido eliminado pelo Vojvodina; e em 1972-73, conseguindo o apuramento para a segunda eliminatória, depois de duas vitórias sobre os belgas do Racing White (1-0 e 2-0), sendo posteriormente afastado pelos alemães do Kaiserslautern (1-0 e 1-3).

As convulsões sociais e políticas que resultaram da revolução dos cravos marcaram o início do fim do Grupo Desportivo da C.U.F. como clube na primeira divisão. Na época de 1975-76 o último lugar ditou a descida de divisão e o consequente fim da aventura do clube do Lavradio entre a elite do futebol¹²⁰.

Em 1980 o clube tornou-se Grupo Desportivo da Quimigal, nome utilizado até finais do século XX, quando já tinha caído nos campeonatos distritais. Em 2000 surgiu com uma nova alteração no nome passando a Grupo Desportivo Fabril, o qual é utilizado nos dias de hoje¹²¹. Dos tempos áureos restam os troféus e as muitas taças conquistadas nas várias modalidades e ainda sobrevive o Estádio Alfredo da Silva, de arquitectura típica do Estado Novo, sendo um dos mais notáveis e belos estádios de Portugal, sendo actualmente palco de futebol do 4º escalão nacional¹²².

4.3. - Marchas Populares.

Entre os anos de 1940 e 1950 a juventude do Barreiro chegou a organizar “*marchas populares*” quer por bairros, quer por colectividades, sob influência das marchas dos Santos Populares de Lisboa (Anexo I – Foto 38).

¹²⁰ Ao longo dos últimos 97 anos o clube teve os seguintes nomes:

- Academia Recreativa e Musical do Pessoal da C.U.F.; - Liga de Instrução e Recreio da C.U.F.
- Grupo Desportivo da C.U.F.; - Grupo Desportivo da Quimigal; - Grupo Desportivo Fabril de Barreiro.

¹²¹ Maiores Glórias do Clube:

- Vencedor de uma Volta a Portugal em Bicicleta (1939); - Campeão Nacional de Futebol da 2ª Divisão (1954); - Vice – Campeão Nacional de Futebol Júnior da 1ª Divisão (1954); - Terceiro Lugar no Campeonato Nacional da 1ª Divisão (1964); - Campeão Nacional de Hóquei em Patins (1964); - Vitória sobre o AC Milan (1965); - Diversos Títulos Nacionais e Internacionais na modalidade de Remo

¹²² Sobre o Grupo Desportivo da C.U.F. veja-se: AMARO, Miguel, “Grupo Desportivo da C.U.F., um clube diferente”. in *Os anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*. Livro 11, Cinco violinos no relvado. Planeta DeAgostini. Lisboa. 2008. pp. 186-189. MORAIS, Jorge, *Op. cit.* pp. 121-123. PAIS, Armando da Silva – *Op. cit.* 1963. pp. 301-302. PAIS, Armando da Silva – *Op. cit.* II Volume. 1968. pp. 259-272. www.grupodesportivofabril.pt/Historial.htm. consultado em 10 de Dezembro de 2008. SOBRAL, Fernando; SA, Elisabete de; LEITE, Agostinho; com Prefácio de Eduardo Catroga, *Alfredo da Silva a CUF e o Barreiro. Um século de revolução industrial em Portugal*. Bnomics. Lisboa. 2008. pp. 106-107.

As músicas eram escolhidas entre as mais conhecidas na época, com letras feitas especialmente para elas. Um dos grupos mais activos desta época foi um que teve a sua sede no Largo das Obras n.º7.

A 27 de Julho de 1941 organizou um passeio/excursão à região de Alcobaça, onde se estreou com a sua “marcha” com música do filme “*Maria Papoila*”, sendo a letra de José Rosa Figueiredo, funcionário da C.U.F., que com apenas 19 anos, não pode deixar de dar voz através dos seus versos às características que mais marcavam esta vila industrial¹²³.

Anos mais tarde numa outra excursão desta feita ao Minho, o mesmo autor foi convidado a escrever a letra para a marcha que iria ser cantada pelos seus amigos através do país, com a música da marcha “*Lá Vai Lisboa*”. Tendo retomado o tema daqueles seus versos, voltou a escrever nova letra que imprimiu num folheto e distribuiu por onde o grupo passava de autocarro, e assim fazia a propaganda desta terra através do país.

Mostramos aqui a letra cantada com essa popular música:

O Barreiro nossa terra muito amada

*É modesta, mas é linda,
Pelo Tejo preguiçoso ela é banhada
Que a torna mais bela ainda;*

*Na verdade não é centro turista,
Mas é quase um desafio,
A tudo o que de belo exista,
O que há desde a Bela Vista
À praia do Lavradio.*

Refrão

*Este Barreiro
Modesto com certeza
Se o trabalho é riqueza
Está aí o seu valor;*

*Este Barreiro
Não se pode igualar,
É uma terra sem par
Porque é um hino ao labor.*

¹²³ Sobre as Marchas Populares veja-se PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Contemporâneo. A Grande e Progressiva Vila Industrial*. III Volume e Miscelânea. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1972. pp. 162-167.

*Tem por museus oficinas majestosas,
Fumegantes chaminés
São nesta terra as estátuas portentosas
Que a encham de lés a lés.*

*E a sinfonia deste mundo obreiro
É o martelar do malho,
Que durante o dia inteiro
Soa e faz Barreiro
A CAPITAL DO TRABALHO!*

Existia também outro tipo de marcha de cariz popular mas de características diferentes, pois a sua utilização tinha lugar por altura das festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário, uma festa religiosa portanto, mas não deixa de ser interessante que também aqui, se dava relevância ao Barreiro do trabalho.

Era a Marcha dos Balões, organizada pelo proprietário da “Casa Azul” e abrilhantada pelo Conjunto Musical do Grupo 31 de Janeiro.

*Salvé vila do Barreiro,
Grande e nobre no labor;
Beija-te o Tejo fagueiro,
Tudo em ti é paz e amor.*

*Tens os fados e as canções,
Os bailes e guitarradas;
Tens a marcha dos balões
De gentes entusiasmadas!*

*E lá vai a Casa Azul,
A dar vida à romaria,
Num brilhantismo taful
Duma terra de alegria.*

*Por vós!
Por nós!
Amor!
Vigor!*

*Marcha dos balões,
Alegre e taful,
Vem dos corações
Vem da Casa Azul!*

*É tudo alegria
À luz dos balões!
Ronda de folia,
Sol dos corações!*

*Barreiro! Barreiro!
Brilha como orvalho!
Barreiro! Barreiro!
ALMA DO TRABALHO!*

4.4. – O Cinema – Ginásio.

Em Julho de 1948, o Bairro Operário da C.U.F. passou a dispor de uma sala de cinema, sendo que, anexa à mesma, foi construído um Ginásio para serventia dos sócios e atletas do Grupo Desportivo. Foi assim que nasceu o Cinema - Ginásio.

A sala destinada a cinema dispunha de uma área com cerca de 524m², com uma capacidade para 1.017 pessoas na plateia, dispostas em três alas, separadas por quatro coxias. No átrio de entrada encontram-se duas escadas laterais de acesso ao balcão com capacidade para 180 pessoas.

O Ginásio, localizava-se no topo da sala que servia de plateia, ocupando uma área de 224m² numa zona sobrelevada à altura de 1.16 metros, no qual ficaram instalados o écran e os aparelhos de ginástica recomendados pelo Instituto Nacional de Educação Física. Em estreita ligação com o ginásio estavam localizados os vestiários para homens e senhoras, chuveiros, instalações sanitárias, gabinete do professor de Educação Física e gabinete médico (Anexo I – Fotos 39 e 40).

A construção do Cinema – Ginásio foi mais uma das “obras sociais” que a C.U.F. realizou em benefício do seu pessoal. Destinava-se a proporcionar algumas horas de distração e recreio a pessoas que, de uma outra forma, estariam privadas de assistir a espectáculos desta natureza, devido aos preços elevados que por eles teriam de pagar e que não poderiam ser comportados pelos seus fracos recursos financeiros.

O cinema destinava-se essencialmente aos operários que laboravam nas fábricas da C.U.F. e suas respectivas famílias. Tendo em atenção que o número de operários da empresa, por volta de finais da década de 40 era superior a seis mil, e se multiplicarmos por três (número médio de pessoas da família de cada operário), verificamos que o cinema se destinava a servir um grupo de, mais ou menos, dezoito mil pessoas¹²⁴ (Anexo I – Foto 41). Neste cinema realizaram-se a partir de 1951 os Salões de Arte Fotográfica do Grupo Desportivo da C.U.F., desde o seu início que estes salões tiveram grande sucesso.

Do carácter local do primeiro Salão, passou-se no ano seguinte a Salão Nacional e quatro anos mais tarde a Internacional. A categoria que este certame atingiu foi sem sombra de dúvida excepcional, tendo ao mesmo, sido conferido o título de “Salão Estrela” (“*Star Salon*” distinção concedida pela *Photographic Society of América*, aos salões de nível importante). Honra portanto para a vila industrial do Barreiro¹²⁵.

Outra importante iniciativa do Sector das Actividades Culturais do Grupo Desportivo da C.U.F. foi a realização dos Jogos Florais. Tendo sido iniciados em 1956 pelo então director daquele Departamento o Eng.º Paulo Rodrigues Figueira, os mesmos obtiveram relevância de destaque no panorama cultural local e regional. A partir de 1962 a comissão directiva de Certames Literários e Artísticos da Secção de Cultura, Recreio e Propaganda do Grupo Desportivo da C.U.F. editou, quer as fotografias distinguidas nos seus Salões Fotográficos, quer os trabalhos premiados nos Jogos Florais¹²⁶.

Decorria o ano de 1961, quando a Secção Recreativa, Cultural e de Propaganda do Grupo Desportivo da C.U.F. criou a Secção de Filatelia, como sendo um óptimo passatempo educativo e cultural especialmente recomendado à juventude.

Em 1962 realizou-se de 4 a 20 de Janeiro no hall do Cinema-Ginásio a 1ª exposição interna de Filatelia para comemorar o XXV Aniversário da fundação do Grupo Desportivo da C.U.F. Nesse mesmo ano, mas em Dezembro realizou-se no mesmo local a 2ª exposição interna. De 1 a 16 de Dezembro de 1963, também no hall do Cinema-Ginásio realizou-se a 3ª exposição interna, mas que pela primeira vez foi aberta a todos os filatelistas barreirenses, tendo-se destacando não só pelo elevado número de expositores, mas também pelas valiosas participações, em que sobressaíram as colecções clássicas.

¹²⁴ Sobre o assunto veja-se Pais, Armando da Silva, *Op. cit.* II Volume. 1968. pp. 262-263.

¹²⁵ Sobre os Salões de Arte Fotográfica veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* II Volume. 1968. pp. 25-27. MORAIS, Jorge, *Op. cit.* p. 125.

¹²⁶ Sobre Jogos Florais veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* II Volume. 1968. pp. 28-30. MORAIS, Jorge, *Op. cit.* p. 125. SOBRAL, Fernando; SÁ, Elisabete de; LEITE, Agostinho, *Op. cit.* p. 123.

Integrada nas comemorações do 28º aniversário do Grupo Desportivo da C.U.F. organizou-se em 1965 a 4ª exposição, também nesse mesmo ano realizou-se a I Exposição Filatélica Juvenil, dedicada aos jovens até aos 14 anos.

Foram realizados desde 1962 vários certames de cinema amador com uma estrondosa e entusiasta participação; exibição de diversos documentários estrangeiros, colóquios sobre técnicas fotográficas e como não poderia deixar de ser projecção de cinema¹²⁷.

5. – Estruturas de saúde, assistência e políticas sociais.

O “Paternalismo”, enquanto estratégia patronal é um método de controlo operário, dentro e fora da fábrica. No Barreiro existiu um conjunto de elementos que aproximam, mas também particularizam esta experiência em relação a outras que ocorreram em diferentes contextos. Os seus traços mais relevantes são justamente: a concepção paternal do papel do patrão na empresa; uma política de alojamento operário; a criação de uma rede privativa de serviços de assistência; e o recrutamento familiar da mão-de-obra operária.¹²⁸

5.1. – Regalias de carácter social do pessoal da C.U.F.

No ano de 1941 todos os trabalhadores da C.U.F. e empresas associadas foram integrados num organismo de previdência social privativo da companhia, a *Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia União Fabril e Empresas Associadas*¹²⁹. Tendo em atenção que em certas modalidades de previdência e de assistência médico - farmacêutica da C.U.F., este organismo embora não tenha trazido nada de novo sobre os benefícios que os respectivos trabalhadores já possuíam, veio no entanto alarga-los às famílias dos beneficiários o que equivalia só no Barreiro a mais de 15 mil utentes¹³⁰.

¹²⁷ Sobre este tema veja-se a bibliografia recomendada para o ponto sobre o Cinema-Ginásio.

¹²⁸ ALMEIDA, Ana Nunes de, *Op. cit.* p. 167.

¹²⁹ Tendo o seu funcionamento tido início em Abril de 1940, recebeu o Alvará de aprovação da Caixa de Abono de Família do Pessoal da C.U.F. e Empresas Associadas, apenas cinco meses depois da publicação do diploma oficial, Decreto-Lei n.º 32 192 de 13 de Agosto de 1942, que instituiu esta modalidade de assistência à família dos trabalhadores.

¹³⁰ Sobre este assunto veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* III Volume. 1972. pp. 72-74. PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* 1963. p. 302. *Álbum Comemorativo da Companhia União Fabril*, com Prefácio de Jorge Botelho Moniz. C.U.F.. 1945. pp. 55-57. *50 Anos da CUF no Barreiro*, com coordenação de Harrington Sena. C.U.F.. Lisboa. 1958. MORAIS, Jorge, *Op. cit.* pp. 129-130.

Os operários da C.U.F. beneficiavam de várias regalias sociais, algumas, como as pensões de reforma eram regalias obrigatórias para todos os operários, mas outras tinham sido criadas pela empresa com o objectivo de melhorar as condições sociais dos operários e seus familiares.

Desde os anos 40 que a empresa patrocinava uma colónia de férias campista para rapazes e raparigas na Quinta da Comenda, a cerca de cinco quilómetros de Setúbal, no sopé marítimo da serra da Arrábida, mas não era suficiente, a empresa pretendia construir de raiz uma colónia bem apetrechada, moderna e confortável, onde os acampamentos de sabor escutista dessem lugar a um espaço lúdico e pedagógico completo¹³¹. A Colónia da C.U.F. foi construída em 1948/49 no Sítio do Pego, sobranceiro à Praia do Rodízio em Almoçageme, Concelho de Sintra, tendo começado a funcionar no verão de 1950. Normalmente esta colónia recebia um grupo de 300 crianças em cada turno de 21 dias, mas tinha condições para receber 500¹³².

5.2. – Estruturas de Apoio Médico e Social.

Logo em 1908 a C.U.F. abriu um posto médico para o tratamento dos seus operários que alguns anos depois se mostrou insuficiente face ao número crescente de operários.

Na década de 1940 a empresa, construiu, perto dos antigos portões principais da fábrica o novo Posto Médico, com uma área aproximada de 660m² de superfície coberta, totalmente apetrechado pela C.U.F. e entregue à Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia União fabril e Empresas Associadas em 18 de Abril de 1943.

Trata-se de um edifício rectangular tendo ao centro um pequeno jardim, na confluência da Rua do Industrial Alfredo da Silva e da estrada do Lavradio, construído e equipado pela C.U.F. e posteriormente cedido à Caixa de Previdência. Continha corredores amplos e bem iluminados, graças ao vidro que a toda a volta os separava do jardim e que por sua vez davam acesso aos diversos compartimentos¹³³.

¹³¹ MORAIS, Jorge, *Op. cit.* p. 115.

¹³² Veja-se sobre este assunto PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* III Volume. 1972. pp. 74-75. MORAIS, Jorge, *Op. cit.* pp. 115-118.

¹³³ Sobre o Posto Médico veja-se MORAIS, Jorge, *Op. cit.* pp 83-85 e *Álbum Comemorativo da Companhia União Fabril. C.U.F.. 1945.* p. 59.

Com o alargamento dos serviços da “Caixa de Previdência” o movimento do Posto Médico, servido por clínicos e pessoal de enfermagem competente tornou-se cada vez mais intenso. No tocante a assistência médica todos os serviços clínicos desde a mais simples consulta até à mais complicada intervenção cirúrgica eram aqui efectuados. Para tal a Caixa de Previdência possuía um quadro clínico de 39 médicos, sendo 14 especialistas¹³⁴.

Nos anos 70 do século passado, quando o número de operários da C.U.F. se elevava a cerca de 11.000 trabalhadores, o quadro de pessoal do Posto era o seguinte¹³⁵:

- 10 Clínicos Gerais; - 5 Pediatras; - 3 Ginecologistas/obstetras; -3 Gastrenterologistas; - 3 Endocrinologias; -3 Cardiologistas; - 3 Cirurgiões; - 3 Ortopedistas; - 3 Reumatologistas; - 3 Otorrinolaringologistas; - 3 Oftalmologistas; - 3 Estomatologistas; - 3 Fisiatras; - 2 Farmacêuticos; - Vários enfermeiros; - Vários técnicos auxiliares de diagnóstico diplomados.

5.3. - Refeitórios, Despensa, Padaria e Supermercado.

A Companhia União Fabril inaugurou a 18 de Janeiro de 1942, meses antes da morte de Alfredo da Silva, o primeiro de uma série de grandes *refeitórios* com todos os requisitos exigidos à época onde eram servidas varias refeições a preços muito modestos. O mais frequentado era o refeitório número 1 por ser o mais central e aquele em que o desfasamento de horários para as refeições permitia satisfazer uma procura massiva (Anexo I – Fotos 42 e 43). Nos tabuleiros havia sopa, prato de carne ou peixe com guarnição, pão e fruta, o vinho era optativo e pago em separado¹³⁶.

A *despensa* da C.U.F. nesta Vila foi uma das mais interessantes obras sociais deste industrial tendo aberto as suas portas logo em 1908 (Anexo I – Foto 44). Começou por ser uma pequena loja de viveres e bens essenciais, alguns produzidos na própria fábrica¹³⁷. Instalada em edifício apropriado, fornecia mediante requisição mensal ou através de venda directa ao balcão, todos os géneros e artigos de que necessitavam os seus funcionários, a preços substancialmente inferiores aos normais no mercado ou tabelados.

¹³⁴ Segundo dados do Capítulo “Assistência Médica” do livro *Álbum Comemorativo da Companhia União Fabril. C.U.F.. 1945.*

¹³⁵ Segundo testemunho de Miguel de Sousa, antigo Cardiologista do Posto Médico da C.U.F. do Barreiro. *in* SOBRAL, Fernando; SÁ, Elisabete de; LEITE, Agostinho, *Op. cit.* p. 63.

¹³⁶ MORAIS, Jorge, *Op. cit.* p. 91.

¹³⁷ *Idem.* p. 89-90.

O facto de a C.U.F. vender os produtos essenciais a preços mais baixos era importante (Anexo I – Foto 45), porque os artigos de mercearia vinham de Lisboa ou de outros centros, pelo que eram sobrecarregados com fretes, transportes e despachos o que os tornava mais caros que na própria capital, ou então para se manter o preço, estes eram de menor qualidade. O produto mais barato era o vinho, cujo consumo excessivo constituía uma verdadeira calamidade, pelos problemas económicos e sociais que originava.

Perto da despensa existiu uma *moagem* e uma *padaria* que assegurava desde 1908 o abastecimento de pão ao pessoal da Companhia. O pão era vendido a peso e a metade do preço corrente no mercado. Quando o pão escolhido não alcançava o quilo na tabela, pequenos contrapesos, cortados em nacos de canto ou em fatia eram acrescentados na balança até o fiel bater na marca certa¹³⁸.

Nos anos sessenta o grande volume de transacções da *despensa* levou a uma reorganização do espaço. A velha loja foi transformada num *supermercado* e novas instalações foram inauguradas num edifício mais amplo de dois pisos, um para artigos de alimentação, incluindo talho, e outro para utilidades tipo carpetes, candeeiros, roupa, sapatos, electrodomésticos, mobiliário, bicicletas, etc.¹³⁹, o supermercado ficava na chamada área social, no local da antiga despensa, nele se abasteciam mais de 7.000 famílias ligadas ao Grupo C.U.F.. A moagem e a padaria do tempo de Alfredo da Silva fecharam portas em 1961¹⁴⁰.

5.4. - Corpo de Bombeiros.

Devido ao grande desenvolvimento que já se fazia notar em 1911 nas instalações da C.U.F. no Barreiro¹⁴¹ resolveu esta empresa criar um corpo privativo de Bombeiros na área das suas instalações, para uma mais rápida e eficaz intervenção, quando fosse necessário, operar em sinistros que requeressem os serviços dos bombeiros. Assim a 21 de Fevereiro de 1911 foi fundado o Corpo de Bombeiros da C.U.F., sob a orientação de um chefe do serviço de incêndios, Victor Belo, antigo bombeiro voluntário de Lisboa.

¹³⁸ MORAIS, Jorge, *Op. cit.* p. 90.

¹³⁹ *Idem.* p. 90-91.

¹⁴⁰ Sobre este assunto veja-se MORAIS, Jorge, *Op. cit.* pp. 76-77 e 89-90. PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* 1963. pp. 299-300. PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* III Volume. 1972. p. 76.

¹⁴¹ Representada por fábricas de óleos e de produtos químicos, armazéns e diversas oficinas.

Esta corporação iniciou funções com 42 homens, e o seu primeiro regulamento entrou em vigor a 19 de Maio de 1911. No início todo o seu material era constituído por um carro Magirus, dois de mangueiras e um carro de escadas italiano, todos braçais, tendo-se montado desde logo em toda a fábrica algumas bocas-de-incêndio, alimentadas pelas águas do rio Tejo. Só em 1916 é que o material foi aumentado em mais um carro de escadas e outros dois de mangueiras.

Este Corpo de Bombeiros foi homenageado a 5 de Outubro de 1932, com o Grau de Oficial da Ordem de Benemerência, cujas insígnias recebeu em parada conjuntamente com a Corporação do Sul e Sueste em 18 de Junho de 1933. A evolução verificada neste Corpo Privativo de Bombeiros foi notável ao longo de décadas tendo como alvo destacados servidores da empresa que empenharam todo o seu esforço em prol da valorização do serviço de bombeiros. No período de 1955 a 1962 a Corporação chegou a ter um efectivo de 115 homens, tendo o seu parque automóvel sido aumentado em um pronto-socorro de neveiro, uma ambulância e dois grupos de moto-bombas (Anexo I – Fotos 46 e 47).

Posteriormente novas reformas foram sendo introduzidas na estrutura organizacional da Corporação, algumas baseadas nas normas de instrução e preparação técnica do pessoal, que estavam em vigor na altura, e decorrentes da renovação da própria orgânica deste serviço. Nesta vasta área que foi e é o grande complexo industrial, o Corpo de Bombeiros chegou a dispor de dois quartéis devidamente equipados.

O Quartel n.º1 ficava situado na Rua da União n.º 19, onde a Corporação foi inicialmente instalada e onde funcionavam os gabinetes do Comandante, a Sala do Bombeiro e respectivas camaratas, além do respectivo parque de viaturas. O Quartel n.º2 funcionava e ainda funciona na zona têxtil das fábricas. O primeiro sofreu obras de ampliação em 1948, com a construção de um segundo piso; e o segundo foi construído em 1960. Adstrito aos Serviços de Segurança, este Corpo de Bombeiros atingiu um excelente grau de aperfeiçoamento técnico, funcional e disciplinar (Anexo I – Foto 48).

De referir que na sua quase totalidade os homens que serviram o Corpo de Bombeiros exerciam ao mesmo tempo a sua profissão dentro da fábrica, havendo entre eles carpinteiros, motoristas, serralheiros, electricistas, etc., e era nas suas horas vagas que frequentavam a instrução e faziam todo o restante serviço, tais como as rondas às várias secções das fábricas, os serviços de piquete, os transportes de acidentados ou doentes, etc.

Só alguns elementos, é que exerciam em exclusividade as funções de bombeiro a tempo inteiro¹⁴².

6. – Estruturas de Educação.

6.1. - Escola Primária.

Quando a 1 de Dezembro de 1927, Alfredo da Silva decidiu estabelecer uma escola de ensino primário no Bairro Operário (Anexo I – Fotos 49, 50 e 51), no antigo edifício da Liga de Instrução e Recreio da C.U.F., a mesma veio resolver o problema da instrução primária da maior parte dos filhos dos empregados e operários da empresa¹⁴³. Anos mais tarde, esta escola passou a funcionar em edifício próprio, mas sempre na condição de ensino privado¹⁴⁴.

A Escola Primária que tinha sido construída em 1927 foi substituída em 1942 por um novo edifício, de óptimas condições, que pôde receber 180 alunos de cada sexo.

6.2. - Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva.

A ideia de criar uma escola técnica no Barreiro vinha já dos anos 20 do século passado, e procurava responder ao interesse dos jovens do Barreiro e arredores em aprender uma profissão, ansiosos que estavam por obterem os meios técnicos e teóricos para seguirem uma carreira na vida.

Em 27 de Dezembro de 1945, foi publicado em “*Diário do Governo*” o Decreto n.º 35.402, que criou no Barreiro a Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva. Num dos articulados do mesmo pode ler-se: “*Desde há muito que se fazia sentir na Vila do Barreiro a necessidade da criação de uma escola de ensino técnico; bastará dizer que desde há anos atinge algumas centenas o número de alunos que residem naquele grande centro industrial e que frequentam as escolas industriais e comerciais de Lisboa.*”

¹⁴² Sobre este assunto veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* 1963. pp. 269-270. PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* II Volume. 1968. pp. 409-411. MORAIS, Jorge, *Op. cit.* pp. 85-86.

¹⁴³ A mesma era de sua exclusiva frequência.

¹⁴⁴ Sobre o assunto veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* I Volume. 1965. pp. 168-169. PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* 1963. p. 302. MORAIS, Jorge, *Op. cit.* pp. 96-98.

Em 1946 foram lançadas a concurso as obras de construção da dita escola, participadas em conjunto pelo Estado Português e pela C.U.F., tendo a mesma sido inaugurada a 12 de Janeiro de 1947. Nos finais de 1956, estava já concluída a maior parte das instalações, ou seja, o corpo principal da escola com três pisos; as oficinas de serralharia, carpintaria e electricidade; o ginásio; as dependências do refeitório, cozinha; as dependências do corpo docente; biblioteca; numerosas salas de aula, entre as quais as salas especiais de ensino de contabilidade e dactilografia e os laboratórios de Física e de Química¹⁴⁵.

6.3. - Externato Diocesano Manuel de Mello.

Em meados de 1957, vários chefes de família, na sua grande maioria empregados superiores da C.U.F., sentiram a necessidade de criar um colégio-liceu na Vila do Barreiro, tendo os mesmos apresentado à Administração da empresa a sua ideia, a qual foi de imediato aceite e de tal forma acarinhada, que o assunto começou a ser estudado para se concretizar a construção o mais breve possível do dito colégio. Tendo sido obtida a autorização oficial por parte do Estado Português, obteve-se também a autorização do Patriarcado de Lisboa para o encargo da direcção e administração do colégio-liceu.

A C.U.F. cedeu o terreno situado na sua “*Quinta dos Casquilhos*”, tendo a obra sido iniciada em Junho de 1961. Em Outubro desse mesmo ano as instalações essenciais estavam concluídas com todos os requisitos necessários às funções escolares, tendo a sua inauguração oficial decorrido a 09 de Outubro de 1961. Este colégio-liceu¹⁴⁶ caracteriza-se ainda hoje pela sua particular concepção arquitectónica, construída no aproveitamento duma encosta emoldurada por um extenso arvoredado¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Sobre a Escola Alfredo da Silva veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* I Volume. 1965. pp. 183-195. SOBRAL, Fernando; SÁ, Elisabete de; LEITE, Agostinho, *Op. cit.* pp. 108-109.

¹⁴⁶ Ainda durante a vigência do Estado Novo, tomou o nome de Liceu Nacional do Barreiro, após o 25 de Abril de 1974, passou a chamar-se Escola Secundária do Barreiro. Actualmente tem o nome de Escola Secundária de Casquilhos.

¹⁴⁷ Sobre o Externato Diocesano Manuel de Mello veja-se PAIS, Armando da Silva, *Op. cit.* I Volume. 1965. pp.197-199.

2ª Parte

“Quem se abeira do rio, ou das colinas de Lisboa, e alarga o olhar até à Outra Banda, por tardes de sol, vê branquear lá ao longe, na lista negra da terra, uma grande massa de casario branco, e subindo entre ele, a riscar verticalmente o céu, silhuetas altaneiras de chaminés, de que sobem rolos de fumo a toldar a atmosfera, de manha ao sol pôr.

(...) É aquilo o Barreiro – humilde e resignado, laborioso e progressivo. Pena é que, do ponto donde ele melhor pode ser visto, não haja ninguém que o lobrigue ... É realmente pena que o não vejam das janelas do Terreiro do Paço.”

Francisco Silvestre escreve em Dezembro de 1928 no jornal *O Século* um certo abandono de um poder distante, um esquecimento secular a que o Barreiro parece condenado. O Barreiro não se vê das janelas do poder.

Capítulo I

a) A valorização do Património Industrial.

Quando em 1987 o Conselho da Europa lançou o programa sobre itinerários culturais visava, como objectivo de natureza turística, a melhoria da qualidade de vida dos europeus, convidando-os a percorrer e explorar os caminhos reais ou imaginários em que, através da unidade e da diversidade, se forjara a identidade europeia, tal como defendeu Michel Thonas-Penette, enquanto Conselheiro do Programa de Itinerários Culturais do Conselho da Europa¹⁴⁸.

A dinamização do turismo visa estabelecer as continuidades perdidas ao longo do tempo em diversos espaços europeus, procurando ainda a valorização dos produtos naturais e do trabalho artesanal. Contudo numa época caracterizada pela intensificação dos sistemas e práticas de comunicação, as rotas turísticas oferecidas são hoje, sobretudo os itinerários culturais de cidadãos do mundo, desenraizados da sua matriz natural e ambiental, em busca dos fios perdidos de uma identidade que urge ser recuperada.

Daí o desenvolvimento destas rotas por parte das indústrias culturais e de turismo. A sua importância deriva ainda de elas serem concebidas na sua génese, como mecanismos de contacto entre povos e civilizações, tendo por base o facto de a história e a cultura de cada povo serem o resultado de um duplo processo dinâmico: processo de encontros, de contactos e de influências, mas igualmente um processo através do qual estes contactos e influências se traduzem de alguma forma, na construção de uma identidade específica¹⁴⁹.

A crescente preocupação pela preservação do património originou um turismo especializado – o turismo cultural. Termo conhecido e actualmente associado ao desenvolvimento económico e social das chamadas áreas deprimidas, sobretudo as zonas em vias de desindustrialização.

¹⁴⁸ Comisión Española de la Ruta de la Seda, 1996. Sobre este assunto veja-se a comunicação de PINHEIRO, Elisa Calado, “Os fios do passado a tecer o futuro. Um lema para o Museu de Lanifícios. Da Covilhã à Europa pelas rotas de lã e redes de informação têxtil”. Ponto 5. *III Jornadas de Arqueologia Industrial*. Actas. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 1998. pp. 137-140.

¹⁴⁹ Sobre este tema veja-se de PINHEIRO, Elisa Calado, *Op. cit.* Comunicação proferida nas III Jornadas de Arqueologia Industrial. Actas. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 1998. pp. 99-150.

O conceito turismo cultural é relativamente vasto e inclui áreas muito diversificadas tais como a arqueologia, etnologia, património monumental e edificado, gastronomia, festivais, património natural e agrícola, cultura oral, etc. Áreas que têm sido desenvolvidas por políticas de criação de novas ofertas de lazer como parte integrante de uma política de desenvolvimento sustentado.

As ditas ofertas passam na sua maioria pela criação de pequenos núcleos museológicos, pelas exposições, pela abertura ao público de sítios com interesse quer do ponto de vista arqueológico e etnográfico, quer do ponto de vista do Património Industrial, tais como moinhos, lagares, forjas, olarias, pequenas oficinas, etc.

Na implementação de um turismo cultural as visitas a museus, exposições de arqueologia industrial e a unidades etnográficas devem ser um complemento ao contacto com o ambiente em áreas rurais e industriais e com a população local que é a principal detentora das tradições.

Este desfrute e conhecimento converteu-se no objectivo mais apreciado na prática por este turismo tão específico que é atraído por formas de vida desconhecidas pela maioria das nossas sociedades, e que hoje passaram a ser contempladas com o romantismo, fruto das carências que as caracterizam.

Também os itinerários e as rotas culturais, como elementos temáticos potenciadores e dinamizadores da difusão do património cultural a partir da perspectiva histórico-científica, mas possibilitando uma fruição pluridisciplinar, vão ao encontro do desenvolvimento de estratégias que a nível institucional potenciem o factor económico, turístico e social¹⁵⁰.

O actual desenvolvimento das práticas e políticas associadas ao desenvolvimento do turismo cultural tem contribuído para a definição e divulgação de um conjunto diversificado de itinerários culturais.

A salvaguarda do património industrial edificado está cada vez mais na ordem do dia, nesta época de revolução tecnológica e de globalização e da sua conseqüente transição civilizacional, em que a preservação da memória colectiva se impõe como uma exigência da cultura contemporânea.

¹⁵⁰ Veja-se por exemplo a Rota do Património Industrial do Vale do Ave; a Rota da lã – percurso turístico na Serra da Estrela, incentivado pela Região de Turismo local ou mesmo aqui ao lado no Concelho do Seixal a rota denominada de Arqueologia Industrial, tendo como base as pérolas do Concelho ou seja, o moinho de maré de Corroios, a antiga Siderurgia Nacional, a Mundet, a olaria da Quinta do Rouxinol e a Seca do Bacalhau.

Consciente de que nas sociedades contemporâneas nem tudo pode ser salvaguardado, mas também com a firme convicção de que nem tudo tem de ser destruído pelo camartelo, nem pela ânsia lucrativa das empresas do sector imobiliário e seus agentes. A riqueza deste património e das regiões onde o mesmo se encontra implantado, faz com que deva ser preservado, porque o mesmo, transmite-nos uma forte componente civilizacional e, ao mesmo tempo, pode ser um novo motor de investimento e de desenvolvimento.

b) A importância de valorizar este tipo de património.

O desenvolvimento económico dos últimos anos, proporcionado pelos programas comunitários, permitiu desenvolver e pôr em prática programas culturais que procuram preservar a identidade e o Património de cada país e de cada região, posto em causa pelas mudanças nacionais e internacionais operadas a nível económico.

A economia portuguesa sofreu transformações nos últimos anos com o encerramento de muitas fábricas situadas maioritariamente em zonas urbanas, algumas delas com actividade centenária. Ao mesmo tempo verificou-se o aumento de construção residencial nas áreas urbanas e, conseqüentemente uma forte pressão do sector imobiliário sobre as antigas fábricas, algumas das quais encontrando-se hoje abandonadas e em estado de ruína.

Estas circunstâncias obrigam a que se efectue com urgência um inventário sistemático do património industrial que permita preservar a memória e recuperar os aspectos históricos e arquitectónicos mais significativos deste património em vias de extinção.

A escassa sensibilidade dos organismos públicos face a este problema, e a dificuldade para reunir os necessários recursos humanos e financeiros, têm vindo a atrasar a realização deste inventário que sem dúvida se revela cada vez mais imprescindível.

A preocupação com a inventariação do património tem tido eco em alguns municípios, ainda que o número dos já realizados e publicados seja ainda muito reduzidos.

Daí que a compatibilidade das preexistências com as novas exigências funcionais implique que o respeito por um certo número de normas que resultaram de um debate prolongado nas instâncias próprias a nível internacional¹⁵⁴ e que podem sintetizar-se nas seguintes:

- 1- Preservar ou, quando necessário recuperar os elementos mais significativos da preexistência em termos espaciais, construtivos e formais, realçando os respectivos valores.
- 2- Identificar com nitidez as novas intervenções, demarcando-as claramente da preexistência e rejeitando soluções de mimetismo formal.
- 3- Assumir criativamente a nova intervenção, dotando-a de força expressiva própria, embora contida de forma a proporcionar um diálogo vivo com a preexistência¹⁵⁵.

Apesar das iniciativas que têm sido tomadas para preservar o património industrial, a preservação da memória do trabalho dos operários é na maior parte dos casos esquecida. Neste trabalho pretendemos apresentar um projecto de valorização do património industrial da C.U.F. em que seja também considerada a memória dos operários.

¹⁵⁴ Veja-se nomeadamente sobre este assunto a *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial*. TICCIH. Julho de 2003.

¹⁵⁵ Sobre o assunto veja-se a comunicação de CABRAL, Bartolomeu Costa; PEREIRA, Nuno Teotónio, “Recuperação e reutilização do património industrial da Covilhã para a instalação da Universidade da Beira Interior”. *III Jornadas de Arqueologia Industrial*. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 1998. pp. 395-398. Veja-se também de PEREIRA, Nuno Teotónio; MESTRE, Vítor, “Património construído: reconverter para preservar”. *I Encontro nacional sobre o património industrial*. Coimbra, Guimarães, Lisboa. 1986. Coimbra Editora. Lda. pp. 307-318.

Capítulo II

1.1. - A organização de um programa de valorização do Património da C.U.F. no Barreiro.

O Barreiro, após quase um século de intensa actividade industrial é hoje uma zona algo degradada dos pontos de vista ambiental e paisagístico, socialmente e economicamente deficitária, marcada por restos de exploração, em que são visíveis os estigmas que sempre são inevitáveis com o abandono de projectos desta envergadura que sustentaram durante muito tempo e quase em exclusivo o desenvolvimento local e até mesmo nacional.

Este vasto território não pode nem deve continuar de costas voltadas para a cidade do Barreiro como até aqui, há que lhe dar vida própria captando as suas mais valias e transformando o seu potencial num verdadeiro oásis de oportunidades que, quer a cidade quer o próprio parque podem e devem usufruir. Depois de décadas a poluir e a menosprezar a cidade, é altura e aproveitar as suas mais valias num conjunto de estratégias de desenvolvimento sustentado, e partilhar sinergias de entendimento que tragam benesses a ambos.

Para se obter esses objectivos deve procura-se desenvolver um projecto de desenvolvimento sustentado e integrado que inclua a criação de infra-estruturas **turísticas** (hotelaria, marina, restaurantes), de **formação profissional** e criação de **micro-empresas** e de **equipamentos culturais**, que em conexão com os restantes programas, asseguram a sua quota-parte da viabilidade do projecto. Por essa razão, a concepção e a implantação do programa museológico implicam um diálogo constante com os promotores e a população, de modo a garantir a qualidade do projecto e a salvaguarda dos interesses de todas as partes. Também por essa razão o programa tem de ser faseado, ao longo de alguns anos, ainda que fosse mais aliciante a sua abertura ao público em simultâneo e com a apresentação da totalidade do museu industrial. Refira-se, ainda, que uma vez assegurada a viabilidade do projecto tratar-se-ia de uma oportunidade única e pioneira no nosso país de musealizar uma zona industrial.

De facto, nas últimas décadas, Portugal tem assistido ao encerramento sucessivo de muitas unidades fabris, sem que jamais tenha sido possível mostrar ao público o que foi a actividade industrial pesada.

1.2. - Objectivos:

O projecto do Complexo Industrial da C. U. F. reúne todas as potencialidades para se tornar um verdadeiro pólo de dinamização, com três vertentes¹⁵⁶:

- **Cultural:** graças à preservação e reabilitação do património industrial (nas suas componentes de história operária, de história local e de arqueologia industrial)

- **Científica:** graças ao estudo e à divulgação que se pode fazer desse património, nomeadamente, através de um Centro de Documentação/Arquivo, a criar anexo ao Museu, e das publicações do mesmo

- **Pedagógica:** graças à possibilidade de se oferecer ao público português, nomeadamente, aos estudantes e outros interessados, o contacto com o universo das fábricas, dos fabricos e dos operários.

Tal projecto é então uma infra-estrutura de carácter sociocultural, de que a região e o país carecem. E, se é certo, que se trata de uma iniciativa de âmbito local, não é menos verdade que o alcance que terá excede em muito a região do Barreiro e diz respeito a todo o país. A musealização de um espaço industrial assume, pois, uma dupla importância: para a **população local**, pela oportunidade de redinamização socioeconómica e pela reabilitação de um património sempre no quotidiano dos habitantes e nas suas representações mentais, nomeadamente, afectivas; e, para os **visitantes** que têm uma apetência pelo universo fabril/industrial, quer pelo conhecimento dessa realidade, quer pela sedução por esse mundo cinzento e obscuro feito de mistérios em que se recorda vivamente a experiência diária de trabalhar entre o ruído das máquinas e o fumo das chaminés.

¹⁵⁶ Para este ponto foi tomado em conta o projecto desenvolvido por uma equipa da APPAI que incluía os seguintes elementos: Alfredo Tinoco; Ana Cardoso de Matos; Isabel Ribeiro; Luísa Santos e Miguel Plácido. Sobre este projecto veja-se “Um Projecto de Musealização para as Minas do Lousal”. in *Arqueologia & Indústria*, nº 1. APAI. Edições Colibri. Lisboa. 1998. pp. 117-125.

Sublinhe-se, finalmente, que se pretende com este projecto contribuir para o desenvolvimento social e cultural, quer dos habitantes, quer dos visitantes, para o enriquecimento económico do local, corrigindo assimetrias, para um aumento progressivo do bem estar pessoal e social e da qualidade de vida, isto é, para o **Desenvolvimento Sustentado** e não apenas para o crescimento económico.

É tempo então, de passar a apresentar o programa museológico; O Museu do Complexo Industrial será polinucleado, aproveitando as antigas instalações fabris e de apoio ao trabalho na fábrica. Algumas delas necessitam de obras de manutenção e mesmo de intervenções arquitectónicas mais profundas.

1.3. - O programa:

O programa que se propõe, procura valorizar de uma forma integrada aquilo que já existe (Museu Industrial e Centro de Documentação; Mausoléu Alfredo da Silva; Bairro Operário; Campo de Santa Bárbara; Torre do Relógio; Edifício do Cinema - Ginásio; Edifício Sede do G.D. da C.U.F.; Edifício do Posto Médico; Torre dos Bombeiros; Casa Museu Alfredo da Silva; Padrão alusivo à comemoração do centenário da C.U.F.; Estátua Alfredo da Silva; Bairro Novo da C.U.F. e Complexo Desportivo do Grupo Desportivo da C.U.F.). Introduzindo uma componente nova que de algum modo tem estado esquecida, que são as memórias ligadas ao trabalho e à vida dos trabalhadores.

Para se perceber e contextualizar os espaços museológicos já existentes propõe-se a criação de um centro de interpretação, aproveitando a estrutura museológica já existente dentro do complexo – O Museu Industrial.

Para poder incluir a componente nova atrás referida, propõe-se a realização de exposições permanentes, das quais, algumas poderiam também ser efectuadas em casas do Bairro Operário que não estejam habitadas, propondo-se dessa forma a inserção das mesmas no núcleo museológico do universo C.U.F.

O programa e o faseamento da musealização do Complexo Industrial da C. U. F. no Barreiro, que passamos a expor, têm em conta a pluralidade e os interesses dos públicos potenciais da instituição.

Com efeito, foram considerados três faixas de públicos:

- Os habitantes – antigos operários, familiares ou outros de forma relacionados com a fábrica;
- O público escolar – e outros grupos organizados com interesse específicos;
- O público em geral

Para cada um destes públicos há que prever as expectativas, propor programas de atendimento diferenciado e dar respostas que aliem a um tempo o realismo e a imaginação. Entendemos, que em casos como este, os melhores guias de museu são sempre os antigos operários, já pelo conhecimento que têm da realidade, já pelo “amor” que têm à fábrica e aos fabricos, e ainda, pela responsabilidade que manifestam na transmissão dos seus saberes e saberes-fazer. É pois desejável, que uma parte considerável dos postos de trabalho a criar seja preenchida por antigos operários.

Será necessário também promover a criação de um *Serviço Educativo* capaz de, em instalações apropriadas, receber, com capacidade de resposta científica e didáctica, os grupos de escolas e os grupos com interesses específicos. No restante, as estruturas e os equipamentos do Complexo Industrial da C. U. F. no Barreiro responderão às necessidades das instituições museológicas como elas estão definidas pelo ICOM.

1.4. – O Roteiro do Património Industrial; Espaços Sócio-Culturais da C.U.F. no Barreiro:

1.4.1. – O Centro de Interpretação:

Os visitantes, que serão acolhidos na *Recepção* situada no Museu Industrial, contarão aí com um *Centro de Interpretação*, que lhe dará conta dos núcleos museológicos existentes, integrando e contextualizando a actividade do Complexo Industrial, sua importância para o país, para a região da Grande Lisboa e para o Concelho do Barreiro.

Esta contextualização será feita através de painéis e maquetes que expliquem as condições geográficas que favoreceram a localização do Complexo Industrial da C.U.F. neste local; a evolução do espaço e a ocupação do mesmo pela indústria e pelos núcleos populacionais (veja-se as Cartas Militares das páginas 43, 44, 45 e as Fotografias Aéreas no Anexo II). Neste espaço será também possível sensibilizar os visitantes para os problemas ambientais que a indústria pode provocar e para a forma de os resolver.

Neste centro de interpretação os visitantes receberão o desdobrável que os guiará na visita que vão realizar ao complexo industrial, com a indicação dos núcleos existentes e com uma breve explicação dos mesmos. Também serão disponibilizadas as informações úteis e necessárias aos visitantes com placas localizadas em sítios previamente definidos.

1.4.2. - Núcleos existentes que se propõem para fazer parte do programa de Valorização do Património Industrial da C.U.F no Barreiro:

Museu Industrial e Centro de Documentação

A central diesel foi a segunda central de produção de energia eléctrica montada pela C.U.F. nas suas fábricas do Barreiro. A decisão de a instalar junto das oficinas têxteis, na actual Rua 44, teve a ver com a necessidade de abastecimento, em corrente contínua, de grande parte da muita maquinaria existente na Zona Têxtil.

Arrancou em 1935 com a potência de 3600CV, que viria a ser ampliada nos anos seguintes para 6100CV. Posteriormente, a entrada em funcionamento das novas centrais a vapor n.º 2 (1953) e n.º 3 (1981), a reconversão da actividade têxtil (anos 70) e os melhoramentos introduzidos vieram gradualmente impor a dispensa dos serviços da Central Diesel.

A sua dimensão e localização, o carácter da sua arquitectura e o seu valor como referência de um complexo fabril único no país, foram determinantes para a sua escolha pela Quimiparque para aí ser instalado o Museu Industrial e Centro de Documentação.

O Museu foi criado pela Quimiparque com a intenção de deixar para as gerações futuras o legado histórico do que foi um dos mais importantes complexos químico - industriais da Europa em meados do século XX.

Reúne um espólio constituído por equipamentos industriais de índole diversa e um acervo documental e iconográfico considerável, representativo de áreas como a química, a têxtil, a metalomecânica, a produção de energia, a segurança e higiene industrial, etc.

O Museu Industrial encontra-se assim, instalado na antiga Central Diesel, edifício de dimensões e características arquitectónicas adequadas ao fim em vista, datado de 1935 a sua recuperação teve início em 1999.

O Centro de Documentação é composto por uma Biblioteca, Sala de Leitura, Arquivo de Fotografias e Documentação diversa.

Mausoléu de Alfredo da Silva

Alfredo da Silva nasceu em Lisboa em 1871 e morreu em 1942, sendo sepultado no Cemitério Oriental da cidade. A família de Alfredo da Silva mandou construir dentro do Complexo Industrial um Mausoléu, para ali serem sepultados os restos mortais do industrial que havia manifestado em vida o desejo de ficar sepultado no Barreiro, o que se veio a verificar em 1944. Trata-se de um imponente monumento funerário em granito, com 12 metros de largo e 7 de altura, assente num envasamento circular que tem no centro uma pirâmide truncada suportando o sarcófago simbólico. O projecto é da autoria do arquitecto Luís Cristino da Silva, com baixos-relevos do escultor Leopoldo de Almeida.

Bairro operário

O primeiro Bairro Operário da C.U.F. foi construído a partir de 1908 em terrenos a nascente das fábricas de ácido sulfúrico e de adubos, numa área que rondava os trinta mil metros quadrados. Em 1914 o Bairro contava já com 5 extensos blocos de moradias, todas iguais, de rés-do-chão com pequeno quintal. As casas dispunham-se ao longo de ruas cujos nomes remetiam para o fabrico dos produtos ou matérias-primas utilizados pela C.U.F., tais como a Rua dos Óleos, Rua do Ácido Sulfúrico, Rua dos Superfosfatos, Travessa da Glicerina, etc.

O Bairro Novo foi edificado a partir de 1932 e ocupava uma área idêntica ao primeiro estendendo-se para norte. Com características arquitectónicas similares incluía já moradias com 1º andar, destinadas a alguns técnicos da empresa. Em 1945 ambos os bairros contavam 312 moradias.

A toponímia evocava cientistas como Lavoisier e Gay-Lussac, entre outros. O equipamento social dos bairros integrava, para além de um lavadouro público com depósito privativo, a carvoaria (1908), a moagem de trigo e padaria (1908), o balneário (1908) acessível a estranhos à C.U.F., a despensa (1908), a academia recreativa e musical (1911) e a escola primária (1927).

Com a reconversão operada na estrutura da empresa, o Bairro ainda acolhe algumas famílias, contudo a maioria das habitações é ocupada actualmente por pequenas empresas de comércio e serviços.

Campo de Santa Bárbara

Já quase nada existe daquele que foi o primeiro campo de jogos do Grupo Desportivo da C.U.F., apenas se podendo descortinar actualmente as bancadas do lado poente.

Torre do Relógio

Local onde funcionou a primeira central telefónica interna do Complexo Industrial da C.U.F. no Barreiro, carinhosamente apelidada nos dias de hoje pelo *Big Ben* do Barreiro.

Edifício do Cinema – Ginásio

Edifício localizado no na zona central do Bairro Operário, a meio caminho do edifício sede do Grupo Desportivo da C.U.F. e do Campo de Santa Bárbara. Infelizmente este belo edifício com uma magnífica sala de cinema encontra-se actualmente encerrado.

Edifício Sede do Grupo Desportivo da C.U.F.

Edifício ainda hoje imponente, localizado no extremo sul do actual Bairro Operário, mantém a sua traça original, com poucas alterações sofridas ao longo destes últimos anos.

Edifício do Posto Médico

Trata-se de um edifício quadrangular de configuração conventual com claustro a toda a volta, tendo ao centro um pequeno jardim, com um amplo corredor bem iluminado pelo envidraçado que o rodeia, e ao mesmo tempo, o separa do jardim, edificado no termo da rua do Industrial Alfredo da Silva, junto da antiga estrada do Lavradio.

Edifício dos Bombeiros

Edifício essencialmente constituído por uma fachada fictícia, na qual o Corpo de Bombeiros da C.U.F. efectuava os seus treinos de aperfeiçoamento.

Casa - Museu Alfredo da Silva:

O primeiro escritório central da C.U.F. começou a funcionar em 1907 num edifício com frente para o actual Largo do Tráfego. O 1º andar era utilizado por Alfredo da Silva quando se deslocava ao Barreiro. Nos anos sessenta o escritório foi convertido em sala de recepção, albergando a maqueta do complexo industrial que figurava na F.I.L. como peça central da exposição comemorativa do centenário da C.U.F. (1965).

O 1º andar foi totalmente restaurado, nele se conservando mobiliário, alguns objectos pessoais e documentação ligados à vida do grande industrial.

A habitação foi enriquecida nos anos 90, já sob a égide da Quimiparque, mercê da transferência do espólio proveniente da Fábrica Sol, em Alcântara, justificando o nome de Casa – Museu Alfredo da Silva por que passou a ser designada.

Padrão alusivo à comemoração do Centenário da C.U.F.

Tendo sido inaugurado no mesmo dia da estátua, 30 de Junho de 1965, fica localizado junto da entrada principal das fábricas, junto do Largo Alexandre Herculano.

Estátua Alfredo da Silva

A 30 de Junho de 1965, no ano do Centenário da Companhia União Fabril e no dia do 94º aniversário natalício de Alfredo da Silva, o Barreiro parou para que a sua população pudesse assistir à homenagem pública em memória do homem que tão vincadamente contribuiu para o grande desenvolvimento local. O acto inaugural contou com a presença do Chefe de Estado, Almirante Américo Tomás, dos Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa e de quinze Ministros e Secretários de Estado, além de numerosas outras individualidades dos meios Militares, Económicos e Financeiros.

Também tomaram parte deste acto, os representantes do Município do Barreiro, os membros do Conselho de Administração da C.U.F. e da família de Alfredo da Silva.

Bairro Novo da C.U.F.

O novo Bairro Operário construído no Barreiro, com projecto do arquitecto Fernando da Silva, ficou situado junto da estação de caminho-de-ferro do Lavradio em terrenos da antiga Quinta da Fonte, comprados pela C.U.F. O Bairro é composto por 4 blocos de apartamentos, construídos em banda, com 45 habitações cada. Em 1965 foram inaugurados os Blocos “Alferrarede” e “Mirandela”, sendo que no ano seguinte foram inaugurados os “Soure” e “Canas de Senhorim”. Na época foi considerado um bairro modelo, construído com o que de melhor, e, mais moderno existia. Este bairro, ficou conhecido em alguns meios como o “Bairro dos Católicos”, devido ao facto de a C.U.F. supostamente só atribuir casas a quem fosse casado pela igreja católica.

Complexo Desportivo do Grupo Desportivo da C.U.F.

Localizado junto do I. C. 21, na Freguesia do Lavradio, trata-se de um complexo desportivo do mais moderno que existe em Portugal, composto por Estádio relvado com capacidade para 22.000 espectadores, campo de treinos relvado, campo de treinos pelado, campo de futebol de 7 com relva sintética, academia de futebol, campo de futsal, pavilhão coberto para prática de várias modalidades (hóquei, basquetebol, andebol, voleibol, patinagem, dança), academia de ginástica e courts de ténis.



Localização do Concelho do Barreiro na Área Metropolitana de Lisboa

INFORMAÇÕES ÚTEIS

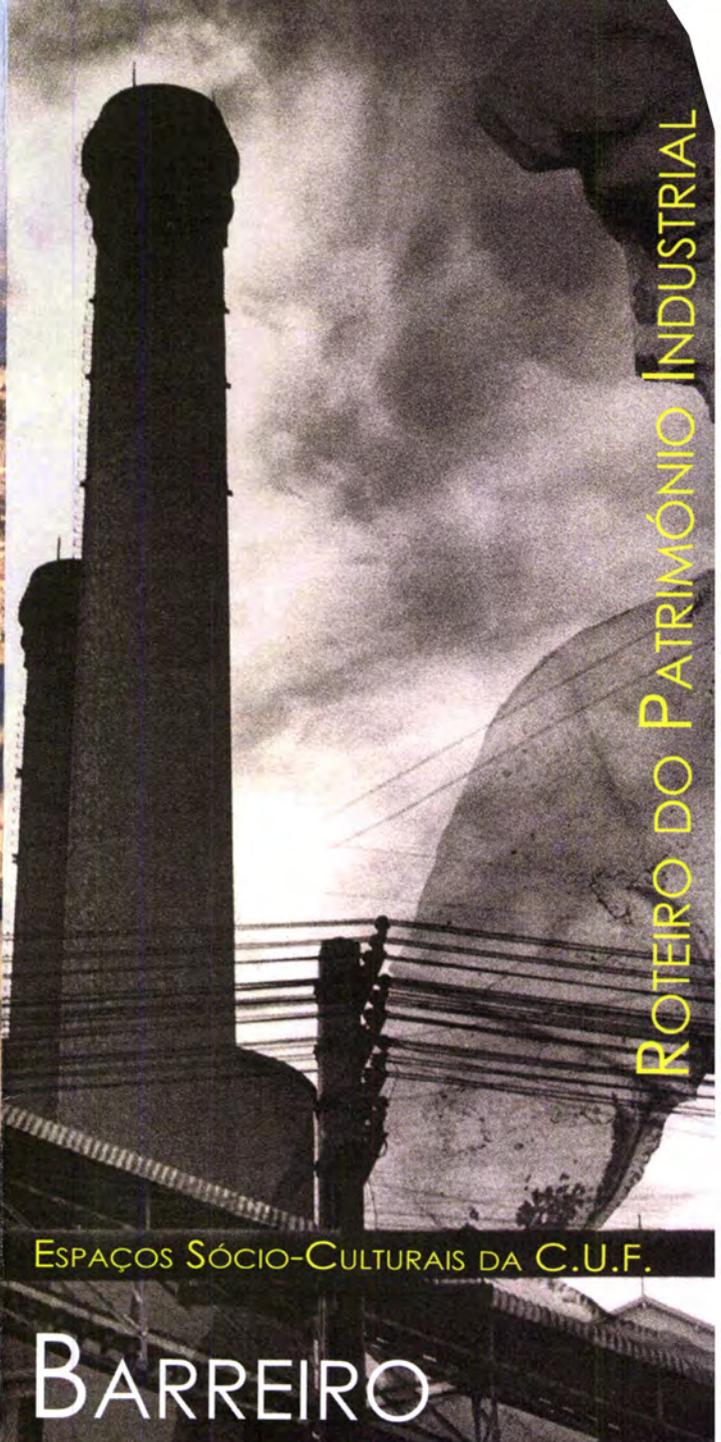
Comunidade Voluntários do Barreiro.....	212073062
Comunidade Voluntários do Sul e Sueste.....	212073032
Arco (Soflusa).....	212060460
Câmara Municipal do Barreiro.....	212068000/02
Linha de Ferro.....	212074807
Hospital Distrital do Barreiro.....	212076872
Polícia de Segurança Pública do Barreiro.....	212076588
Polícia de Segurança Pública do Lavradio.....	212044772
Rede de Águas.....	212068176
Rede E.D.P.....	212735000
Rede Gás.....	212273030



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Curso de Pós-Graduação e Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

José Carlos Soares
Aluno nº 3781



ROTEIRO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

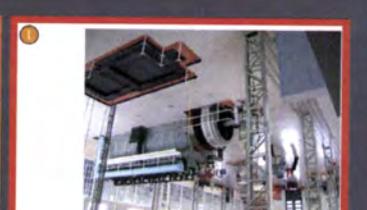
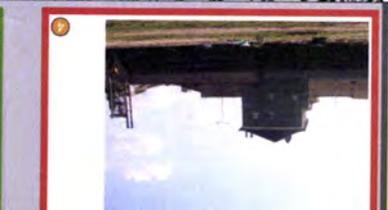
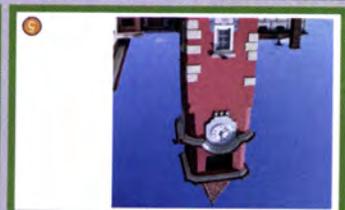
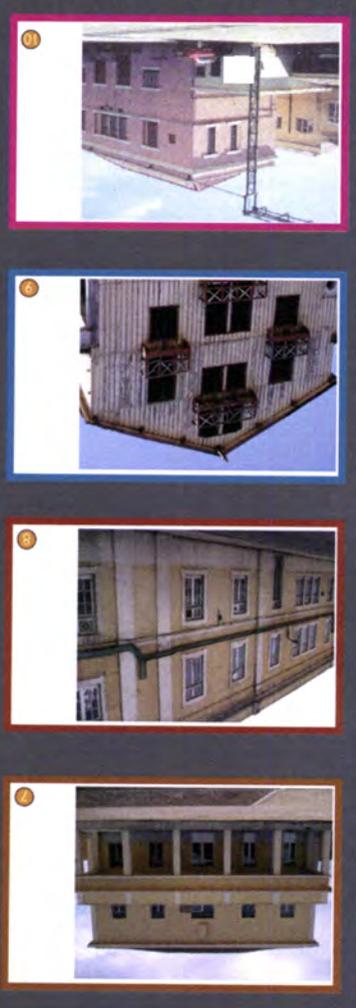
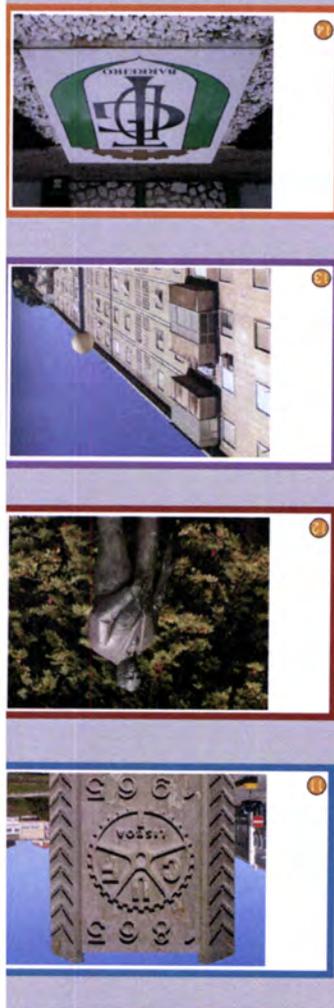
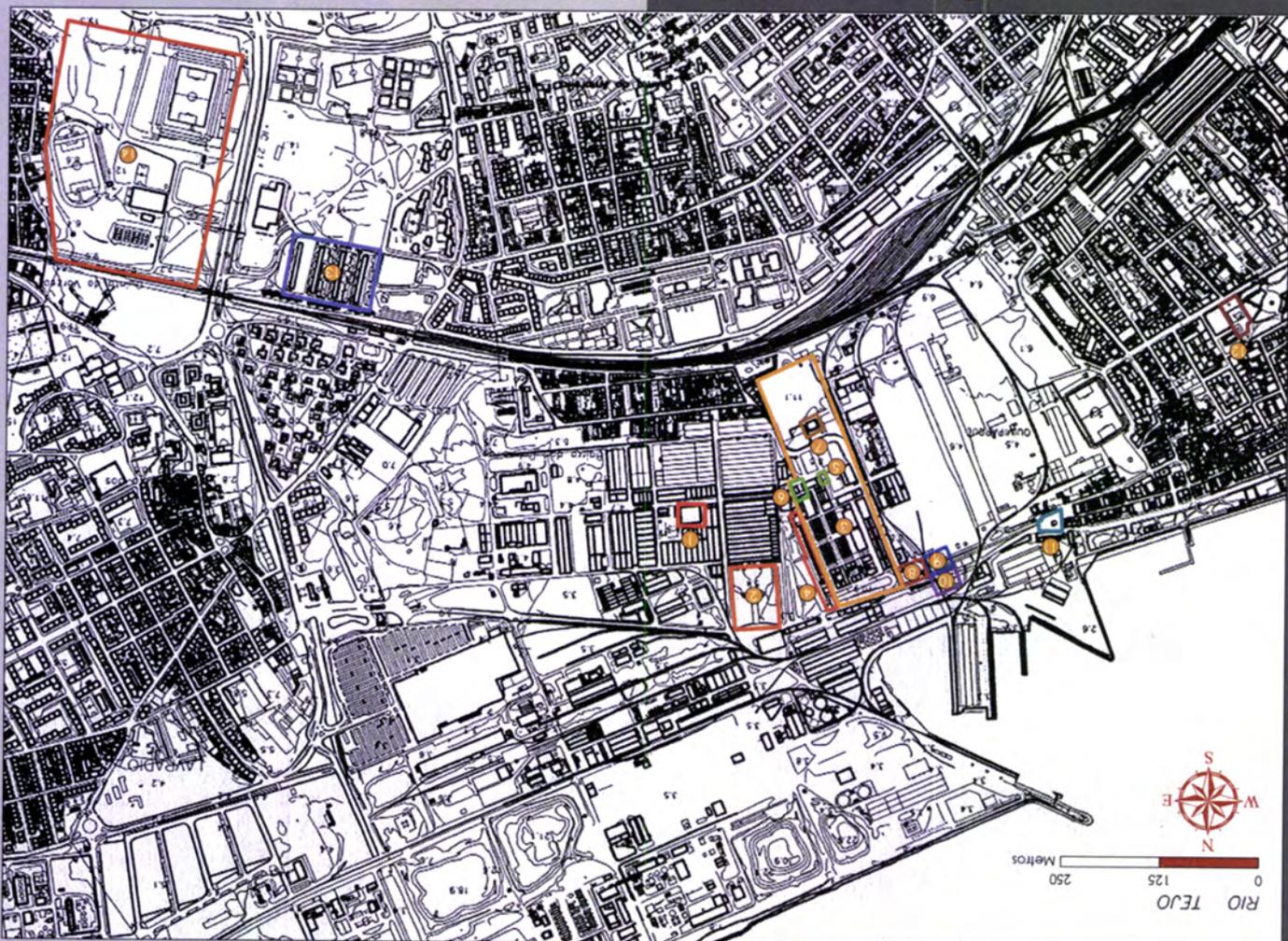
ESPAÇOS SÓCIO-CULTURAIS DA C.U.F.

BARREIRO

Património da C.U.F. no Barreiro

Legenda

- 1 Museu Industrial e Centro de Documentação
- 2 Museu de Alfredo da Silva
- 3 Barro Operário
- 4 Campo de Santa Bárbara
- 5 Torre do Relógio
- 6 Edifício do Cinema-Ginásio
- 7 Edifício do Posto Médico
- 8 Edifício Sede do Grupo Desportivo da C.U.F.
- 9 Podrão alusivo à comemoração do centário da C.U.F.
- 10 Estúvia Alfredo da Silva
- 11 Casa-Museu Alfredo da Silva
- 12 Edifício dos Bombeiros
- 13 Barro Novo da C.U.F.
- 14 Complexo Desportivo da C.U.F.





1. MUSEU INDUSTRIAL E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A central diesel foi a segunda central de produção de energia eléctrica montada pela C.U.F. nas suas fábricas do Barreiro. A decisão de a instalar junto das oficinas têxteis, na actual Rua 44, teve a ver com a necessidade de abastecimento, em corrente contínua, de grande parte da muita maquinaria existente na Zona Têxtil.

Arrancou em 1935 com a potência de 3600CV, que viria a ser ampliada nos anos seguintes para 6100CV. Posteriormente, a entrada em funcionamento das novas centrais a vapor n.º 2 (1953) e n.º 3 (1981), a reconversão da actividade têxtil (anos 70) e os melhoramentos introduzidos vieram gradualmente impor a dispensa dos serviços da Central Diesel.

A sua dimensão e localização, o carácter da sua arquitectura e o seu valor como referência de um complexo fabril único no país, foram determinantes para a sua escolha pela Quimiparque para aí ser instalado o Museu Industrial e Centro de Documentação.

O Museu foi criado pela Quimiparque com a intenção de deixar para as gerações futuras o legado histórico do que foi um dos mais importantes complexos químico - industriais da Europa em meados do século XX. Reúne um espólio constituído por equipamentos industriais de índole diversa e um acervo documental e iconográfico considerável, representativo de áreas como a química, a têxtil, a metalomecânica, a produção de energia, a segurança e higiene industrial, etc.



2. MAUSOLÉU DE ALFREDO DA SILVA

Alfredo da Silva nasceu em Lisboa em 1871 e morreu em 1942, sendo sepultado no Cemitério Oriental da cidade. A família de Alfredo da Silva mandou construir dentro do Complexo Industrial um Mausoléu, para ali serem sepultados os restos mortais do industrial que havia manifestado em vida o desejo de ficar sepultado no Barreiro, o que se veio a verificar em 1944. Trata-se de um imponente monumento funerário em granito, com 12 metros de largo e 7 de altura, assente num envasamento circular que tem no centro uma pirâmide truncada suportando o sarcófago simbólico. O projecto é da autoria do arquitecto Luís Cristino da Silva, com baixos-relevos do escultor Leopoldo de Almeida.

3. BAIRRO OPERÁRIO

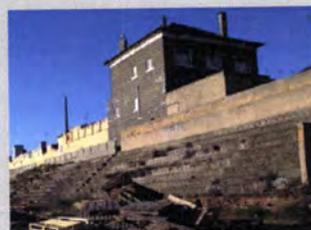
O primeiro Bairro Operário da C.U.F. foi construído a partir de 1908 em terrenos a nascente das fábricas de ácido sulfúrico e de adubos, numa área que rondava os trinta mil metros quadrados. Em 1914 o Bairro contava já com 5 extensos blocos de moradias, todas iguais, de rés-do-chão com pequeno quintal. As casas dispunham-se ao longo de ruas cujos nomes remetiam para o fabrico dos produtos ou matérias-primas utilizados pela C.U.F., tais como a Rua dos Óleos, Rua do Ácido Sulfúrico, Rua dos Superfosfatos, Travessa da Glicerina, etc.

O Bairro Novo foi edificado a partir de 1932 e ocupava uma área idêntica ao primeiro estendendo-se para norte. Com características arquitectónicas similares incluía já moradias com 1º andar, destinadas a alguns técnicos da empresa. Em 1945 ambos os bairros contavam 312 moradias. A toponímia evocava cientistas como Lavoisier e Gay-Lussac, entre outros. O equipamento social dos bairros integrava, para além de um lavadouro público com depósito privativo, a carvoaria (1908), a moagem de trigo e padaria (1908), o balneário (1908) acessível a estranhos à C.U.F., a despensa (1908), a academia recreativa e musical (1911) e a escola primária (1927). Com a reconversão operada na estrutura da empresa, o Bairro ainda acolhe algumas famílias, contudo a maioria das habitações é ocupada actualmente por pequenas empresas de comércio e serviços.



4. CAMPO DE SANTA BÁRBARA

Já quase nada existe daquele que foi o primeiro campo de jogos do Grupo Desportivo da C.U.F., apenas se podendo descortinar actualmente as bancadas do lado poente.



5. TORRE DO RELÓGIO

Local onde funcionou a primeira central telefónica interna do Complexo Industrial da C.U.F. no Barreiro, carinhosamente apelidada nos dias de hoje pelo Big Ben do Barreiro.



6. EDIFÍCIO DO CINEMA-GINÁSIO

Edifício localizado no na zona central do Bairro Operário, a meio caminho do edifício sede do Grupo Desportivo da C.U.F. e do Campo de Santa Bárbara. Infelizmente este belo edifício com uma magnífica sala de cinema encontra-se actualmente encerrado.



7. EDIFÍCIO SEDE DO GRUPO DESPORTIVO DA C.U.F.

Edifício ainda hoje imponente, localizado no extremo sul do actual Bairro Operário, mantém a sua traça original, com poucas alterações sofridas ao longo destes últimos anos.



8. EDIFÍCIO DO POSTO MÉDICO

Trata-se de um edifício quadrangular de configuração conventual com claustro a toda a volta, tendo ao centro um pequeno jardim, com um amplo corredor bem iluminado pelo envidraçado que o rodeia, e ao mesmo tempo, o separa do jardim, edificado no termo da rua do Industrial Alfredo da Silva, junto da antiga estrada do Lavradio.



9. EDIFÍCIO DOS BOMBEIROS

Edifício essencialmente constituído por uma fachada fictícia, na qual o Corpo de Bombeiros da C.U.F. efectuava os seus treinos de aperfeiçoamento.



10. CASA MUSEU ALFREDO DA SILVA

O primeiro escritório central da C.U.F. começou a funcionar em 1907 num edifício com frente para o actual Largo do Tráfego. O 1º andar era utilizado por Alfredo da Silva quando se deslocava ao Barreiro. Nos anos sessenta o escritório foi convertido em sala de recepção, albergando a maquete do complexo industrial que figurava na F.I.L. como peça central da exposição comemorativa do centenário da C.U.F. (1965).



O 1º andar foi totalmente restaurado, nele se conservando mobiliário, alguns objectos pessoais e documentação ligados à vida do grande industrial.

A habitação foi enriquecida nos anos 90, já sob a égide da Quimiparque, mercê da transferência do espólio proveniente da Fábrica Sol, em Alcântara, justificando o nome de Casa - Museu Alfredo da Silva por que passou a ser designada.

11. PADRÃO ALUSIVO À COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA C.U.F.

Tendo sido inaugurado no mesmo dia da estátua, 30 de Junho de 1965, fica localizado junto da entrada principal das fábricas, junto do Largo Alexandre Herculano.



12. ESTÁTUA ALFREDO DA SILVA

A 30 de Junho de 1965, no ano do Centenário da Companhia União Fabril e no dia do 94º aniversário natalício de Alfredo da Silva, o Barreiro parou para que a sua população pudesse assistir à homenagem pública em memória do homem que tão vincadamente contribuiu para o grande desenvolvimento local. O acto inaugural contou com a presença do Chefe de Estado, Almirante Américo Tomás, dos Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa e de quinze Ministros e Secretários de Estado, além de numerosas outras individualidades dos meios Militares, Económicos e Financeiros.



Também tomaram parte deste acto, os representantes do Município do Barreiro, os membros do Conselho de Administração da C.U.F. e da família de Alfredo da Silva.



13. BAIRRO NOVO DA C.U.F.

O novo Bairro Operário construído no Barreiro, com projecto do arquitecto Fernando da Silva, ficou situado junto da estação de caminho-de-ferro do Lavradio em terrenos da antiga Quinta da Fonte, comprados pela C.U.F. O Bairro é composto por 4 blocos de apartamentos, construídos em banda, com 45 habitações cada. Em 1965 foram inaugurados os Blocos "Alferaredede" e "Mirandela", sendo que no ano seguinte foram inaugurados os "Soure" e "Canas de Senhorim". Na época foi considerado um bairro modelo, construído com o que de melhor, e, mais moderno existia. Este bairro, ficou conhecido em alguns meios como o "Bairro dos Católicos", devido ao facto de a C.U.F. supostamente só atribuir casas a quem fosse casado pela igreja católica.



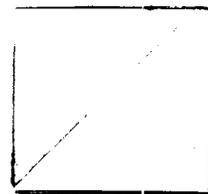
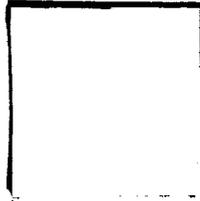
14. COMPLEXO DESPORTIVO DO GRUPO DESPORTIVO DA C.U.F.

Localizado junto do I. C. 21, na Freguesia do Lavradio, trata-se de um complexo desportivo do mais moderno que existe em Portugal, composto por Estádio relvado com capacidade para 22.000 espectadores, campo de treinos relvado, campo de treinos pelado, campo de futebol de 7 com relva sintética, academia de futebol, campo de futsal, pavilhão coberto para prática de várias modalidades (hóquei, basquetebol, andebol, voleibol, patinagem, dança), academia de ginástica e courts de ténis.



1.4.3. – O Desdobrável:

Roteiro do Património Industrial; Espaços Sócio - Culturais da C.U.F.



1.5. - Organização de um núcleo sobre o Operariado da C.U.F.

Este seria um núcleo a criar de novo numa das casas do Bairro Operário, com o objectivo de dar a conhecer o trabalho e o modo de vida dos operários, através de uma exposição permanente e de exposições temporárias, que poderão ser subordinadas a temas afins. Refira-se como exemplo as representações dos Operários na pintura ou até na música local.

1.5.1. – A exposição permanente:

“A Face Humana do complexo industrial da C. U. F. no Barreiro”

O conceito de operariado é indissociável da denominada revolução industrial. Com efeito, é o desenvolvimento exponencial da indústria, após a adopção da máquina a vapor, inventada e desenvolvida por James Watt, que expande as necessidades de mão-de-obra, essencialmente barata, muito para além da oferta disponível nos aglomerados urbanos.

É em pleno período de expansão industrial e, mais tarde, com a introdução de máquinas a vapor, que as populações das zonas rurais são atraídas pela perspectiva de um trabalho melhor remunerado, e que imaginam menos duro e ingrato, na indústria florescente. Centenas e até mesmo milhares de famílias migram para as zonas periféricas das cidades, fixando-se nas áreas pobres, onde os seus poucos rendimentos permitem pagar as rendas, amontoando-se em pequenas casas, barracas e velhos casarões abandonados ou devolutos.

As insuficiências alimentares, a insalubridade das habitações e ruas, onde as redes de saneamento básico não passavam de ilusões e as diferentes noções de higiene das famílias provenientes das zonas rurais, onde as condições ambientais e o espaço mais desafogado compensavam em boa parte algumas deficiências a nível higiénico, rapidamente vieram a ter consequências altamente nefastas sobre a saúde pública. As zonas de habitação do operariado tornam-se um caldo de cultura para surtos epidémicos de doenças como a tuberculose, a cólera, a varíola e outras pragas que acometiam com alarmante frequência os moradores.

Os proprietários dos estabelecimentos industriais acabariam por ser mais ou menos sensibilizados para os problemas dos seus trabalhadores. No entanto, se existem evidências de que alguns desenvolveram medidas baseadas no espírito humanitário, a maioria terá sido verdadeiramente incentivada por razões de carácter mais prático e economicista.

De facto, se a mão-de-obra operária não qualificada era barata e fácil de obter, já a formação de um bom operário qualificado e a sua correspondente adequação às funções mais específicas era morosa e implicava custos bastante superiores.

Por outro lado, o sucessivo aumento de novas indústrias alargava as oportunidades de emprego para os operários especializados mais competentes, assim a oferta de melhores condições de habitação podia funcionar como chamariz para os melhores profissionais, potencialmente geradores de superior produtividade. Pese embora a diversidade de motivações, o facto é que começaram a concretizar-se algumas medidas resultantes da preocupação de melhorar as condições de vida dos operários, como foi no caso do Complexo Industrial da C.U.F. no Barreiro.

Perante tudo o que temos vindo a referir ao longo deste trabalho, aquilo a que nos propomos alcançar, através da realização de um núcleo sobre o operariado e com a criação de um roteiro, é, que ambos nos levem a conhecer em detalhe as vivências comuns a todos quantos trabalharam neste complexo, prestando homenagem, de uma forma simples e singela aos homens e mulheres, a maioria, gente anónima, que aqui trabalhou, quer nas suas rotinas diárias de trabalho, quer nas suas ocupações durante as horas de lazer.

Os temas da exposição seriam os seguintes:

- 1 – O aumento de População Operária no Barreiro e a alteração do Concelho.
- 2 – A construção dos Bairros operários.
- 3 – Os espaços de lazer e cultura do operariado da C.U.F.
- 4 – O quotidiano do operariado da C.U.F.
- 5 – As lutas operárias.

Conclusão

O Concelho do Barreiro possui uma vasta tradição industrial, que remonta há muitos séculos, se considerarmos desde logo a sua pré-industrialização. Em 1871 as oficinas do caminho-de-ferro transformam a pacata vila rural e piscatória do Barreiro numa vila de cariz operário. O caminho-de-ferro traz, também, outra das emergentes indústrias dos finais do século XIX, as fábricas de cortiça, que vieram reforçar ainda mais essa concentração operária.

O Barreiro atinge o auge do seu desenvolvimento industrial com a instalação da Companhia União Fabril em 1908 quando esta arranca com uma fábrica de extracção de óleos de bagaço de azeitona. A escolha para a instalação da fábrica recaiu sobre o Barreiro, porque este possuía melhores condições geográficas do que outro qualquer lugar, e o Barreiro deu-lhe tudo o que necessitava: terrenos baratos e operários de qualidade cuja soma laboral constituiu ao longo de quase 70 anos, a força motriz deste grande império industrial.

A escolha do Barreiro como pólo de industrialização em Portugal aconteceu, como na generalidade dos casos, por uma singular convergência de condições e circunstâncias iniciais que, depois de conjugadas se reforçaram cumulativamente, a linha ferroviária, o acesso ao rio e a sua posição frente a Lisboa justificaram a instalação do complexo industrial, em função do qual se desenvolveu todo o processo de concentração industrial, com o alargamento a outros sectores.

O Barreiro foi uma vila que cresceu numa fase específica do desenvolvimento industrial português, e a C.U.F. foi a empresa que gerou, no Barreiro, o primeiro complexo industrial integrado em Portugal. A C.U.F. criou um grande complexo industrial e, com o intuito de fixar os seus operários junto das fábricas, construiu várias unidades de apoio, o crescimento industrial fez-se aqui em ruptura e descontinuidade com as actividades agrícolas e a paisagem rural, trazendo consigo um notável crescimento urbano. A industrialização não tem, por outro lado, uma origem local, os projectos e os capitais, os patrões e os quadros técnicos que a envolvem vêm de fora.

A evolução do Barreiro como pólo industrial, e como concentração de recursos humanos com competências industriais, confunde-se com a evolução da economia portuguesa no sentido da industrialização, desde a fase da substituição de importações ainda na primeira metade do século XX, até à fase da criação de um complexo industrial tecnologicamente evoluído, com as suas diversas unidades industriais articuladas entre si de modo a obterem as melhores condições de custos e as melhores dotações de recursos humanos qualificados.

A C.U.F. passou por várias fases de desenvolvimento até se tornar a empresa mãe do maior grupo económico Português. O vasto número de empresas do grupo C.U.F. que paulatinamente cresceu e foi gerando novas relações e economias de escala é o exemplo de uma história de sucesso, tecnologicamente inovadora, gerando mais valias de saber acumulado ao longo de gerações, criando riqueza e aplicando uma nova política de distribuição no tecido empresarial português.

Para que as vantagens iniciais da localização industrial do Barreiro pudessem ser prolongadas em efectivas vantagens competitivas, era necessário que ele fosse um pólo de atracção de trabalhadores e quadros com capacidade para conseguirem sustentar um crescimento continuado de produtividade.

O Barreiro foi como que uma escola industrial onde obtiveram formação básica trabalhadores que, apenas tinham a experiência do trabalho agrícola, ao mesmo tempo foi a oportunidade para acolher e preparar um conjunto de quadros técnicos qualificados que souberam fazer destas empresas um efectivo centro de excelência, formando competências e melhorando as organizações industriais.

Uma fortíssima corrente operária da população activa é, por outro lado, uma característica já tradicional no Barreiro. Gerações de ferroviários, operários corticeiros e operários da Companhia União Fabril instalaram-se aqui durante décadas, fazendo do salário a fonte exclusiva dos seus rendimentos familiares. Operários a tempo inteiro, sem beneficiar da proximidade neutralizadora de uma classe de suporte, abaixo ou a seu lado, por exemplo, vinculados à pequena propriedade agrícola, as posições de classe parecem aqui surgir com um perfil rígido, simples e perfeito.

O operariado da C.U.F. era dos que usufruía, há época, das melhores regalias e desfrutava de condições únicas como despensa, padaria, talho, escola primária, hospital, posto médico, farmácia, estruturas desportivas e casas de renda económica. Pertencer à C.U.F. era à partida ter assegurado um conjunto de regalias sociais, que outros não tinham.

Relativamente à população industrial portuguesa, os operários do Barreiro constituíram, uma mão-de-obra particularmente instruída e qualificada, por outro lado a C.U.F. também dominou diversos horizontes dos barreirenses confundindo-se com a própria história e as histórias do Barreiro.

O toque da buzina da C.U.F., a chamar os operários para o trabalho, espalhava-se por todas as ruas do Barreiro. Havia outras buzinas mas sem dúvida que a da C.U.F. era a que se sobrepunha.

A Fábrica alimentava-se diariamente de centenas de homens e mulheres que reagindo àquele grito rouco da buzina para lá afluíam, lá dentro uma hierarquia diferente de todas as outras, com as suas regras, leis e princípios, os seus prémios e castigos. Mais do que um local de trabalho, do que uma empresa, a C.U.F. acompanhou os barreirenses desde o nascimento até à morte. O seu circuito fechado de meios e pessoas condicionava e determinava a vida no seu ponto de vista mais íntimo.

A C.U.F. proporcionava aos seus trabalhadores e familiares um sem número de benesses como já atrás foi referido. Mas todas estas benesses tinham subjacente outra lógica, mais do que a rentabilização máxima do trabalhador, mais do que a garantia de mais e melhor mão de obra, mais do que um certo clima de contentamento e de garantia de trabalho, mais do que tudo isto tratava-se de um círculo financeiro fechado onde se garantia que a maioria da mais valia ganha pelos trabalhadores com o esforço do seu trabalho fosse aplicada na própria empresa. Todos estes privilégios destinavam-se também a ter os operários barreirenses como seus reféns.

Mas a factura mais elevada que o Barreiro e os barreirenses pagaram foi, sem dúvida, a poluição. Durante anos a C.U.F. conspurcou o ambiente tornando o Barreiro tristemente famoso. Durante muito tempo dificilmente se distinguia, o nevoeiro das descargas de amoníaco, qualquer habitante do Barreiro sabia quando se fabricava óleo de amendoim pelo cheiro adocicado que se entranhava nas casas, onde janelas e portas se deterioravam a uma velocidade estonteante.

Alguns defendem que era uma factura mais leve que o desemprego, mas não era de facto necessário escolher entre as duas. Nos nossos dias existe a consciência de que é possível a actividade industrial com respeito pelo ambiente.

Entretanto a evolução do panorama da actividade industrial levou à desactivação de parte significativa das estruturas fabris da antiga C.U.F. tornando devoluto este imenso território ribeirinho, continuidade natural da estrutura urbana da antiga vila. No território imenso da antiga C.U.F. existe hoje um parque empresarial onde partes da antiga empresa sobrevivem ainda, onde outras repousam sobre a forma de esqueletos enferrujados, tal como fósseis de uma espécie já extinta, e onde se dividiu o espaço por pequenas e médias empresas.

A sua excepcional localização junto ao rio e a dimensão dos terrenos em causa permite antever uma nova afectação da vasta área para outros fins, possibilitando uma diversidade de usos e destinos, desde habitação ao comércio e lazer.

Algumas das antigas habitações operárias têm também vindo a mudar o seu uso. Desse vasto património edificado pela C.U.F., podemos destacar alguns edifícios: a Casa da Cultura (Cinema-Ginásio), o Clube de Empresas (Messe de Pessoal Superior), o Edifício Sede do Grupo Desportivo da C.U.F. e a Torre do Relógio. Contudo, há ainda alguns espaços industriais cuja arquitectura é igualmente de grande interesse e aparece perdida e abandonada no espaço, não estando assegurado o seu futuro.

As potencialidades deste espaço para reutilização são as mais variadas, sobretudo pelas grandes áreas que ocupam. A arquitectura, bem como os materiais utilizados influenciaram grandemente a arquitectura do século XX. A sua reutilização perpetuará a sua presença, contribuindo para a história da região.

Num mundo complexo e em permanente transformação, e face aos atentados que o quotidiano nos revela, torna-se mais do que nunca necessário apelar para as regras do bom senso e idealizar instrumentos que as possam materializar. Assim, ao discutirmos o progresso e o desenvolvimento deveremos passar progressivamente a associar a ideia de conservar e usar com inteligência, condição *Sine Qua Non*, para a manutenção da diversidade dos sistemas naturais e para a sobrevivência das próprias sociedades humanas.

O Barreiro não tem Pontes e *Villas Romanas*, nem Castelos nem Palácios, nem monumentos que se afirmem pela sua grande arquitectura. Tem sim fábricas, máquinas, armazéns, oficinas, chaminés, ferramentas. Daí que preservar a Fábrica é preservar o santuário da memória de uma comunidade.

A valorização deste património pode e deve passar, quer pela musealização de alguns espaços, quer pela própria sustentabilidade da Quimiparque, procurando entendimentos com a sociedade civil/económica e com a autarquia, de modo a desenvolver sinergias que levem a que exista vontade para a preservação desta memória muito forte para o sentir dos Barreirenses.

Hoje esta grande área industrial encontra-se em mutação, com a desactivação, demolição e a conseqüente alienação dos seus terrenos para diversos fins. Restam contudo alguns testemunhos desse glorioso passado; é possível ainda observar e preservar algumas edificações, desde que a autarquia e/ou instituições particulares insistam em preservá-las.

O mundo é feito de mudança e o nosso tempo exemplifica de modo muito nítido como podem ser rápidas e profundas as mudanças na tecnologia, na organização das empresas e no modo de vida das populações. Tudo aquilo que fazemos inscreve-se no tabuleiro de um jogo cujas peças aguardam ser movimentadas e cujas regras exigem ser cumpridas. Toda a questão reside em saber como é que vamos jogar.

Para além do registo e das propostas que ficam neste trabalho, permanece a interrogação essencial sobre o futuro, sobre o que se deve e pode fazer no campo da Arqueologia/Património Industrial.

Bibliografia

I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra, Guimarães e Lisboa. Actas e Comunicações. Volumes I e II. Coimbra Editora. APAI. 1986.

III Jornadas de Arqueologia Industrial. Universidade da Beira Interior. Museu de Lanifícios. Covilhã. 1998.

50 Anos da CUF no Barreiro, com coordenação de Harrington Sena. C.U.F. Lisboa. 1958.

Álbum Comemorativo da Companhia União Fabril, com prefácio de Jorge Botelho Moniz. C.U.F.. 1945.

ÁBACO, Revista de Cultura y Ciencias Sociales. 2º Época, nº 19. 1998.

ALMEIDA, Ana Nunes de, *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro.* 2ª Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1998.

ALVES, Helena, *Mina de S. Domingos. Génese, formação social e identidade mineira.* Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola. 1997.

AFONSO, Maria de Fátima de Carvalho, *Museus e métodos de investigação e de documentação de Património Industrial em Portugal (1974-2004).* Tese de Mestrado em Museologia. [Texto Policopiado]. [S.L.] : [S.N.]. 2005.

AMARAL, Isabel Maria da Silva Pereira, *A presença da Companhia União Fabril no contexto industrial Português – de 1865 a 1977.* Tese de Mestrado. [Texto Policopiado]. [S.L.] : [S.N.]. 1993.

AMARO, Miguel, “Grupo Desportivo da C.U.F., um clube diferente”. *in Os anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo.* Livro 11, Cinco violinos no relvado. Planeta DeAgostini. Lisboa. 2008.

Arqueologia Industrial, Porto III Série, Vol. I (1-2), 1997 (número consagrado aos museus industriais)

Arqueologia & Industria, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. Números 1, 2 e 3. Lisboa. 1998/1999.

Barreiro Antigo. Uma Visita pela História. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1998.

BARROS. Júlia Leitão de; HORTA, Ana Filipa Silva, *Fotobiografias do Século XX: Alfredo da Silva*. Direcção de Joaquim Vieira. Círculo de Leitores. Lisboa. 2003.

Bocamina: Revista de Minerales y Yacimientos, Madrid, número Especial Internacional Portugal.

BUCHANAN, Angus, *Industrial Archaeology in Britain. Harmondsworth*. Perguin Books. 1977.

BUCHANAN, Angus, “The definition of industrial archaeology”. in *L'Étude et la mise en valeur du Patrimoine Industriel*. 4 Conférence international Lyon – Grenoble. Septembre 1981. Paris. Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. pp. 104-108.

BUCHANAN, Angus, *Perspectives of Industrial Archaeology*. Ed. By Neil Conon. London: Science Museum. 2000.

BUCHANAN, Angus, “The origins of industrial archaeology”. in *Perspectives on Industrial Archaeology*. London Science Museum. 2000. pp. 18-38.

CABRAL, Bartolomeu Costa; PEREIRA, Nuno Teotónio, “Recuperação e reutilização do património industrial da Covilhã para a instalação da Universidade da Beira interior”. in *III Jornadas da Arqueologia Industrial*. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 1998. pp. 395- 398.

Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial. (TICCIH) – Julho de 2003.

CALDAS, Flora; LOPES, João, “A Real Fábrica de Vidros de Coima. Resultado de três anos de escavações”. *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial.* Volume I. 1986.

CAMACHO, Clara Frayão, *O Homem, o Trabalho e a Fábrica: Industrias no Concelho de Vila Franca de Xira.* Vila Franca de Xira. Museu Municipal. 1996.

CAMACHO, Clara Frayão, “Do inventário do Património Industrial à exposição “O Homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira”. *in O Homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira* [catálogo de exposição]. Vila Franca de Xira. Câmara Municipal / Museu Municipal de Vila Franca de Xira. 1996. pp. 11-16.

CARMONA, Rosalina; BORRACHA, Alexandra, *Inventário do Património do Concelho do Barreiro.* Barreiro. Câmara Municipal do Barreiro. 1999.

CARMONA, Rosalina, *...do Barreiro ao Alto do Seixalinho. Um passado Rural e Operário.* Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho. 2005.

CARMONA, Rosalina, *Vila Nova do Barreiro. Carta de Foral 1521.* Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 2007.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património.* Edições 70. Lisboa. 2006.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, *A indústria Conserveira em Matosinhos: exposição de arqueologia industrial.* Câmara Municipal de Matosinhos. Matosinhos. 1989.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Arqueologia e Património Industrial na zona do Grande Porto. Balanço de quinze anos”. *Almadan.* II Série. Almada. Centro de Arqueologia de Almada, nº 9. pp. 117-128.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, “A arqueologia industrial. Uma vertente fundamental da arqueologia urbana”. *Bracara Augusta*. Braga. XLV. 1994. pp. 169-190.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX”. *Análise Social*. Lisboa. XXXI. 1996. pp. 313-342.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, “A arquitectura industrial em Portugal”. in *ÁBACO – Revista de Cultura y Ciências Sociales*. 2ª Época nº 19. 1998. pp. 35-44.

CUSTÓDIO, Jorge; RIBEIRO, Isabel; SANTOS, Luísa, *Arqueologia Industrial do Bairro de Alcântara: estudos e materiais*. Lisboa. AAIRL. Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Lisboa. 1981.

CUSTÓDIO, Jorge; SANTOS, Luísa, “A Real Fábrica de Fiação de Tomar e a primeira geração Europeia e Americana de fábricas hidráulicas”. in *1º Encontro Nacional sobre o Património Industrial*. 1986.

CUSTÓDIO, Jorge, “A Real Fábrica de Coina e as Origens da Indústria Vidreira da Marinha Grande 1711-1826”. *Separata do 1º Encontro Nacional sobre o Património Industrial*. Volume I. 1989.

CUSTÓDIO, Jorge, “A Manufatura Setecentista da Real Fábrica de Vidros de Coina: Ponto da Situação”. *Primeiras Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 2000. pp. 39-61.

CUSTÓDIO, Jorge; MATOS, Ana Cardoso de; SANTOS, Luísa, “O Inventário do Património Industrial Português”. in *“Actas das 1ªs Jornadas Ibéricas del Património Industrial y la Obra Publica”*. Sevilla: Junta da Andaluzia – Consejería de Cultura y Medio Ambiente. 1994.

CUSTÓDIO, Jorge (Coordenação), *Recenseamento e Estudo Sumário do Parque Industrial da Venda Nova*. Câmara Municipal da Amadora. Amadora. 1996.

COSTA, Fernando Marques da; SEIXAS, Cruzeiro, *Primeira Exposição de Arqueologia Industrial. No projecto do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar*. Lisboa. Secretaria de Estado da Cultura. 1978. 13 p.

DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos, *População e Indústria na Margem Sul do Tejo. Da Regeneração ao Estado Novo*. Tese de Mestrado em Demografia Histórica e Social. [Texto Policopiado]. [S.L.] : [S.N.]. 1989.

FARIA, Miguel Faria de, *Alfredo da Silva; Biografia*. José de Mello e Bertrand Editora. Lisboa. 2004.

FARIA, Fernando; CRUZ, Luís; BARBOSA, Pires, *A Central Tejo. A fábrica que electrificou Lisboa*. Bizâncio e Fundação EDP. Lisboa. 2007.

FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge, *Caminho do Oriente – guia do Património Industrial*. Livros Horizonte. Lisboa. 1999.

GROS, Marielle Christine, *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Ed. Afrontamento. Porto. 1982.

JANARRA, Pedro, *A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo*. Tese de Mestrado em Sociologia. [Texto Policopiado]. [S.L.] : [S.N.]. Lisboa. 1994.

MATOS, Ana Cardoso de, *Introdução à Arqueologia Industrial*. (textos). Curso de Formação em Arqueologia Industrial. APAI. 1986.

MATOS, Ana Cardoso de; RIBEIRO, Isabel Maria; SANTOS, Luísa, “Intervir no Património Industrial: das experiências realizadas às novas perspectivas”. *Actas do Colóquio de Museologia Industrial – Reconversão e Musealização de Espaços Industriais*. Museu da Indústria. Porto. 2003.

MATOS, Rui; TEIXEIRA, Paula, *Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina*. Contexto. Lisboa. 1994.

MENDES, José Amado; GUIMARÃES, José Manuel, “História de uma Fábrica: a Real Fábrica de Fiação de Tomar”. in *Revista Portuguesa de História*. Tomo XVII. Coimbra. 1977.

MENDES, José M. Amado, “Cabo Mondego (Figueira da Foz): Exploração Mineira e Indústria”. *Arqueologia Industrial*. III Série. Volume II. 1998.

MENDES, José Amado, “A Arqueologia Industrial ao serviço da história local”. *Actas do Colóquio de Museologia Industrial - Reconversão e Musealização de Espaços Industriais*. Museu da Industria. Porto. 2003.

MORAIS, Jorge, *Rua do Ácido Sulfúrico – Padrões e Operários: um olhar sobre a C.U.F. do Barreiro*. Editorial Bizâncio. Lisboa. 2008.

Um Olhar Sobre o Barreiro, Outubro de 1986. I Série. p. 39.

Um Olhar Sobre o Barreiro, Junho de 1989. II Série, nº 1. pp. 3-13.

Um Olhar Sobre o Barreiro, Novembro de 1993. III Série, nº 2.

Primeiras Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 2000.

PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Antigo e Moderno. As Outras Terras do Concelho*. Barreiro. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1963.

PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Contemporâneo: a Grande e Progressiva Vila Industrial*. Volume I. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1965.

PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Contemporâneo: a Grande e Progressiva Vila Industrial*. Volume II. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1968.

PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Contemporâneo: a Grande e Progressiva Vila Industrial*. Volume III e Miscelânea. Ed. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1972.

PALMER, Marylin e NEAVERSON, *Industrial Archaeology. Principles and Practice*. London / New York: Routledge. 1998.

PEREIRA, Nuno Teotónio; MESTRE, Vítor, “Património construído: reconverter para preservar”. in *I Encontro nacional sobre o património industrial*. Coimbra. Guimarães. Lisboa. Coimbra Editora Lda. 1986. pp. 307-318.

PINHEIRO, Elisa Calado, “Os fios do passado a tecer o futuro. Um lema para o museu de Lanifícios. Da Covilhã à Europa pelas rotas de lã e redes de informação têxtil”. in *III Jornadas de Arqueologia Industrial*. Actas. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 1998. pp. 137-140.

Reconversão e Musealização de Espaços Industriais – Actas do Colóquio de Museologia Industrial. Museu da Industria. Porto. 2003.

SANTOS, Luísa; RIBEIRO, Isabel, “Engenharia e pontes metálicas no Portugal de Oitocentos”. in *Pontes metálicas e arquitectura do ferro: a propósito de um centenário*. Santarém; Almeirim. AEDPHCS. 1981.

SANTOS, Luísa; LOPES, João, “Abordagem ao estudo dos Vidros de Coima”. *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*. Volume II. Coimbra, Guimarães e Lisboa. 1986. pp. 231-234.

SANTOS, Luísa; RIBEIRO, Isabel, *Problemas, Fontes e Métodos*. (textos). Livro de formação. APAI. 1986. [texto policopiado].

SANTOS, Luísa; TINOCO, Alfredo, “Um Projecto de Musealização para as Minas do Lousal”. in *Arqueologia & Industria*, nº 1. APAI. Edições Colibri. 1998. pp. 117-125.

SEIXAS, Cruzeiro; COSTA, Fernando Marques, *Primeira Exposição de Arqueologia Industrial: no projecto do museu da Fábrica de Fiação de Tomar*. [S.L.] : [S.N.] Outubro. 1978.

SILVA, José Miguel da Silva; GOMES, Gilberto; CRUZ, Isabel, “Sobre o complexo industrial da C.U.F. no Barreiro”. *in Momento de inovação e engenharia em Portugal no século XX*. (Coordenação de Manuel Heitor, J. M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo). Edições D. Quixote. Lisboa. 2004.

SOBRAL, Fernando; SÁ, Elisabete de; LEITE, Agostinho; com prefácio de Eduardo Catroga, *Alfredo da Silva a CUF e o Barreiro. Um século de revolução industrial em Portugal*. Bnomics. Lisboa. 2008.

TELO, António, “Alfredo da Silva e a C.U.F.” *in História de Portugal*. (Direcção João Medina). Volume XI. Ediclube. Lisboa. 1995.

TEIXEIRA, Jorge, *O Barreiro que eu vi*. Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro. 1993.

TINOCO, Alfredo; CUSTÓDIO, Jorge, *Alto-forno de Pedreanes*. Marinha Grande. Lisboa. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. Marinha Grande. Lisboa. 1997.

<http://www.artbarreiro.com/quimifutur1.html>

<http://barreiroweb.com/modules.php?name=News&file=print&sid=533>

<http://barreiroweb.com/modules.php?name=News&file=print&sid=574>

<http://barreiroweb.com/modules.php?name=News&file=print&side=606>

<http://barreiroweb.com/modules.php?name=News&file=print&side=643>

<http://www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/historia/patrimonio+industrial/>

<http://www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/historia/revolucao+industrial/>

<http://www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/patrimonio+cultural/monumentos/>

<http://www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/turismo/>

http://www.cm-barreiro.pt/noticias/detalhe_noticia.asp?Id=2701

<http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/textos/textos.htm>

http://www.geocities.com/michel_giacometti/html/

<http://www.grupodesportivofabril.pt/historial.htm>

<http://www.grupodesportivofabril.pt/estadio.htm>

http://www.ippar.pt/patrimonio/itenerarios/arquitectura/itin_arquitectura.html

http://www.ippar.pt/patrimonio/itenerarios/arquitectura/arq_quimiparque.html

http://www.ippar.pt/patrimonio/itenerarios/industrial/ind_introducao.html

http://www.josedemello.pt/gjm_gjm_00.asp?lang=pt&local=11

<http://www.mnactec.com/ticcih/industrial.htm>

<http://www.museudaindustriatextil.org/appi/patrimonio-nacional.php>

<http://www.portugal.gov.pt/Portal/Print.aspx?guid>

http://www.quimiparque.pt/Regiao_concelho.htm

<http://www.rotanoave.com/index.php?lang=pt&t=main&n=3-1-0-0>

<http://fábricasol.blogspot.com/2006/01/memria-sobre-l-stinville-l-parte.html>

<http://fábricasol.blogspot.com/2005/11/companhia-uniao-fabril-cronologia-i-2.html>

<http://industrialcuf.blogspot.com/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Barreiro>

www.apai.pt

www.erih.net

www.fábricasol.blogspot.com

www.geira.pt/mitextil/

www.ine.pt

www.museudaindustria.org

www.rostos.pt

Anexo I

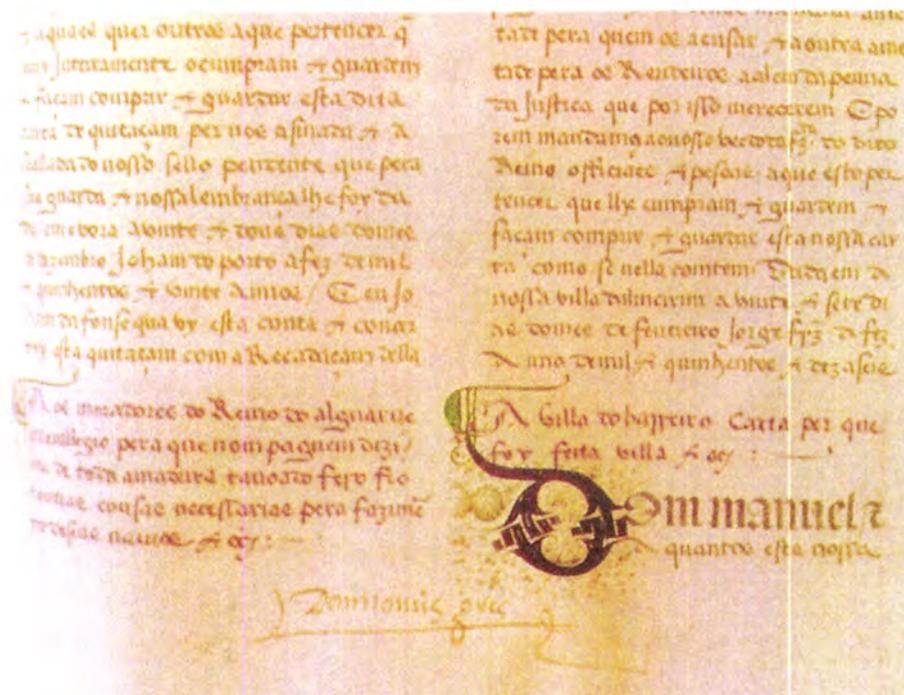
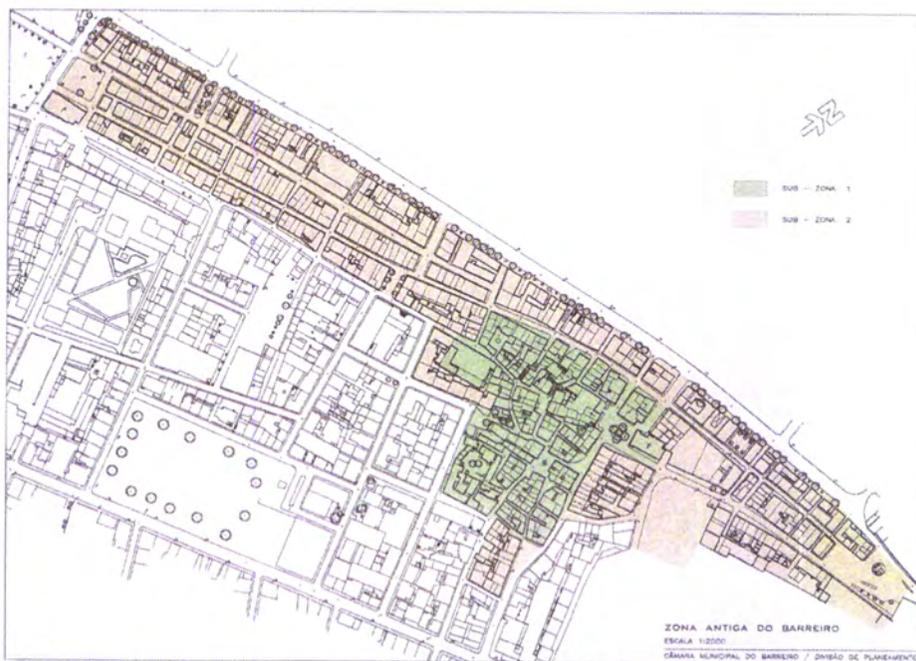


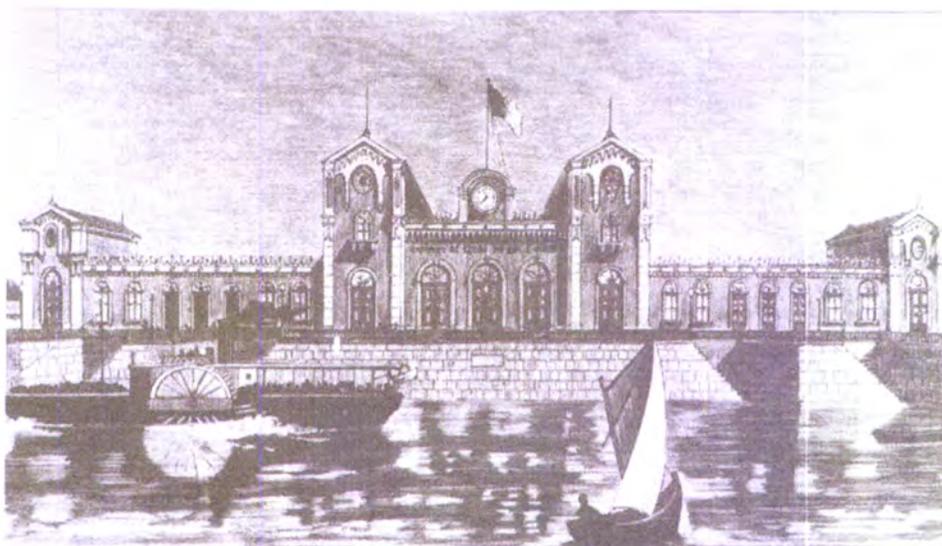
Foto 1 – Carta de Foral concedida ao Barreiro em 1521 pelo Rei D. Manuel. Leitura Nova ANTT. Arquivo Municipal - C. M. Barreiro.



Foto 2 – Simulação do antigo Termo do Concelho, Carta Topográfica e Militar da Península de Setúbal - 1816. Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.



**Foto 3 – Traçado Pombalino da Vila do Barreiro – Século XVIII.
Divisão de Planeamento - C. M. Barreiro.**



**Foto 4 – Estação de Caminho-de-Ferro do Barreiro, finais do século XIX.
Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.**



Foto 5 – Operários Corticeiros (Rolheiros). Catálogo da Fábrica Herold & C.^a do Barreiro. Inícios do século XX. Arquivo Municipal -C. M. Barreiro.

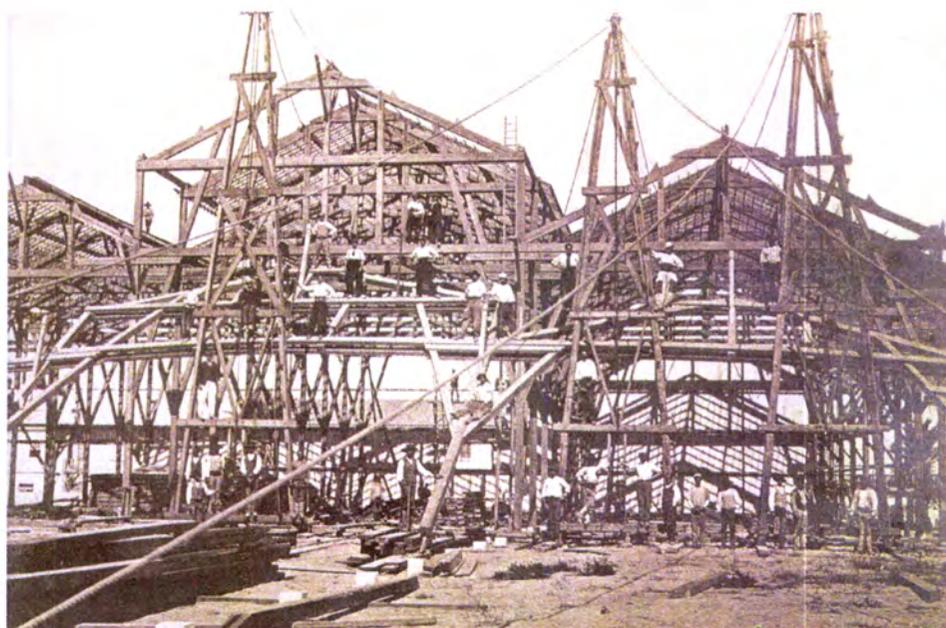


Foto 6 – Início da Construção das Fábricas da CUF no Barreiro. Estrutura de um dos módulos em três naves, dos parques de armazenagem dos adubos. Fotografia publicada *in* “A Fábrica – 100 anos da C.U.F. no Barreiro” (Coordenação de António Camarão; António Sardinha e José Miguel Leal da Silva). Editorial Bizâncio. Lisboa. 2008. p. 14.

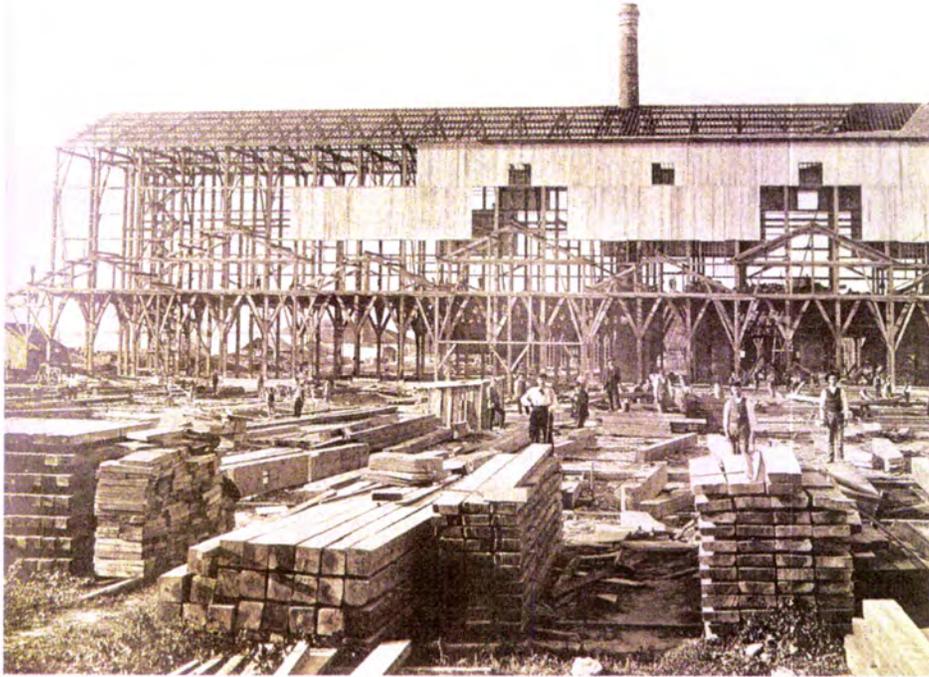


Foto 7 – Início da construção das Fábricas da C.U.F. no Barreiro. Finalização do Edifício da Malaxagem. Fotografia publicada *in* “A Fábrica – 100 anos da C.U. F. no Barreiro”. 2008. p. 16.

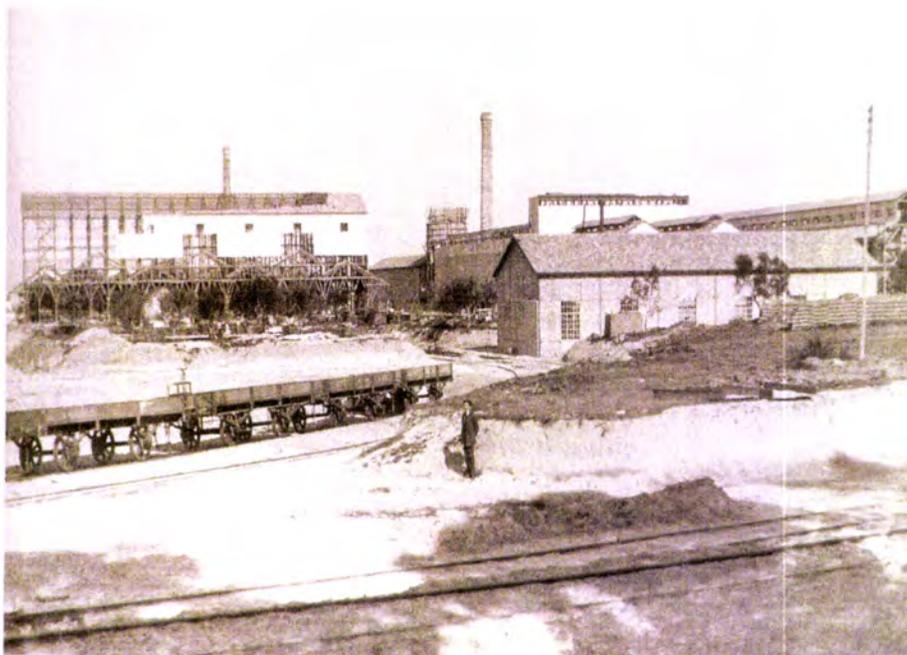


Foto 8 – Início da construção das Fábricas da C.U.F. no Barreiro. 1908. Fotografia publicada *in* “Fotobiografias do Século XX – Alfredo da Silva”. (Direcção de Joaquim Vieira). Circulo de Leitores. Rio de Mouro. 2003. p. 79.

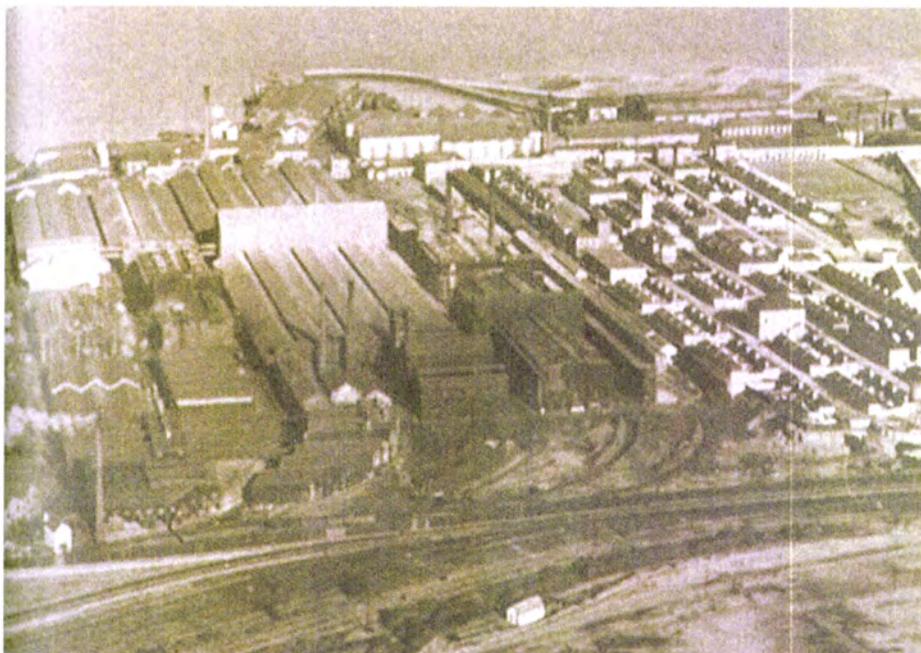


Foto 9 – Vista aérea do Complexo Industrial da C.U.F., nos anos 50 onde se pode ver à direita o Bairro Operário e o Parque Desportivo contíguo às fábricas. Fotografia publicada in “Fotobiografias do Século XX – Alfredo da Silva”. 2003. p. 131.



Foto 10 – Portal de entrada de uma antiga *Villa* operária no Barreiro. Foto do autor, Junho de 2008.

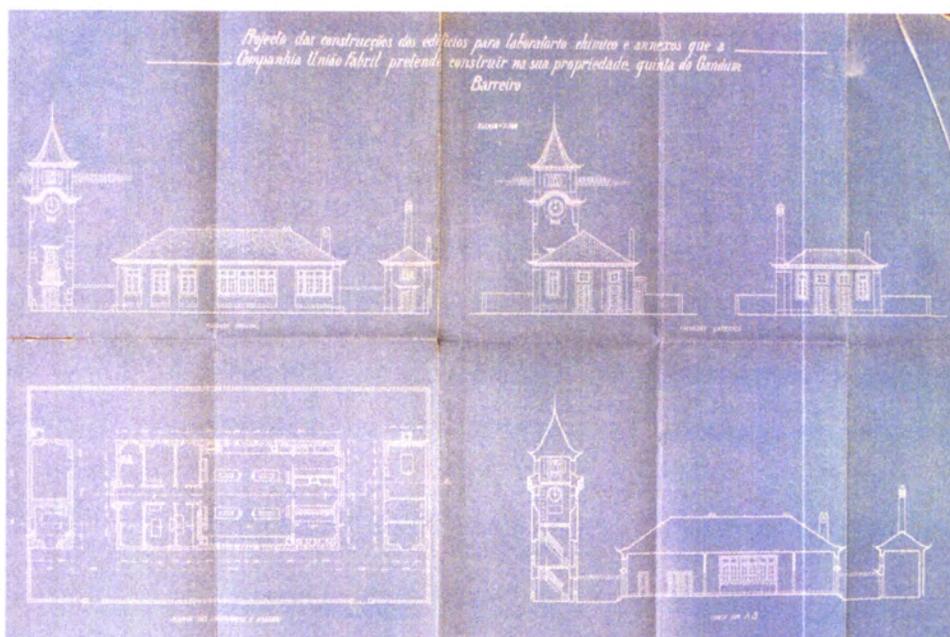


Foto 11 – Planta do Bairro Operário. Edifício do Laboratório e anexos.
Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.

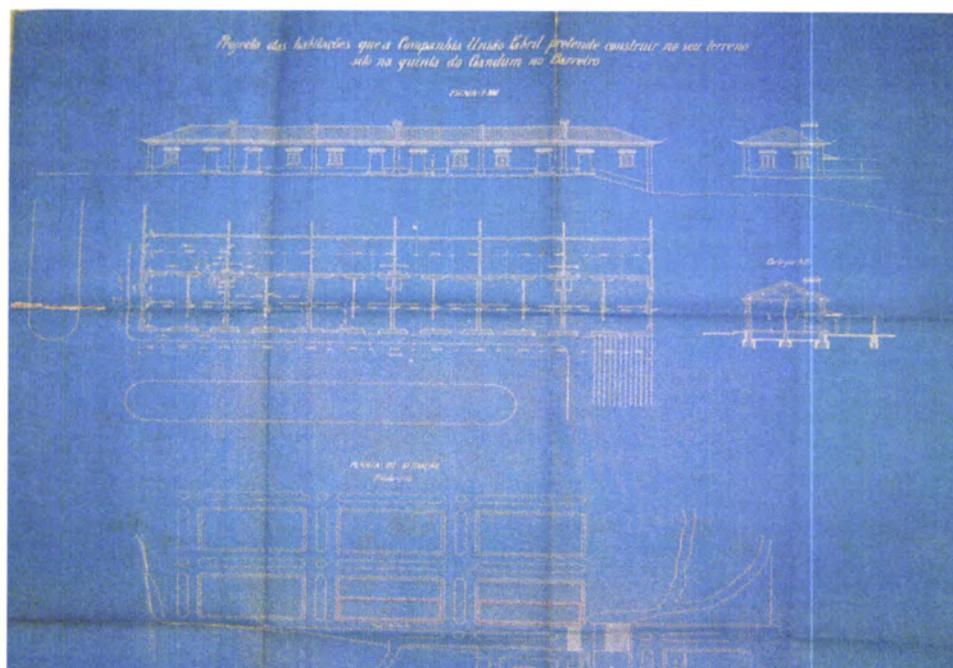


Foto 12 - Planta do Bairro Operário. Projecto das habitações a construir.
Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.

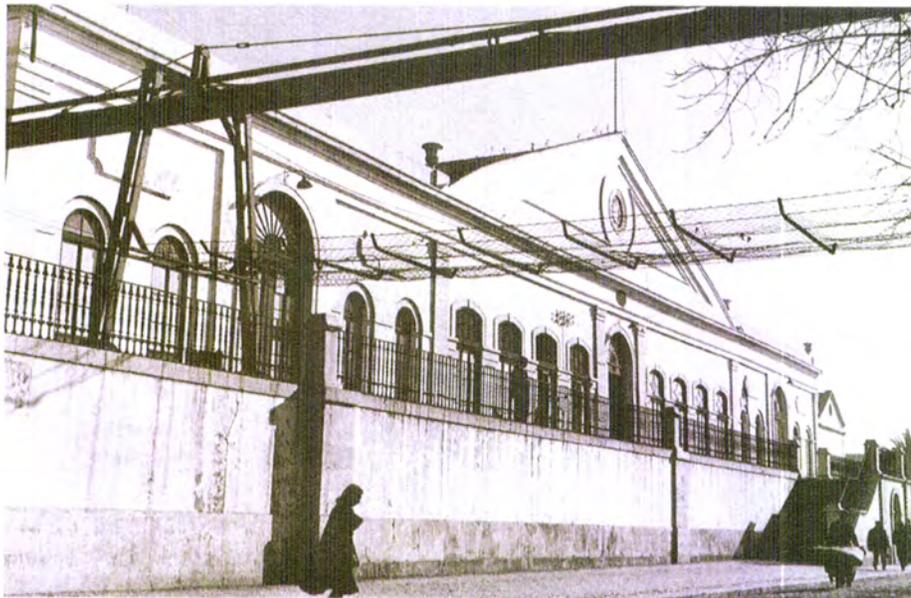


Foto 13 – Oficinas Gerais da EMEF. O alçado em alvenaria é tudo o que resta do primitivo edifício, inaugurado em 1861 como estação terminal da linha Barreiro Vendas Novas. Fotografia publicada *in* Augusto Cabrita. “Na Outra Margem – o Barreiro anos 40-60”. C.U.F. - Companhia União Fabril, SGPS, S.A. Lisboa. 1999. p. 100.



Foto 14 – Edifício dos Passos do Concelho na Quinta de S. Francisco em 1907. Fotografia de Alberto Malva. Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.



Foto 15 – Casas de Operários com celhas e tanques na rua para lavagem da roupa. Fotografia publicada in Augusto Cabrita - *Ob. Cit.* p. 140.

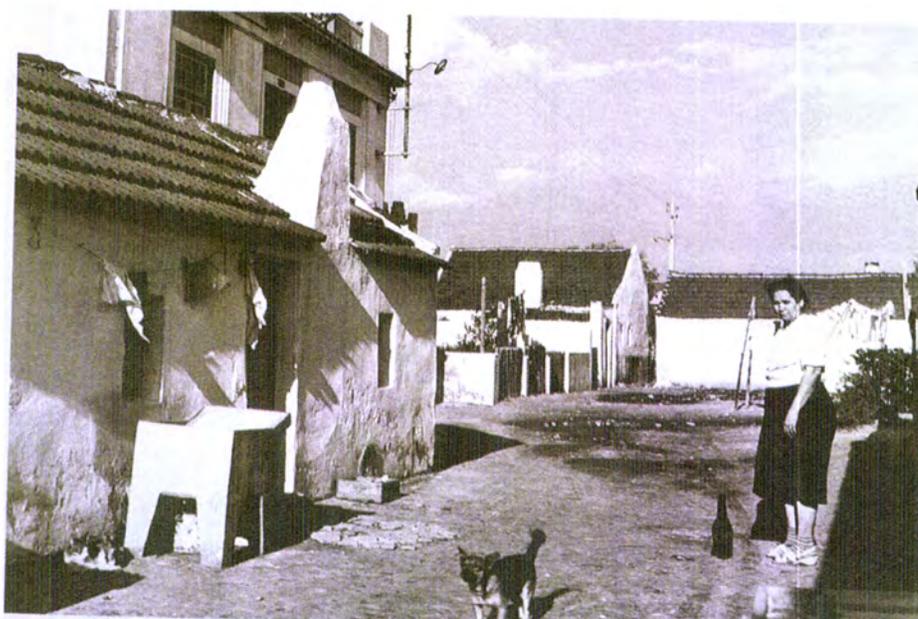


Foto 16 – Habitação Operária, o labirinto da ocupação do solo urbano. Fotografia publicada in Augusto Cabrita - *Ob. Cit.* p. 143.

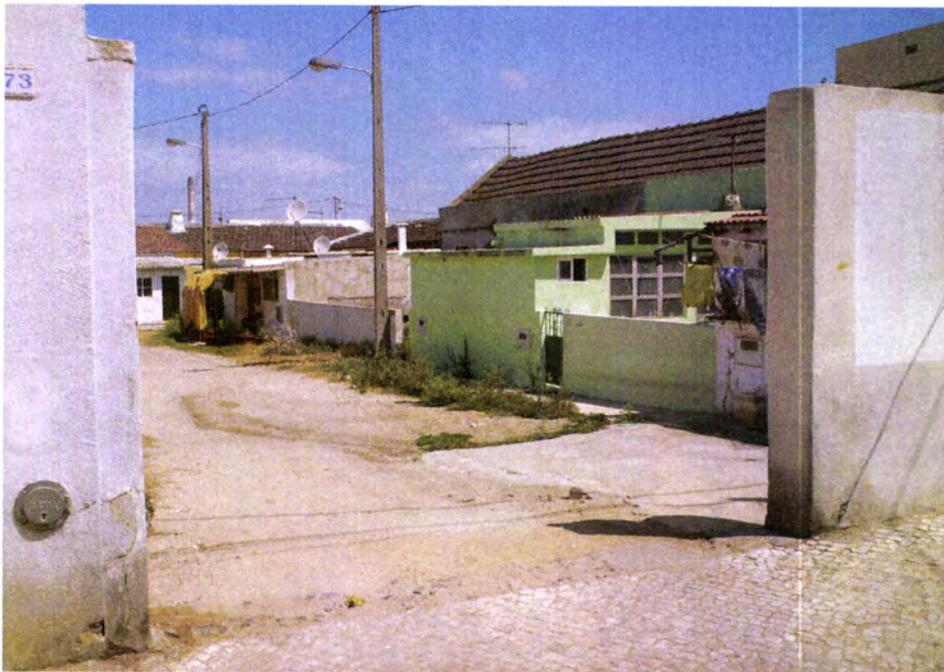
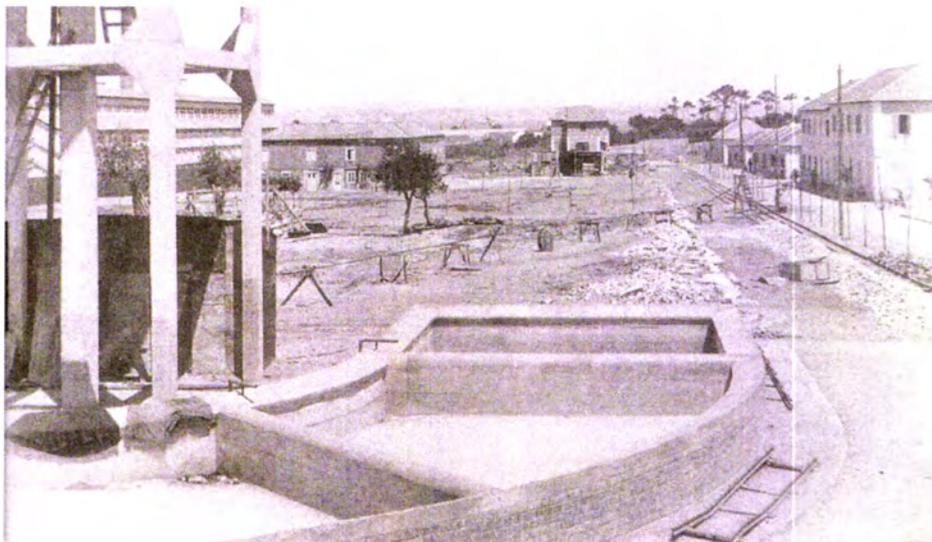


Foto 17 – Aspecto actual de um “*Pátio Particular*”. Fotografia do Autor, Junho de 2008.



Foto 18 – Aspecto geral das primeiras casas do Bairro Operário, começado a construir nos finais da primeira década do século passado, em volta das ruas do Ácido Sulfúrico e dos Superfosfatos. Fotografia publicada in “*Fotobiografias do Século XX – Alfredo da Silva*”. 2003. p. 131.



Fotos 19 – Aspecto geral dos Lavadouros Públicos do Bairro Operário. Fotografia publicada *in* “Fotobiografias do Século XX – Alfredo da Silva”. 2003. p. 131



Foto 20 – Vista de uma das ruas do primitivo Bairro Operário da C.U.F. Fotografia publicada *in* “Fotobiografias do Século XX – Alfredo da Silva”. 2003. p. 122.



Foto 21 – Bairro Operário, anos 60.
Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.



Foto 22 - Bairro Operário, anos 60.
Arquivo Municipal - C. M. Barreiro.



Foto 23 – Bairro Operário, Laboratório central visto do lado nascente e Torre do relógio, onde funcionou a primeira central telefónica nos anos 20. Foto de 1966. Fotografia publicada *in* “A Fábrica – 100 anos da C.U.F. no Barreiro”. 2008. p. 202.



Foto 24 – Bairro Novo da C.U.F. Fotografia publicada *in* “50 anos da C.U.F. no Barreiro”. C. U. F., 1958. p. 184.



Foto 25 – Bairro Novo da C.U.F. na actualidade. Fotografia Publicada *in* Rosalina Carmona – “... do Barreiro ao Alto do Seixalinho. Um passado Rural e Operário”. Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho. 2005. p. 124.



Foto 26 – Correntezas Operárias. 1955.
Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.



Foto 27 – Aspecto actual de Correntezas Operárias. Largo Alexandre Herculano.
Fotografia do Autor, Junho de 2008.

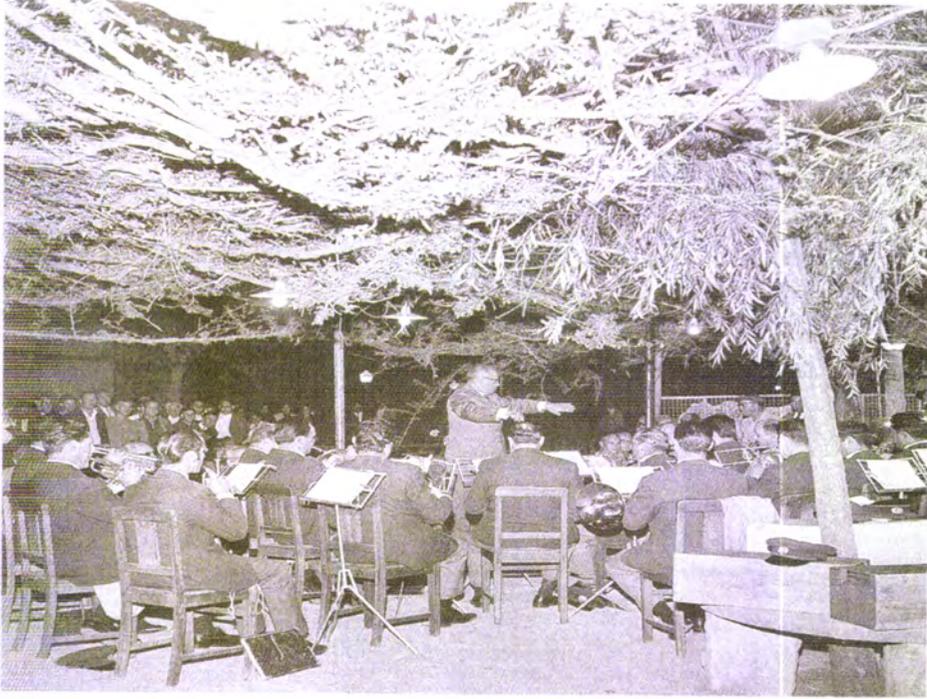


Foto 28 – Actuação da banda da Companhia União Fabril. Fotografia publicada in Augusto Cabrita - *Ob. Cit.* p. 178.

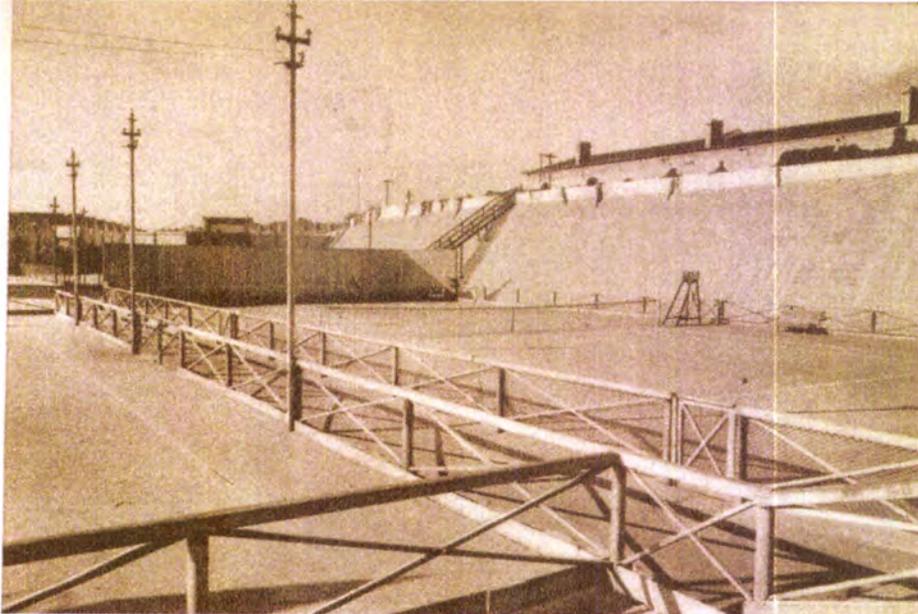


Foto 29 - Campo de Santa Barbara nos anos 40. Pormenor dos Campos de Ténis. Fotografia publicada in Álbum Comemorativo da Companhia União Fabril. 1945. p. 100.

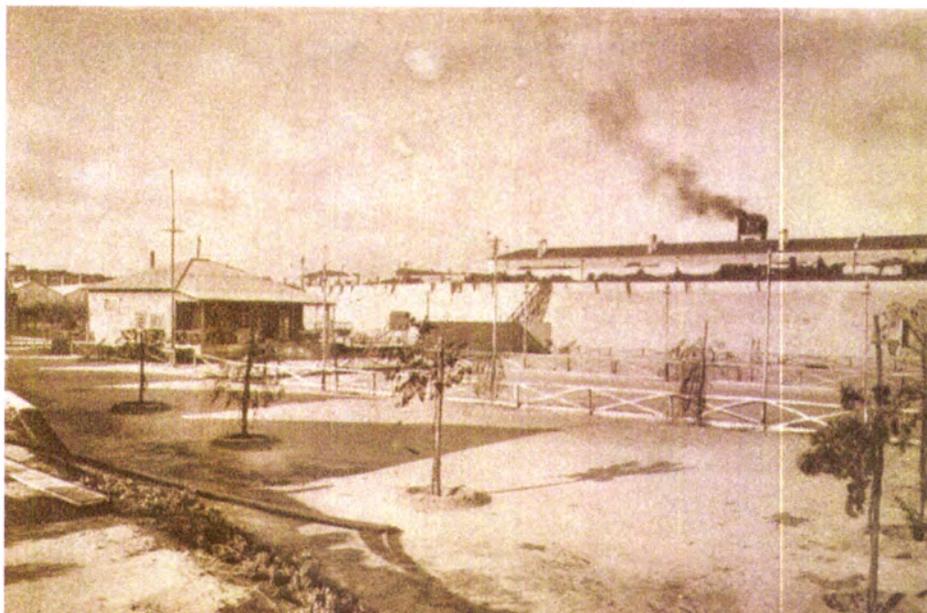


Foto 30 – Campo de Santa Bárbara nos anos 40. Pormenor dos Campos de Ténis.
Fotografia publicada in C.U.F. – *Ob. Cit.* 1945. p. 100.



Foto 31 – Edifício Sede do Grupo desportivo da CUF. Anos 50.
Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.

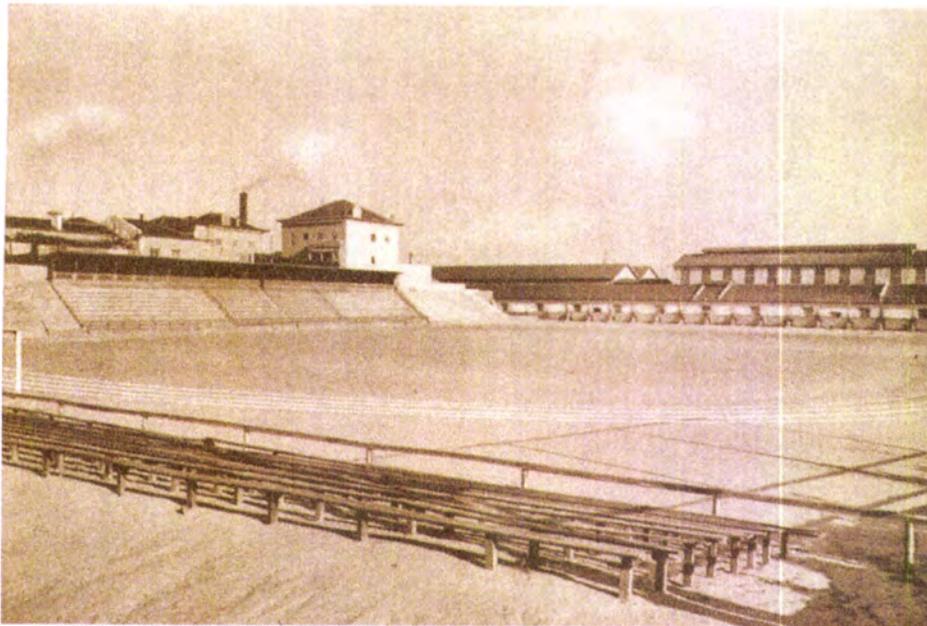


Foto 32 – Campo de Jogos de Santa Bárbara. Fotografia publicada *in* C.U.F.
– *Ob. Cit.* 1945. p. 100.

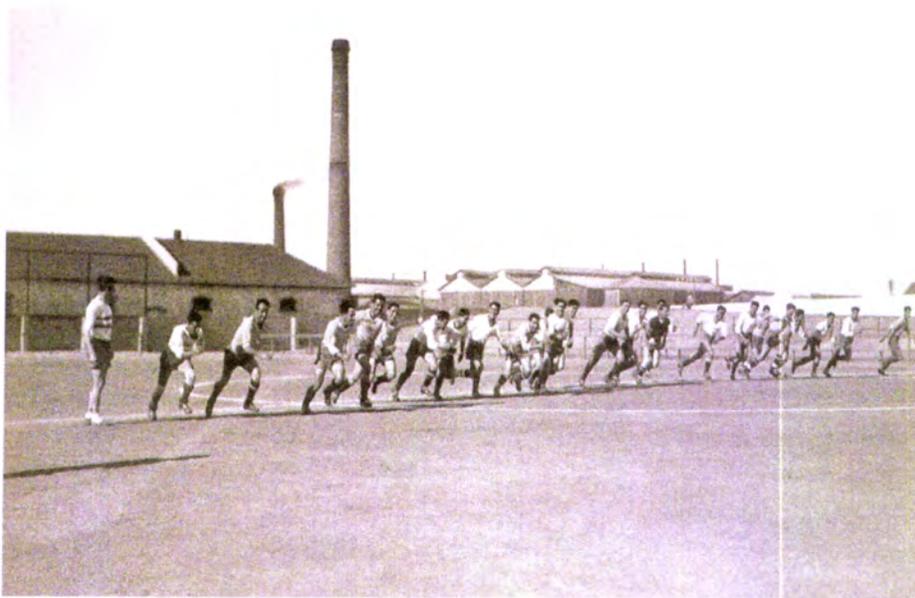


Foto 33 – Equipa de Futebol do G. D. da CUF, treinando no velhinho campo de Santa Bárbara, no interior das fábricas. Fotografia publicada *in* “Fotobiografias do Século XX – Alfredo da Silva”. 2003. p. 133.



Foto 34 – Campo de Futebol de Santa Bárbara em dia de jogo. Fotografia Publicada in C.U.F. - *Ob. Cit.* 1958. p. 188.



Foto 35 – Campo de Futebol de Santa Barbara, Ao fundo a fábrica. Fotografia Publicada in Augusto Cabrita – *Ob. Cit.* p. 171.

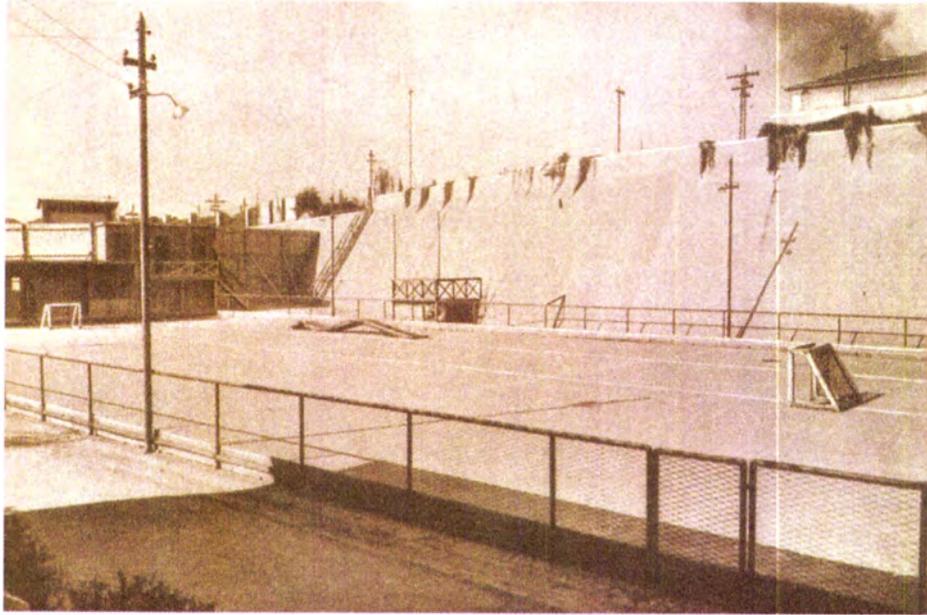


Foto 36 – Pormenor do Campo de Hóquei no recinto de Santa Bárbara. Fotografia publicada in C.U.F. – *Ob. Cit.* 1945. p. 101.

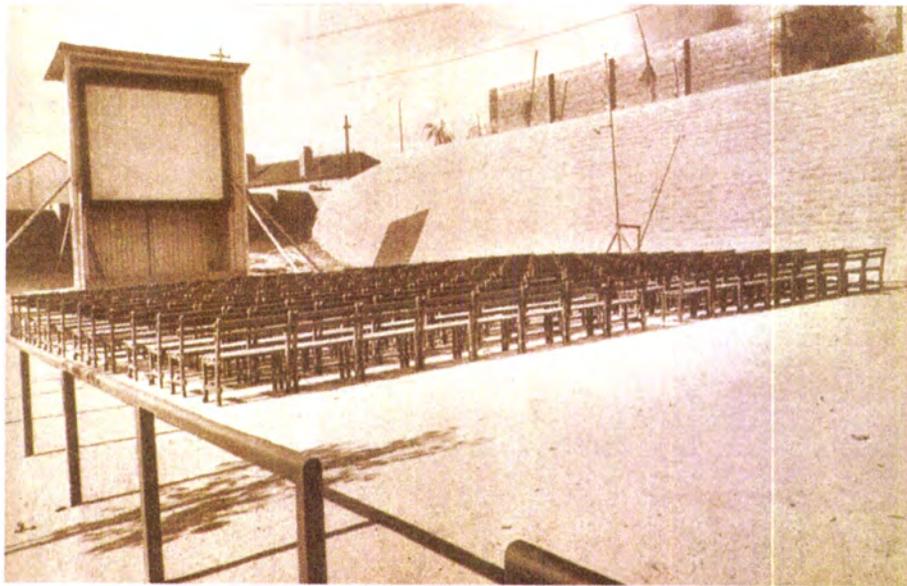


Foto 37 – Sessões de cinema ao ar livre no recinto de Santa Bárbara. Fotografia publicada in C.U.F. – *Ob. Cit.* 1945. p. 101.



Foto 38 – Marcha Popular do Bairro Operário da C.U.F. do Barreiro (1939-1941) com os seus arcos engalanados a vermelho e branco e balões suspensos, formada por 60 figurantes de ambos os sexos, vestidos com os seus fatos de trabalho da C.U.F. (chita rubra-branca e por fato de zuzarte). Arquivo Municipal – Câmara Municipal do Barreiro.

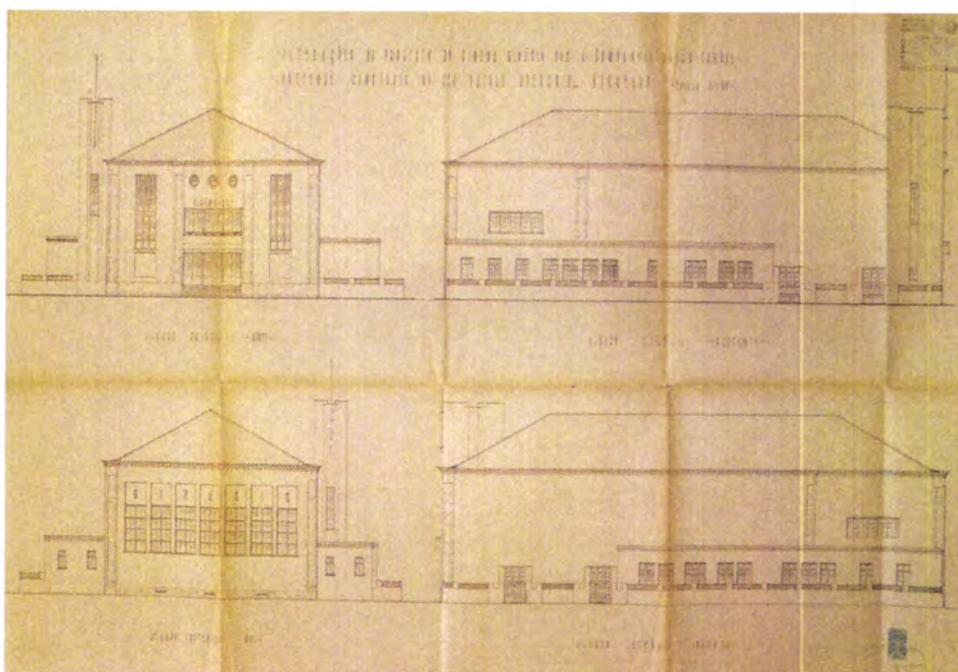


Foto 39 – Planta das fachadas exteriores do Cinema – Ginásio. Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.

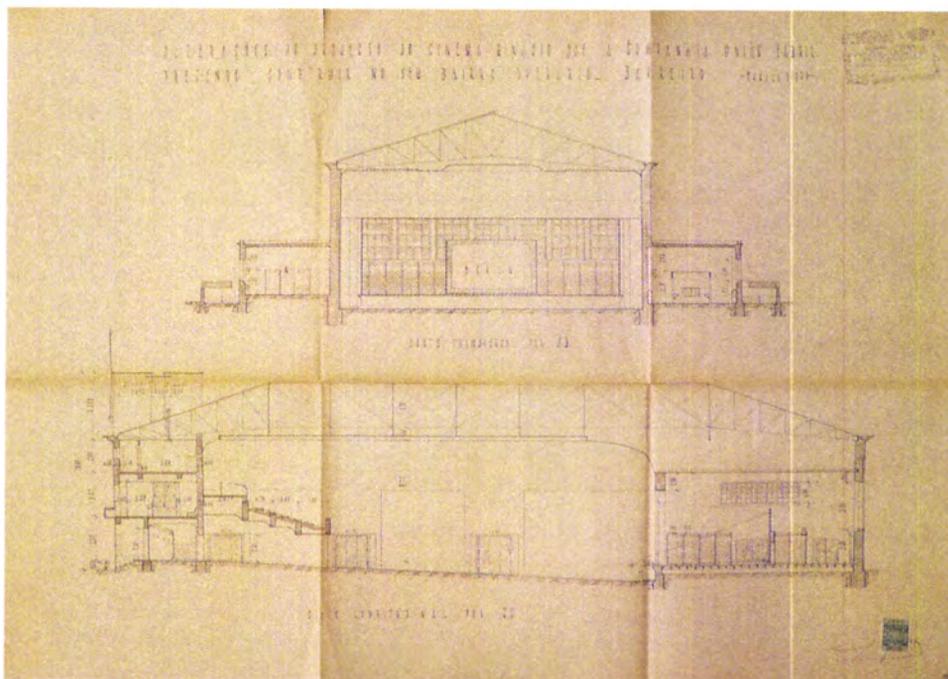


Foto 40 - Planta interior do Cinema – Ginásio, onde se destaca a sala de cinema, casa de projecção, balcão e respectivo ginásio ao nível do ecran. Arquivo Municipal – C. M. Barreiro.

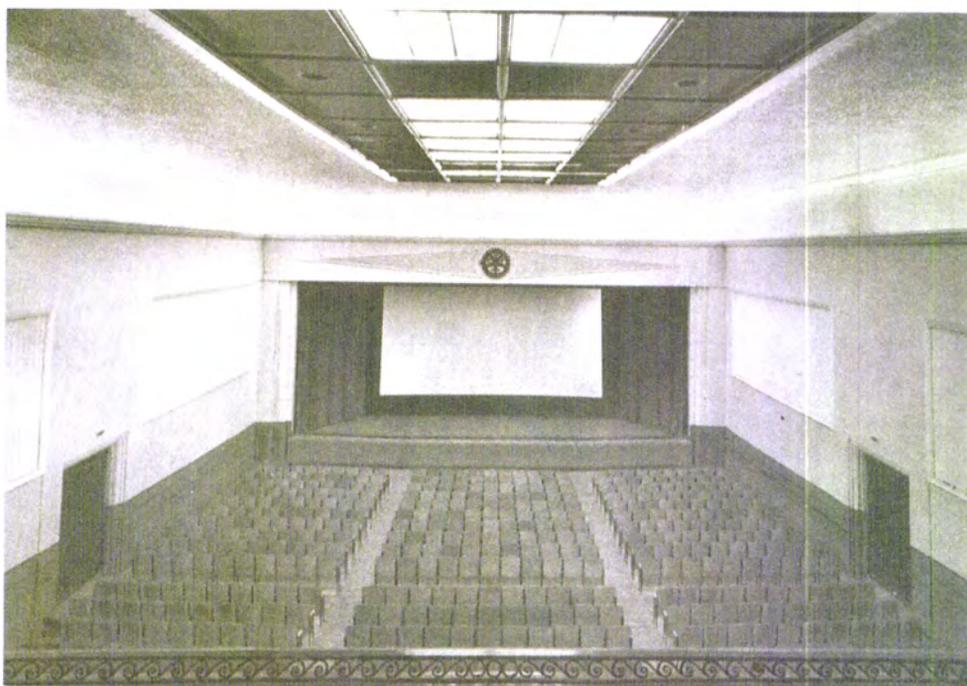


Foto 41 – Sala de Cinema do Grupo Desportivo da C.U.F. nos anos 50. Fotografia publicada in C.U.F. – *Ob. Cit.* 1958. p. 185.

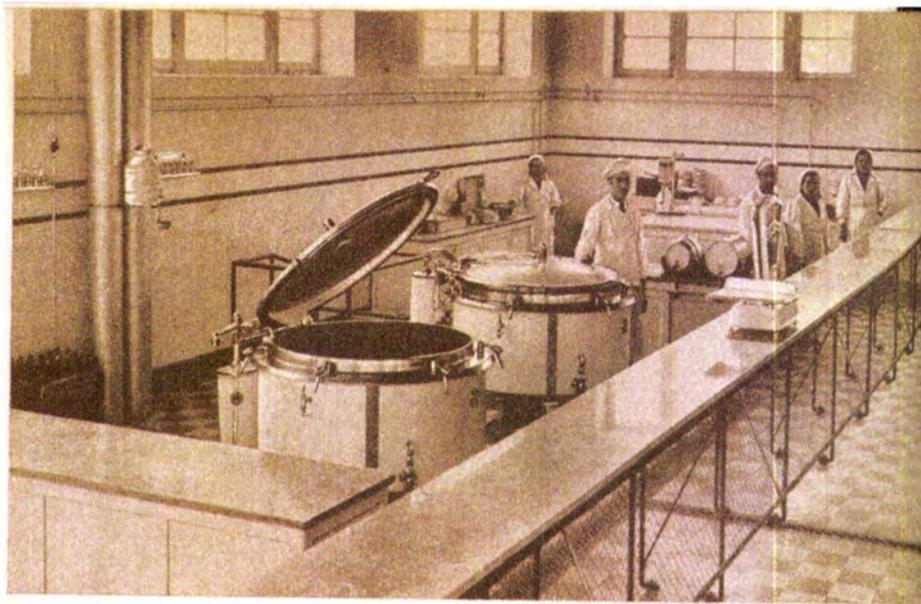


Foto 42 – Pormenor da cozinha do Refeitório n.º 1. Fotografia publicada *in* C.U.F. – *Ob. Cit.* 1945. p. 98.



Foto 43 – Refeitório n.º 1 da C.U.F. nos anos 50. Fotografia publicada *in* C.U.F. – *Ob. Cit.* 1958. p. 184.



Foto 44 - Despensa da C.U.F. nos anos 50. Fotografia publicada *in* C.U.F. – *Ob. Cit.* 1958, p. 186.



Foto 45 – Pormenor do balcão de atendimento da Despensa. Fotografia publicada *in* C.U.F. – *Ob. Cit.* 1945, p. 98.

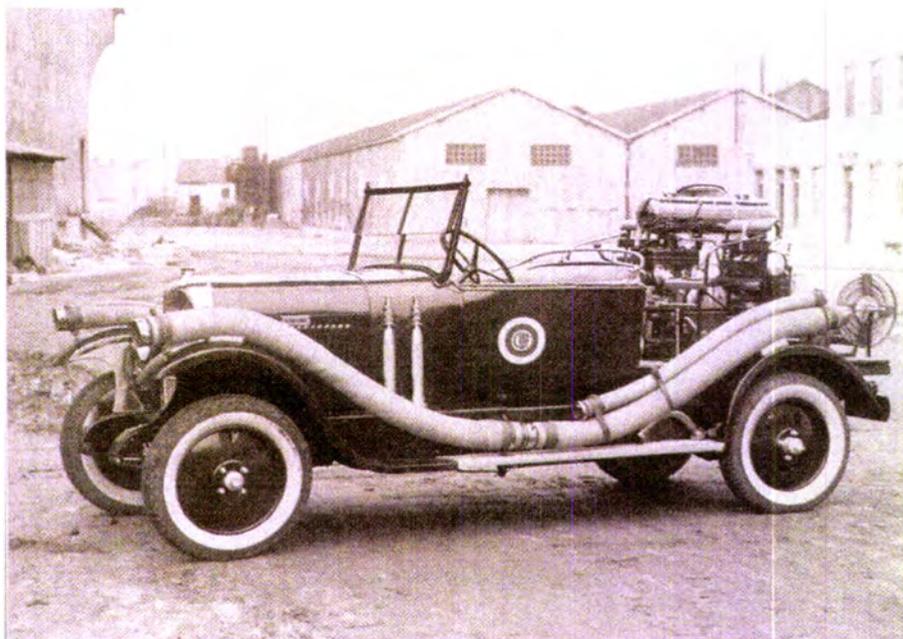


Foto 46 – Carro de mangueiras dos Bombeiros da C.U.F. (1940). Fotografia publicada in “Fotobiografias do Século XX – Alfredo da Silva”. 2003. p. 132.

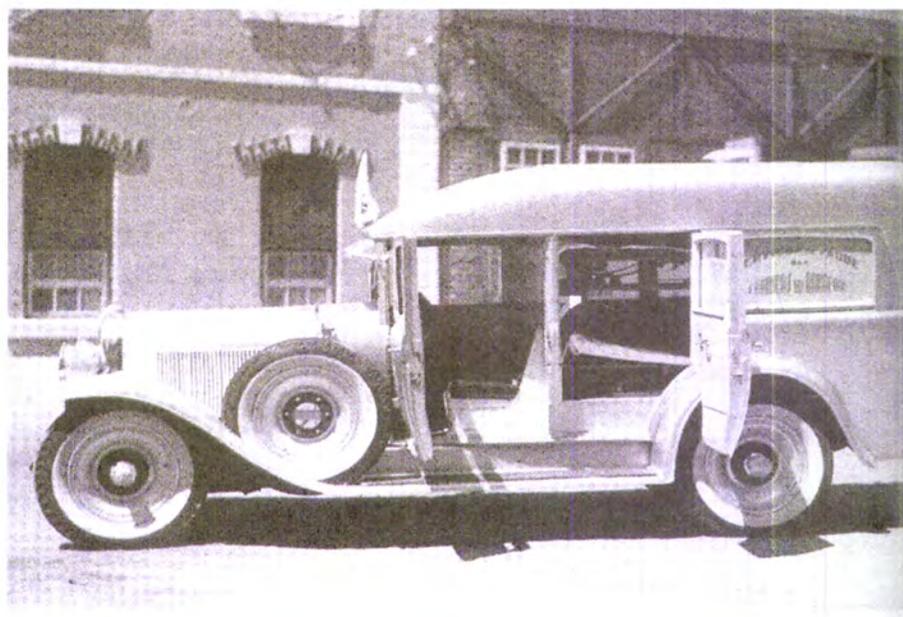


Foto 47 – Ambulância dos Bombeiros da C.U.F. (1940). Fotografia publicada in “Fotobiografias do Século XX – Alfredo da Silva”. 2003. p. 132.

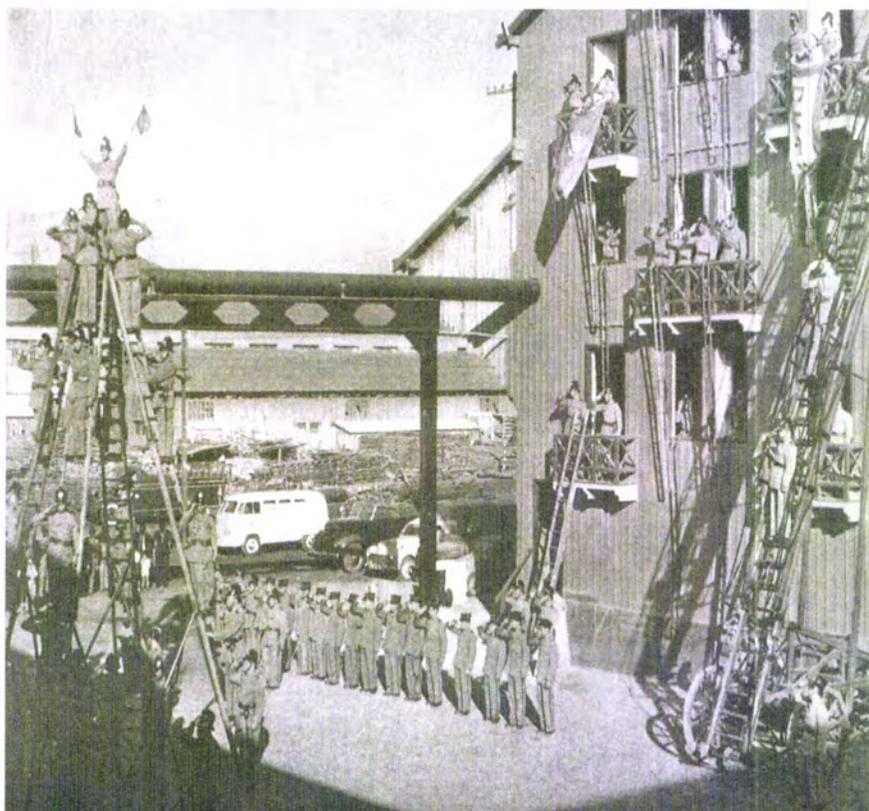


Foto 48 – Bombeiros da C.U.F. em parada junto da torre de treinos, no interior das instalações fabris. Fotografia publicada *in* C.U.F. – *Ob. Cit.* 1958. p. 187.



Foto 49 - Edifício da escola primária da C.U.F., anos 50. Fotografia publicada *in* C.U.F. – *Ob. Cit.* 1958. p. 186.



Foto 50 – Sala de aula da Escola Primária da C.U.F.. Fotografia publicada *in* C.U.F. – *Ob. Cit.* 1945. p. 96.

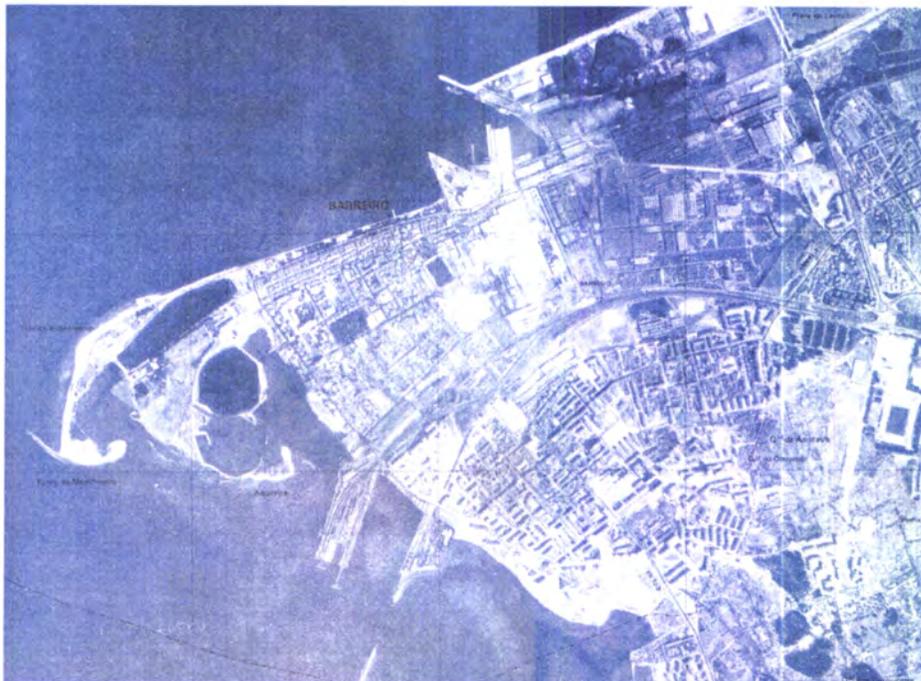


Foto 51 – Pormenor de uma sala de estudo da Escola Primária da C.U.F.. Fotografia publicada *in* C.U.F. – *Ob. Cit.* 1945. p. 96.

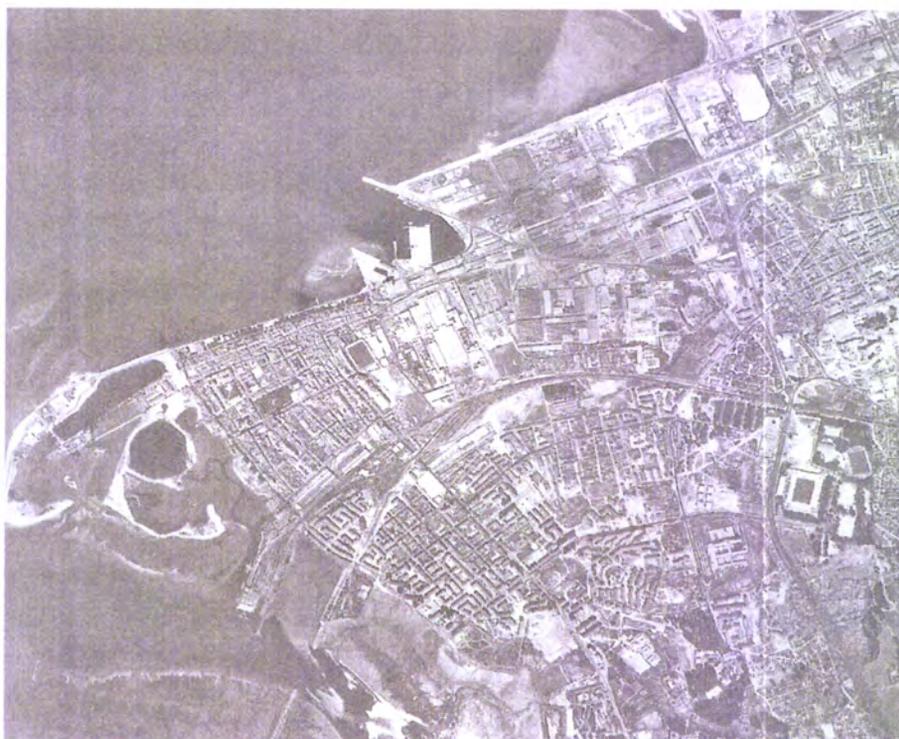
Anexo II



Voo da *Royal Air Force* sobre o Barreiro em 1947. Arquivo Municipal do Barreiro.



Fotografia aérea sobre o Barreiro no ano de 1977. Arquivo Municipal do Barreiro.



Fotografia da Força Aérea Portuguesa sobre o Barreiro em 1986. Arquivo Municipal do Barreiro.



Fotografia aérea sobre o Barreiro em 2006. Arquivo Municipal do Barreiro.

Анехо III

Cronologia sobre Património Industrial.

1886

- Francisco Sousa Viterbo publica *Arqueologia industrial – os Moinhos*.

1947

- Constituição do Museu histórico da Vista Alegre em Ílhavo.

1954

- Silva Carvalho retoma o conceito de *Arqueologia Industrial* no seu artigo sobre *A Ferraria da Foz do Alge*. Publicado in Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro. Volume VIII. (3-4). S/D. pp. 330-350.
- Decreto-Lei nº 3940/54 de 4-10 determina a organização de um museu para colecções representativas da indústria vidreira nacional, quer nos aspectos técnicos quer nos artísticos, anexo às instalações da Fábrica – Escola Irmãos Stephens.

1967

- Classificação do edifício residencial e jardins de Guilherme e João Diogo Stephens, integrados no conjunto que constitui a Fábrica – Escola dos Irmãos Stephens. Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 47508/67 de 24 de Janeiro.

1971

- Classificação da Estação Ferroviária do Rossio em Lisboa. Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 516/71 de 22 de Novembro.
- Nomeação da Comissão de Planeamento do Museu Nacional da Ciência e da Técnica.

1975

- Constituição da Comissão de instalação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar.

1976

- Criação do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, na dependência do Ministério da Educação e Investigação Científica e da Comunicação Social. Decreto-Lei de 12 de Maio.

1977

- A C.P. ao desactivar o material circulante mais antigo, decide garantir a preservação e restauro de uma locomotiva de cada série.
- Despacho do Secretário de Estado de Investigação, no sentido de determinar o propósito de classificação pela Direcção-Geral do Património Cultural, como Imóvel de Interesse Público, de uma delimitada zona urbana da cidade de Guimarães (Rio de Couros), devido ao importante e representativo conjunto de antigas fábricas de curtumes aí instalado.
- Decreto-Lei n.º 429/77 de 15 de Outubro que reconhece a necessidade de salvaguardar alguns arquivos históricos de antigas empresas privadas.

1978

- Introdução da cadeira de *Revolução Industrial – Problemas da indústria em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, na Faculdade de Letras de Lisboa.
- Classificação da Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 95/78 de 12 de Setembro.
- Realização da exposição – “*Primeira Exposição da Arqueologia Industrial; de 13 a 27 de Outubro*”. Com o objectivo de incentivar a criação do Museu da Fábrica de Fiação de Tomar.
- Abertura ao público da 1ª secção do Museu Ferroviário situado em Santarém.

1979

- Exposição temporária “*Aspectos da Revolução e da Civilização Industrial*”, organizada no âmbito do curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa, na disciplina *Revolução Industrial – problemas da indústria em Portugal, nos séculos XVIII e XIX*.

1980

- Constituição da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL) oficializada a 28 de Abril.
- Exposição *Património 80* realizada em Lisboa no âmbito da Campanha Nacional para a Defesa do Património, integrando a perspectiva do Património Industrial.

1981

- Exposição temporária *O trabalho na história do concelho do Seixal*, organizado pela Câmara Municipal do Seixal com o propósito de vir a constituir um Museu Municipal.
- Exposição temporária *Pontes Metálicas e a Arquitectura do Ferro – a propósito de um centenário*, iniciativa integrada nas comemorações do centenário da ponte D. Luís em Santarém, organizada pela AAIRL e pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.
- O plano museológico apresentado pelo IPPC e aprovado pelo Secretário de Estado da Cultura, a 3 de Dezembro, prevê a urgente organização do Museu Nacional do Vidro, projectado em 1954, a instalar no antigo Palácio dos Irmãos Stephens, na Marinha Grande e albergar colecções de vidros das fábricas daquela cidade, cuja recolha se considerava urgente. Aguardava-se autorização do Ministério da Indústria para utilização do imóvel.

1982

- Exposição itinerante *Remains of a Revolution* realizada no Panteão Nacional cujo catálogo traduzido para português pela AAIRL foi denominado por Arqueologia Industrial na Grã-Bretanha.
- Classificação do conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã (Século XVIII). Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 28/82 de 26 de Fevereiro.
- Classificação do Mercado Ferreira Borges e das Pontes D. Luís e D. Maria Pia no Porto. Importantes obras da denominada Arquitectura do Ferro, construídas no século XIX. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 28/82 de 26 de Fevereiro.
- Classificação da Nora de Ferro na Cova da Piedade, Almada. Obra da denominada Arquitectura do Ferro. Imóvel de Valor Concelhio. Decreto nº 28/82 de 26 de Fevereiro.

1983

- Intervenção arqueológica da AAIRL em colaboração com a Câmara Municipal do Seixal e com o Museu Municipal do Seixal, na Fábrica de Garrafas de Vidro da Amora.
- Realização do primeiro curso sobre Património Industrial na cidade do Porto, organizado conjuntamente pela comissão que se encontrava a organizar uma exposição de Arqueologia Industrial em Lisboa e pela Associação Industrial Portuense.

- Inauguração do Museu do Ferro de Moncorvo, no Carvalhal, tutelado pela empresa Ferrominas, E.P.
- Classificação do edifício e estabelecimento da Panificação Mecânica em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 31/83 de 9 de Maio.
- Exposição *Dos vidros de Coina à Fábrica de vidros da Amora: cinco séculos da indústria do vidro em Portugal*, organizada pela Câmara Municipal do Seixal com a Colaboração da AAIRL.

1984

- I Curso de Introdução à Arqueologia Industrial organizado pela AAIRL em Lisboa de Outubro de 1984 a Março de 1985.
- Classificação da Garagem Auto-Palace, obra da denominada Arquitectura do Ferro em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 29/84 de 25 de Junho.
- Classificação das instalações da Fábrica Nova da Romeira, em Alenquer. Imóvel de Interesse Público.
- Seminário de Arqueologia Industrial realizado no Porto nas instalações da Associação Industrial Portuense.
- Decreto-Lei nº 29/84 de 25 de Junho classifica 12 Moinhos de Maré existentes no concelho do Seixal entre os quais o Moinho de Maré de Corroios como Imóveis de Interesse Público.
- Classificação do Edifício da Escola Industrial Marquês de Pombal construída em 1886 em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 29/84 de 25 de Junho.
- Classificação do Bairro Grandela em Lisboa destinado a alojar os Operários da Sociedade Algodreira do Fomento Colonial e os empregados dos Armazéns Grandela. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 29/84 de 25 de Junho.
- Classificação do edifício da antiga fábrica de Tecidos de Seda remanescente de um conjunto fabril pombalino implantado na zona das Amoreiras em Lisboa. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 29/84 de 25 de Junho.

1985

- A Lei n.º 13/85 de 6 de Junho refere, pela primeira vez, que o conceito de monumento abrange bens com reconhecido interesse "*científico, técnico e social*".

- Exposição *Primórdios da Mecanização da Agricultura* organizada pela Comissão Instaladora do Museu Distrital de Santarém e realizada no Matadouro Municipal, entre 6 de Junho e 14 de Julho.
- Exposição *Arqueologia Industrial - Um Mundo a Descobrir, Um Mundo a Defender* realizada na Central Tejo em Lisboa entre Maio e Dezembro procurando promover a constituição de um Museu de Indústria e de Transportes.
- Exposição Indústria dos Lanifícios, na Covilhã.
- Exposição *História dos transportes terrestres e metropolitanos do mundo*, integrado nas comemorações do Metropolitano de Lisboa.
- Seminário sobre Arqueologia Industrial em Espinho organizado pela Cooperativa Nascente e com a colaboração da AAIRL, em 22, 23 e 24 de Novembro.
- Exposição *Memória Industrial de Portimão: as Fábricas de Conservas*, organizada pela Comissão Instaladora do Museu Municipal da Câmara Municipal de Portimão.

1986

- I encontro Nacional sobre o Património Industrial com sessões tripartidas em Coimbra, Guimarães e Lisboa.
- Classificação da Central Tejo edifício construído em 1919 em Lisboa. Imóvel de Interesse público. Decreto nº 1/86 de 03 de Fevereiro.
- Início do Inventário de Património Industrial na região da Bacia do Rio Ave, com o apoio do IPPC / Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte.
- O Moinho de Maré de Corroios é formalmente aberto após intervenção que possibilitou o acesso ao público em pleno funcionamento.
- Classificação da Ponte Metálica de Fão em Braga, importante obra da denominada Arquitectura do Ferro sobre o rio Cavado construída em 1888. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 1/86 de 03 de Fevereiro.
- Colóquio *O Porto manufactureiro e fabril*, organizado pelo Grupo de Trabalho de Arqueologia Industrial do Porto em colaboração com a secção Norte da Ordem dos Engenheiros, realizado a 7 e 8 de Fevereiro.
- Exposição documental comemorativa do I Centenário da Ponte D. Luís I organizado pelo GTAI em colaboração com o Arquivo Histórico Municipal do Porto.

- A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra organiza uma exposição temporária intitulada *Arqueologia Industrial da Zona Centro: exposição bibliográfica*.

1987

- Inaugurado a 1 de Outubro o Museu da EPAL abrangendo actualmente quatro núcleos: o Aqueduto das Águas Livres, os Reservatórios da Mãe de Água das Amoreiras e da Patriarcal e a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.

- Início da publicação periódica *Arqueologia Industrial* editada pela Unidade de Arqueologia Industrial da Universidade do Minho.

- Fundação do Museu do Trabalho Michel Giacometti em Setúbal. De tutela municipal o museu encontra-se instalado numa antiga fábrica de conservas de peixe.

- Constituição da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) que resultou de uma reestruturação da AAIRL.

1988

- A Câmara Municipal do Barreiro apresentou a exposição *A Indústria do Vidro na Perspectiva da Arqueologia Industrial*.

- Inauguração do Museu João Victor Ferreira da Fonseca tutelado pela SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda. Instalado em Santa Marta de Corroios, Seixal.

1989

- Intervenções Arqueológicas da APAI na Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã.

- Intervenções arqueológicas da APAI no alto-forno de Pedreanes na Marinha Grande.

- Exposição *As Fábricas de José Mendes Veiga e Sucessores*, no âmbito da abertura ao público do primeiro núcleo do Museu dos Lanifícios da Covilhã.

- Inauguração do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova dedicado à história da exploração das minas de carvão aí existentes desde 1795 pela Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova.

- Apresentação à Câmara Municipal do Porto de uma primeira proposta para a realização do Inventário do Património Industrial do Porto (realizado entre 1990 e 1992).
- Conferência Internacional realizada em Setembro sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro em Lisboa e na Marinha Grande organizada pela APAI que envolveu a realização de três exposições: *O Vidro em Portugal*, no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa, *A Real Fábrica de Vidros de Coima* na Biblioteca Municipal do Barreiro e *A Indústria do Vidro na Perspectiva da Arqueologia Industrial* no Palácio Stephens na Marinha Grande.
- O núcleo da Estação Elevatória de Água dos Barbadinhos do Museu da Água Manuel da Maia (EPAL) recebe o Prémio Conselho da Europa.
- Leccionada uma cadeira de Arqueologia Industrial no Curso de Pós-graduação em Museologia na Universidade Autónoma de Lisboa.
- Criada a cadeira de Arqueologia industrial no curso de História da Universidade de Coimbra.
- Seminário Arqueologia Industrial, História e Tecnologia dos Lanifícios realizado na Covilhã.
- A Câmara Municipal de Matosinhos realizou *A Indústria Conserveira em Matosinhos. Exposição de Arqueologia Industrial*.

1990

- Intervenções arqueológicas da APAI na Real Fábrica de Vidros de Coima no concelho do Barreiro.
- Intervenções arqueológicas da APAI na Fábrica de Vidros Lusitana – Angolana na Marinha Grande.
- Intervenções arqueológicas da APAI na Fábrica de Papel do Engenho Novo – Paços Brandão concelho de Santa Maria da Feira.
- Início da publicação periódica *Cadernos de Arqueologia, Arqueologia Industrial e Património Arquitectónico* editado pela Universidade da Beira Interior.
- Atribuição do Prémio Micheletti – Melhor Museu Europeu do Ano / Património Industrial, promovido pelo Conselho da Europa, ao Museu da Água de Manuel da Maia, em Lisboa.

- Realização de Inventário de Património Industrial das Fábricas de Vidro no concelho da Marinha Grande com a colaboração da APAI.

- Realização de Inventário de Património Industrial, com a colaboração da APAI, nas freguesias de Alcântara, Belém, Chelas e Campo Grande no concelho de Lisboa.

1991

- Instalação do Museu do Cimento Maceira-Liz no concelho de Leiria.

1992

- Realização de Inventário de Património Industrial, com a colaboração da APAI, nos concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia.

- Seminário *Arqueologia Industrial, Museologia e Industria do Papel* em Paços Brandão e Santa Maria da Feira.

- Constituição da Associação Portuguesa de Empresas com Museu – APOREM, pelos representantes dos conselhos de administração das empresas: EPAL, EDP, Metropolitano de Lisboa, Cafés Delta, Santos Barosa, CTT, Cimpor e Nacional.

- Fundação do Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior sediado no edifício da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos na Covilhã.

- Classificação da Fábrica de Papel do Boque em Serpins, freguesia de Lousã em Coimbra. Imóvel de Valor Concelhio. Decreto nº 26-A/92 de 02 de Junho.

- Classificação do conjunto formado pelo edifício de Serra de Pereiras e respectiva Máquina, o açude em que está integrado e o canal que a serve no Porto. Imóvel de Interesse Público. Decreto nº 26-A/92 de 02 de Junho.

- Fundação do Museu do Carro Eléctrico do Porto. Este Museu Empresa é tutelado pela Sociedade dos Transportes Colectivos do Porto.

- A exposição *Património Industrial do Vale do Ave* apresenta publicamente o Museu da Industria Têxtil da Bacia do Ave.

1993

- Realização de Inventário de Património Industrial com a colaboração da APAI no concelho da Amadora.

- A Câmara Municipal do Porto apresentou a exposição *Memória da Indústria*. Exposição fotográfica sobre a indústria na cidade do Porto no século XIX.
- Constituição pela então Associação Industrial Portuense e pela Câmara Municipal do Porto, da Associação para o Museu da Ciência e Indústria (AMCI) no Porto.
- Realização da exposição *O têxtil de Matosinhos no Vale do Ave*, organizado pelo Museu da Indústria Têxtil com o apoio da Câmara Municipal de Famalicão.
- A Câmara Municipal da Amadora publica os resultados do Inventário do Património Industrial do Parque da Venda Nova que realizou em colaboração com a APAI.
- Divulgação do projecto de musealização da Fábrica Corticeira Socorquex propriedade da Câmara Municipal da Moita.

1994

- II Jornadas Ibéricas do Património Industrial realizadas em Lisboa e no Seixal.
- Fundação do Museu da Indústria Baleeira (20 de Maio) instalado na antiga *Fábrica de Armações Baleeiras Reunidas*.
- A Associação Industrial Portuense e a APAI realizam a exposição temporária *O empresariado português – uma abordagem às suas realizações: exposição biográfica e arqueológica*. Europarque - Santa Maria da Feira.

1995

- Realização de Inventário de Património Industrial com a colaboração da APAI no concelho de Vila Franca de Xira.
- I Encontro Internacional sobre Museologia Industrial realizado na cidade do Porto.
- O Museu do Trabalho Michael Giacometti instala-se após obras de reabilitação no edifício da antiga fábrica de conservas de peixe Pirenes, em Setúbal.

1996

- Realização de Inventário de Património Industrial com a colaboração da APAI na freguesia de Alcântara em Lisboa.
- A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira apresentou *O Homem, o trabalho e a fábrica – indústria no concelho de Vila Franca de Xira*.
- Colóquio *Arqueologia e Património Industrial* em Viseu.

- Criada a cadeira de Arqueologia Industrial no curso de História – ramo de Património Cultural da Universidade de Évora.

1997

- A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros promoveu a primeira campanha de intervenções arqueológicas no espaço do Real Filatório de Seda de Chacim, estabelecimento industrial que remonta a 1778.

- Fundação do Museu das Comunicações em Lisboa instalado na antiga Fábrica da empresa *H. Vaultier* de construção de materiais para construção civil e agricultura.

- Realização do levantamento e registo funcional do circuito da pólvora da antiga Sociedade Africana de Pólvora em Corroios concelho do Seixal.

- Fundação da Associação Portuguesa para o Património Industrial – APPI.

- I Curso Técnico-Prático sobre Património Industrial organizado pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

- Fundação do Museu Nacional da Imprensa, no Porto, tutelado por uma associação sem fins lucrativos criada em 1989.

1998

- Fundação do Museu da Pólvora Negra em Barcarena em 7 de Junho, uma iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras.

- Jornadas de Arqueologia Industrial na Covilhã, realizadas a 12 e 14 de Novembro.

- Início da publicação periódica *Património Industrial* boletim informativo da APPI.

- Seminário Internacional *Os caminhos da seda em Trás-os-Montes*, realizado em 6 e 7 de Novembro.

- Exposição *Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços – Comemorar o Centenário (1898-1998)* realizada pelo Ecomuseu Municipal de Seixal no Moinho de Maré de Corroios.

- Seminário *Arqueologia e Museologia Mineiras* em Lisboa e no Lousal.

- Início da publicação periódica *Arqueologia & Industria* editada pela APAI.

- Abertura ao público de uma área expositiva do Ecomuseu Municipal do Seixal consagrada à indústria corticeira nas antigas instalações da Mundet no concelho do Seixal.

- Inauguração do Museu do Vidro sediado no Palacete dos Irmãos Stephens na Marinha Grande, anexo às instalações industriais da antiga fábrica de vidro dos Irmãos Stephens.

- Apresentação pública de uma máquina a vapor Buckley & Tylor, Inglaterra – 1898, proveniente da Fábrica de Fiação e Tecidos de Soure, no Centro Comercial NorteShopping, em Matosinhos, ocorrendo a sua inauguração a 21 de Outubro.

1999

- Fundação do Museu da Carris em Lisboa.

- Primeiras Jornadas do Museu da Fábrica do Inglês em Silves, realizadas de 12 a 14 de Fevereiro.

- Início da realização de Inventário de Património Industrial com a Colaboração da APAI no concelho do Montijo.

- A Associação Industrial Portuense organizou a *Exposição de Arqueologia Industrial: Um século de indústria do Norte. 1834-1933: o génio do engenho* em Santa Maria da Feira.

2000

- Inauguração do Museu da Fábrica do Inglês em Silves inserido no parque de Animação e Cultura da Fábrica do Inglês S.A.

- Fundação do Museu dos Transportes e Comunicações no edifício da Alfândega do Porto. Este Museu é tutelado pela Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (AMTC), constituído em 1992.

- Abertura do núcleo expositivo permanente organizado pelo Ecomuseu do Seixal na oficina de carbonização da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, Corroios no concelho do Seixal.

- Divulgação dos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados na Fábrica Schalk, em Lisboa, sob a orientação científica de arqueólogos do Museu da Cidade de Lisboa, com a colaboração de técnicos do IPPAR.

- A 10 e 11 de Novembro de 2000, realizaram-se as *Segundas Jornadas Arqueológicas e do Património*, numa parceria entre a Câmara Municipal do Barreiro, a APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e a Quimiparque – Parques Industriais.

2001

- Fundação a 7 de Julho do Museu de Cerâmica de Sacavém instalado em torno do Forno 18 da antiga Fábrica de Louça de Sacavém.
- Fundação do Museu do Papel Terras de Santa Maria, instalado numa antiga fábrica de papel, Museu tutelado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- A Lei nº 107/2001 de 08 de Setembro refere-se expressamente à salvaguarda do Património Industrial como parte integrante do Património Cultural Português.
- Atribuição do Prémio Micheletti “Melhor Museu Europeu do Ano, Património Industrial” promovido pelo Conselho da Europa ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês em Silves.

2002

- Atribuição do Prémio Micheletti “Melhor Museu Europeu do ano, Património Industrial promovido pelo Conselho da Europa ao Museu de Cerâmica de Sacavém.

2003

- Exposição Engenho e Obra: Engenharia em Portugal, no século XX realizada no edifício da Cordoaria Nacional em Lisboa.

2005

- Inauguração do Museu da Indústria Chapeleira de tutela municipal em São João da Madeira.
- A Arqueologia Industrial surge como cadeira obrigatória no curso de História, variante de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa.

2008

- Abertura ao público das instalações do Museu Municipal de Portimão no espaço da Fábrica de Conservas Feu.

Anexo IV

Datas Marcantes na História da C.U.F. - A sua evolução:

30 de Abril de 1871

- Nasce Alfredo da Silva, filho de Caetano Isidoro da Silva, grande comerciante de Lisboa e de mãe com ascendência francesa. Herda uma fortuna em bens imobiliários e financeiros que aplica no sector industrial.

1898

- Alfredo da Silva cria a Companhia União Fabril resultante da fusão entre a Companhia Aliança Fabril, da qual era administrador e gerente, com a Companhia União Fabril de Henry Burnay.

1907

- Alfredo da Silva compra à família Bensaúde um lote de terrenos na Lezíria (entre a praia norte do Barreiro e a praia dos Moinhos no Lavradio) dando início à construção das primeiras fábricas no Barreiro, sendo a primeira fábrica inaugurada a 19 de Setembro do ano seguinte.

1908

- Arranca a primeira unidade de produção de óleos de bagaço de azeitona para o fabrico de sabão, com destino ao mercado português e à exportação. As fábricas começam a laborar com 100 operários.

- A C.U.F. compra a Companhia de Tecidos Aliança, especializada na produção de tecidos de juta e linho. Instala-se no Barreiro a primeira oficina de tecelagem para o fabrico de sacaria para adubos e lonas para a frota privativa de embarcações à vela da C.U.F.

- Começam a ser construídas as primeiras casas do Bairro Operário, junto da então estrada do Lavradio, que abrangia a actual Rua da União. Separada por um muro alto das instalações fabris, o Bairro Operário situava-se a leste das fábricas de ácido sulfúrico, dos silos e das moagens de fosforite. Ao traçado geométrico do Bairro correspondiam ruas rectilíneas, com bandas de casas idênticas de 1 ou 2 pisos, com uma toponímia característica: Rua do Ácido Sulfúrico, Rua dos Óleos, Rua da Juta, etc.

- É fundada a Despensa destinada a vender produtos aos operários a preços mais baixos.

1909

- Dá-se o arranque da primeira fábrica de Ácido Sulfúrico para a produção de adubos (o ácido sulfúrico é produzido a partir de pirites, pelo processo de Câmaras até ao ano de 1950 data em que arranca o processo por Contacto).

1910

- O Ramal Ferroviário Particular das Lezírias é aproveitado pela C.U.F. para o transporte de mercadorias.

1911

- É criado o Corpo de Bombeiros privativo da C.U.F.

- Dá-se o início da produção de Ácido Clorídrico.

- É criada a fábrica de Sulfato de Cobre.

- É fundada a Academia Recreativa e Musical do Pessoal da C.U.F., embrião do Grupo Desportivo.

1912

- Inicia-se no Barreiro de forma algo rudimentar, a actividade Metalomecânica, especialmente vocacionada para a manutenção e conservação de maquinaria fabril.

1913

- Inicia-se a produção de Sulfato de Cobre (um fungicida para a vinicultura)

1919

- É constituída a Sociedade Geral do Comércio, Industria e Transportes, Lda.

1922

- Cordoaria Mecânica, mais tarde fábrica de cordas para as fragatas da C.U.F.

- Criação da Oficina de Fundição e Caldeiraria que apoia as fábricas locais e a frota da Sociedade Geral.

1923

- Instalação da primeira unidade para Moagem de Enxofre.

1927

- Entra em funcionamento a primeira Escola Primária para ambos os sexos no Bairro Operário.
- Entram em funcionamento as Fábricas de Ácidos números 5 e 6.
- Novas instalações da Fiação de Juta.

1929

- Dá-se o início da Metalurgia do Chumbo (recuperação de chumbo através das lamas produzidas durante o fabrico do Ácido Sulfúrico).

1930

- Construção de uma ponte e de um cais equipado com guindastes, que permitem a acostagem directa dos vapores e diminuição dos custos das descargas por barcos.

1931

- O estaleiro da C.U.F. constrói fragatas e lanchas a motor, sendo concluído e lançado à água o “Estoril”, um rebocador de navegação costeira internacional.

1932

- O alargamento da parte antiga do Bairro Operário torna-se indispensável, pelo que com a compra por parte da C.U.F., do Alto de Santa Bárbara e das faixas de terreno à volta, se deu início à edificação do Bairro Novo, do qual fazem parte alguns prédios de arquitectura moderna, para engenheiros e outros empregados superiores da C.U.F.
- A fábrica de Juta do Rato é encerrada, sendo posteriormente transferida para o Barreiro.
- É lançado à água o “Costeiro II”, navio de comércio para navegação de cabotagem entre os portos de continente.
- O Chefe de Estado, General Óscar Carmona condecora Alfredo da Silva nas instalações fabris do Barreiro, com a Grã-cruz da Ordem de Mérito Industrial.

1934

- Inicia-se a construção de uma Central Diesel de 3.600Cv para produção de energia eléctrica.
- Abrem as secções de Tornos e Serralharia e as novas oficinas de Fundição de Ferro e de Bronze.

1936

- Chegada da electricidade ao Bairro Operário.
- Procede-se ao aterro da Praia Norte com diversos entulhos provenientes das fábricas da C.U.F.

1937

- Em Janeiro, ainda no tempo de Alfredo da Silva, foi fundada no Bairro Operário, uma colectividade desportiva, que se elevaria, dentro de poucos anos até aos lugares cimeiros dos mais importantes clubes portugueses: o **Grupo Desportivo da C.U.F.**
- Instalação das fábricas de Farinha de Mendobi destinada às fábricas de Conservas de Setúbal e do Algarve.

1938

- O novo cais encontra-se em vias de conclusão.
- As fábricas de Superfosfatos são completamente transformadas.
- É aumentada a oficina de Mecânica da Secção de Metalúrgica.
- Inauguração do Campo de Futebol de Santa Bárbara instalado num terreno que fazia parte da Quinta do Gandum.

1939

- Obras nas Saboarias para fabrico com vapor, reaproveitando-se os recursos.

1940

- A empresa Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia União Fabril e Empresas Associadas, integra-se na C.U.F., o que permitiu às famílias dos beneficiários utilizarem o Serviço de Saúde e Higiene, abrangendo um total de 15.000 pessoas.

- O número de pessoal assalariado das diferentes produções da C.U.F. ultrapassa os 6.000 só no Barreiro.

1941

- O Grupo Desportivo da C.U.F. agrega a si a Liga de Instrução e Recreio juntamente com a Banda de Música, e passa a designar-se Grupo Desportivo e Recreativo da C.U.F.

1942

- Alfredo da Silva morre a 22 de Agosto em Sintra, tendo o seu funeral sido realizado no Cemitério Oriental de Lisboa.
- É aprovado por unanimidade em sessão da Câmara Municipal do Barreiro um voto de pesar pelo falecimento do industrial.
- Paragem na Fiação e na Tecelagem de Juta.
- Dificuldade na produção de óleos e sabões.
- Estudos para ser criada uma fábrica de Adubos Concentrados.
- O estaleiro tem dificuldades por falta de ferro.
- A Escola Primária que tinha sido construída em 1927 foi substituída em 1942 por um novo edifício, de óptimas condições, que pode receber 180 alunos de cada sexo, e nesse mesmo ano foi inaugurado o primeiro de uma série de refeitórios.

1943

- Foi edificado o novo posto médico totalmente apetrechado. Por esta altura estava também em funcionamento no Bairro Operário um cinema e uma biblioteca.

1944

- Os restos mortais de Alfredo da Silva são trasladados para o Mausoléu construído para o efeito no cemitério de Santa Bárbara, no interior das fábricas.

1947

- Construção de quatro grupos de fábricas de Ácido Sulfúrico.

1948

- Constituição da Sociedade União Fabril do Azoto, para produção de Sulfato de Amónio.
- Montam-se junto das linhas de produção, gabinetes de especialistas qualificados.
- Remodelação dos esquemas tradicionais de organização interna de produção.

1949

- É criada a colónia de férias para os filhos do pessoal da C.U.F. em Almoçageme.

1950

- Instalação da primeira fábrica de Ácido Sulfúrico por Contacto.
- Instalação da Granulação de Adubos.
- As Operárias Têxteis da C.U.F. no Barreiro organizam um protesto contra as condições de trabalho.

1951

- Construção das Fábricas número 7 e 8 de Ácido Sulfúrico por processo de Câmaras e construção da fábrica n.º 2 de Ácido Sulfúrico por Contacto (as primeiras a produzirem ácido necessário à nova fábrica de Superfosfatos por processo contínuo; a n.º 2 produz ácido necessário à produção de Sulfato de Amónio para a U.F.A.).

1953

- Montagem da nova Central Eléctrica de força motriz para a produção de energia eléctrica e vapor.

1954

- Estudos para a construção de uma nova unidade de produção de 100T diárias de Ácido Sulfúrico.
- Grande procura de Superfosfatos para satisfazer as necessidades da U.F.A.
- Estudos para aumento da capacidade de produção da Fábrica de Ácido Fosfórico (Superfosfatos Concentrados).
- Os Operários da C.U.F. fazem uma manifestação de solidariedade para com 200 trabalhadores despedidos.

1955

- Dá-se o início da construção do Bairro Novo da C.U.F. no Alto do Seixalinho; dois modernos blocos de prédios de quatro andares (Bloco Alferrarede e Bloco Mirandela), com 45 habitações cada.
- As Tecedeiras da C.U.F. entram em greve contra as condições de trabalho.
- Estudos para a produção de Cobre Electrolítico para o fabrico de cabos eléctricos.
- É criada a Escola de Aprendizes no âmbito de formação de pessoal.

1956

- Ampliação das instalações portuárias com capacidade para navios de 10.000 Toneladas, tornando-se este, o terceiro maior porto nacional a seguir a Lisboa e Leixões.
- São inaugurados mais dois Blocos Habitacionais no Bairro Novo da C.U.F. (Bloco Soure e Bloco Canas de Senhorim).
- Conclusão da nova fábrica de Ácido Sulfúrico por Contacto com produção de 100 Toneladas por dia.
- As Oficinas Metalomecânicas constroem importantes equipamentos para as obras nacionais integradas no Plano de Fomento Nacional.
- A Escola Técnica Alfredo da Silva começa a funcionar nas novas instalações com aulas diurnas e nocturnas, com os seguintes cursos ministrados: formação de serralheiros (1948/49); auxiliar de laboratório químico (1955/56); curso geral de comércio (1956/57); montador electricista (1957/58) e formação feminina (1964/65).

1958

- É criada a unidade de tratamento de Cinzas de Pirite para fornecimento de matéria-prima para a Siderurgia.
- Criação da Tinco, especializada no fabrico de tintas de construção.
- Início da produção de Pesticidas de base orgânica.
- Os Operários Metalúrgicos da C.U.F. paralisam o trabalho para exigir aumentos salariais. Neste mesmo ano, a C.U.F. ocupava já uma área de 79.000m² distribuída pela “zona fabril” com edifícios, arruamentos, parques e cais conquistados ao rio, e uma “zona social” com centro educativo, refeitórios, creches onde as mães operárias se podiam deslocar 2 vezes ao dia para dar a mamada aos seus filhos recém nascidos, infantário, bairros operários e parque desportivo.

1959

- Construída a nova Oficina de Caldeiraria e Fundição de ferro e aço.

1961

- Entra em funcionamento a Granulação de Adubos.
- Entra em laboração o Complexo Fabril da U.F.A., no Lavradio.

1962

- Uma comissão de Operários da C.U.F. entrega na sede da empresa uma exposição com 4000 assinaturas, exigindo aumento dos salários.

1963

- É criada a Comissão Interna da Empresa.
- Criação da Nova Despensa.
- Operários da C.U.F. e da U.F.A. recolhem cerca de 5000 assinaturas exigindo melhores condições de trabalho.
- Operários reformados da C.U.F. fazem uma exposição com 3000 assinaturas exigindo o aumento das reformas.

1964

- São remodeladas as Oficinas de Metalomecânica.
- Operárias da Secção Têxtil da C.U.F. exigem que o prémio seja integrado no salário.
- Os Operários da C.U.F. paralisam algumas secções e apresentam-se à gerência exigindo melhores condições de trabalho.
- Os Operários da C.U.F. fazem “cera” em apoio à reivindicação de melhores condições de trabalho.
- Os Operários da secção de Ureia e de Amoníaco da União Fabril do Azoto no Lavradio, apresentam uma exposição assinada exigindo melhores condições de trabalho.

1965

- É inaugurado o Estádio Alfredo da Silva, substituindo o velho Estádio de Santa Bárbara, que estava localizado no interior das fábricas.
- Inauguração da estátua de Alfredo da Silva.

- Os Operários da C.U.F. recusam-se a contribuir para a guerra colonial.
- Os Operários da U.F.A. orientados pela sua Comissão continuam a lutar por aumentos salariais.
- Os Operários da C.U.F. formam uma Comissão de unidade para continuar a lutar por melhores condições de trabalho.
- Operários de várias secções paralisam para comemorar o 1º de Maio. De tarde realizam uma concentração no Parque Municipal.
- Os Operários das secções de Mecânica, Têxtil e Metalomecânica, fazem várias paralisações e concentrações exigindo aumentos salariais.

1966

- Arranque de uma unidade para a produção de 500 T/dia de Ácido Sulfúrico, uma das maiores da Europa.
- Cerca de 100 Operárias da secção de Fiação da C.U.F. paralisam para expor ao seu representante na Comissão Interna da Empresa exigências de melhores condições de trabalho.

1967

- Operários de varias secções da C.U.F. concentram-se no escritório exigindo aumentos salariais.

1968:

- São instaladas as primeiras fábricas de Granulação de Farinhas.

1969

- Operários das secções de Fiação e de Acabamentos, paralisam exigindo aumentos salariais.

1970

- Forte recessão económica internacional com quebra de exportações, sobretudo ao nível do sector têxtil e químico.

- Diminuição da venda de adubos no mercado interno em consequência das más condições climáticas e da crescente importação de adubos estrangeiros mais baratos, de óleos, sabões e têxteis.
- Redução das exportações em consequência da recessão que afectou os mercados norte-americano e europeu.
- É ampliada a antiga Despensa.
- Os Caldeireiros paralisam duas horas por melhores condições de trabalho, na sequência da morte de um Operário por ausência de condições de segurança.

1971

- São feitos novos investimentos por parte da C.U.F., no sector alimentar e no aproveitamento das Pirites.
- Dá-se início à produção de Margarinas.

1972

- Construção da fábrica de Rações para animais.
- É criada a Mompur, especializada em moagens no ramo do sector Metalomecânico.
- Reversão do Sector Têxtil em virtude da pressão internacional exercida pelos países produtores de fibras (Índia, Paquistão, Sião) para controlo de mercado.
- Um grupo de numerosos jovens Operários ajudantes paralisam durante 3 horas, concentrando-se nos escritórios da C.U.F. exigindo aumento de salário.

1973

- Entrada em funcionamento do Contacto VI.
- Criação da Equimetal – para desenvolvimento do sector Metalomecânico.
- Constituição da Gertal, empresa ligada à Industria Alimentar.
- Criação da Fisipe, unidade de produção de Fibras Sintéticas nos terrenos da Quinta da Barra-a-Barra no Lavradio.
- Forte crise petrolífera que se ira prolongar pelos anos seguintes, marcando a conjuntura económica internacional por acentuada instabilidade, grande aumento dos preços das matérias-primas, combustíveis, embalagens e fretes.
- É alterado o símbolo da empresa.

- Cerca de 400 Operários da C.U.F. realizam duas paralisações nas secções de Caldeiraria e Carpintaria de Moldes, exigindo aumentos salariais.

1974

- Os Operários da Equimetal, fazem greve por melhores condições de trabalho.
- 500 Operários Têxteis realizam uma concentração no Sindicato dos Têxteis em Setúbal.
- Na sequência da revolução dos cravos em 25 de Abril, é extinta a Comissão Interna da Empresa, sendo eleitos os Órgãos representativos dos Trabalhadores, Conselho Geral de trabalhadores e Comissão de Unidade de Trabalhadores.
- O Governo Provisório apela a uma jornada de trabalho voluntário, integrada na “Batalha de Produção”. Os operários da C.U.F., U.F.A. e Equimetal do Barreiro entregam 1.100 Contos como resultado do dia de Trabalho para a Nação.
- O Governo não autoriza a U.F.A. e a C.U.F. a instalar unidades de produção de Amoníaco e Ureia, assim como o arranque do Contacto VII previsto para 1977.

1975

- Nacionalização da C.U.G. pelo Decreto-Lei n.º 532/75, que irá dar origem ao aparecimento da Quimigal.
- São dissolvidos os Órgãos Sociais da Empresa.
- É nomeada uma Comissão Administrativa por resolução do Conselho de Ministros, com o acordo dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores.
- Ano de forte recessão económica: desemprego e inflação, comércio internacional em retracção, acumulação de Stocks, redução da produção, desencorajamento do investimento na maioria dos países industrializados.
- Grande quebra na exportação de adubos – acumulação de stocks e baixa de preços.
- Decretada uma baixa de preço nos adubos, entre 20% e 30%, são dadas condições favoráveis de crédito para apoio às cooperativas, às unidades colectivas de produção e aos pequenos e médios agricultores.
- Arranque de uma nova unidade de Ácido Fosfórico.
- Reconversão da Área Têxtil.
- Construção de uma nova fábrica de Rações C.U.F./Sanders com produção de 50T/h.

1976

- Construção do dique que permitiu a conquista de 60Ha ao rio Tejo para as instalações da Fisipe e da EDP.
- É concluída a nova fábrica de Sulfato de Amónio.
- Estudos para projectos Kowa-Seiko e Contacto VII.
- A empresa enfrenta uma situação de desequilíbrio económico-financeiro, motivado pela conjuntura internacional de alta de preços das matérias-primas e energia, o que conduziu a subidas drásticas nos preços dos adubos e como consequência a enorme retracção na procura.
- Aumento de 100% do preço das Pirites em apenas 18 meses.

1977

- Recuperação económica e financeira da Empresa apesar da recessão internacional.
- São sentidas dificuldades crescentes na exportação dos produtos têxteis. O fraco progresso tecnológico leva ao desinvestimento na área da Juta.
- São feitos estudos para “Projectos Azotados”.
- A 30 de Dezembro de 1977 é criada a Quimigal E.P.
- A C.U.F. dá lugar definitivo à Quimigal, empresa que anos mais tarde, procede à autonomização dos seus diversos negócios, privatizando alguns deles. É neste quadro que irá surgir em 1989 a Quimiparque – Parques Empresariais, para gerir os bens patrimoniais em terrenos, edifícios e rede de infra-estruturas que integravam o Complexo Industrial da antiga C.U.F.

1989

- É criada a actual Quimiparque, que vem a iniciar a sua actividade a 1 de Janeiro do ano seguinte.

1990

- A Quimiparque demoliu alguns edifícios localizados a Sul e Sueste do complexo, e passou a alugar habitações devolutas a empresas procedendo à recuperação de edifícios, renovação de arruamentos, equipamentos e reabilitação de áreas degradadas.